

BÁRBARA ALBUQUERQUE GOMES LOPES

**GOLPE OU IMPEACHMENT? UMA ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA DOS
DISCURSOS DA VEJA E DA CARTA CAPITAL SOBRE O AFASTAMENTO
DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, para obtenção do título de Magister Scientiae.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2018

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

L864g
2018

Lopes, Bárbara Albuquerque Gomes, 1991-
Golpe ou *impeachment*? Uma análise semiolinguística dos discursos da Veja e da Carta Capital sobre o afastamento da presidente Dilma Rousseff / Bárbara Albuquerque Gomes Lopes. – Viçosa, MG, 2018.
v, 159 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Mônica Santos de Souza Melo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 137-139.

1. Teoria semiolinguística. 2. Rousseff, Dilma, 1947- - Impeachment. 3. Análise do discurso. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras. II. Título.

CDD 22. ed. 401.41

BÁRBARA ALBUQUERQUE GOMES LOPES

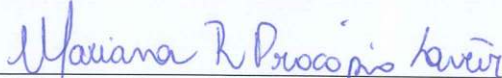
**GOLPE OU *IMPEACHMENT*? UMA ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA DOS
DISCURSOS DA VEJA E DA CARTA CAPITAL SOBRE O AFASTAMENTO
DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.


APROVADA: 23 de março de 2018.



Marcel Henrique Ângelo



Mariana Ramalho Procópio Xavier



Mônica Santos de Souza Melo
(Orientadora)

RESUMO

LOPES, Bárbara Albuquerque Gomes, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2018. **Golpe ou impeachment? Uma análise semiolinguística dos discursos da Veja e da Carta Capital sobre o afastamento da presidente Dilma Rousseff.** Orientadora: Mônica Santos de Souza Melo.

A presente dissertação tem como objetivo analisar, com base na Teoria Semiolinguística proposta por Patrick Charaudeau (2014), os discursos produzidos pelas revistas Veja e Carta Capital sobre os eventos políticos relacionados ao processo de impeachment de Dilma Rousseff. Neste sentido, o corpus da pesquisa é composto por seis reportagens, presentes em edições das revistas que antecederam as três votações do processo de impedimento, realizadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Para obter os dados de análise, este estudo procede uma descrição da organização discursiva dos textos, a partir dos modos de organização e, com base na noção de imaginários sociodiscursivos, identifica quais são os discursos utilizados pelos periódicos e como estes reproduzem o posicionamento político de seus corpos editoriais. Por meio das análises, foram identificadas formações discursivas que confirmam que a Veja defende o processo de impeachment e a Carta Capital defende a tese de que a presidenta era vítima de um golpe. No período anterior à primeira votação do impeachment, as reportagens voltam seu foco para a ética dos envolvidos e para a tentativa de legitimar ou deslegitimar o processo. Posteriormente, verifica-se uma preocupação com a imagem do Brasil devido à instauração do processo e suas consequências imediatas. E, finalmente, as reportagens que precedem a votação final trazem análises do governo interino, visto que a conclusão favorável ao impeachment de Dilma é dada como certa pelas duas revistas.

ABSTRACT

LOPES, Bárbara Albuquerque Gomes, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, March, 2018. **Coup or impeachment? A semiolinguistic analysis of the discourses of the *Veja* and the *Carta Capital* on the removal of president Dilma Rousseff.** Adviser: Mônica Santos de Souza Melo.

This dissertation aims to analyze, based on the Semiolinguistic Theory proposed by Patrick Charaudeau (2014), the discourses produced by the magazines *Veja* and *Carta Capital* on the political events related to the impeachment process of Dilma Rousseff. In this sense, the corpus of the research is composed of six reports, present in editions of the magazines that preceded the three votes of the impediment process, held in the Chamber of Deputies and in the Federal Senate. To obtain the analysis data, this study proceeds to a description of the discursive organization of the texts, from the modes of organization and, based on the notion of sociodiscursive imaginaries, identifies the discourses used by the periodicals and how they reproduce the political position of their editorial bodies. Through the analysis, discursive formations have been identified that confirm that *Veja* defends the process of impeachment and *Carta Capital* defends the thesis that the president was the victim of a coup. In the period prior to the first impeachment vote, the reports turn their focus to the ethics of those involved and to the attempt to legitimize or delegitimize the process. Subsequently, there is a concern with the image of Brazil due to the initiation of the process and its immediate consequences. And, finally, the reports that precede the final vote bring analyzes of the interim government, since the favorable conclusion to Dilma's impeachment is taken for granted by the two magazines.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1 - Impeachment e golpe: contextos e referências	5
1.1.Outros processos de impeachment no Brasil	5
1.2.Cenário político do impeachment de Dilma Rousseff	9
1.3.Cenário econômico do impeachment de Dilma Rousseff	12
1.4.As noções de impeachment e de golpe no âmbito jurídico	13
Capítulo 2 - Pressupostos teóricos	19
2.1. Pressupostos da Teoria Semiolinguística	19
2.2. Discurso da informação midiático	27
2.2.1. Gêneros Jornalísticos	27
2.2.2. Notícia x Reportagem	29
2.2.3. A informação midiática sob o olhar discursivo	31
2.2.3.1. Discurso das mídias na perspectiva Semiolinguística	31
2.2.3.2. Mídia e manipulação	40
2.3. Pressupostos para análise da imagem	46
Capítulo 3 - Metodologia	52
3.1. As revistas Veja e Carta Capital	55
3.2. Delimitação do corpus	56
3.3. Estratégias de ação	57
Capítulo 4 - Análise dos dados	59
4.1. Descrição	59
Reportagem 1	59
Reportagem 2	72
Reportagem 3	81
Reportagem 4	92
Reportagem 5	102
Reportagem 6	110
4.2. Comparação e Interpretação	125

Reportagem 1 x Reportagem 2	125
Reportagem 3 x Reportagem 4	128
Reportagem 5 x Reportagem 6	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137
ANEXOS	140

INTRODUÇÃO

Em 31 de agosto de 2016, após 180 dias de votações e tramitações de processo, o Senado conclui favoravelmente ao impeachment da então presidente afastada Dilma Rousseff. Desde que o pedido de impedimento foi instaurado na Câmara dos Deputados, em 2 de dezembro de 2015, diversos escândalos, acusações e manifestações se desdobraram numa trama amplamente explorada pela mídia brasileira e do exterior. Cada veículo de comunicação, à sua maneira, realizou a cobertura dos fatos a partir também de sua linha editorial.

Perante este acontecimento histórico para o país, precisamos considerar a mídia numa tripla perspectiva, sendo a primeira em relação à sua função social de prestação de serviço ao público, a segunda de acordo com seu caráter empresarial, que vende a informação e, a última, segundo seu papel de formadora de opinião. Sendo assim, é possível perceber que esses interesses e objetivos, algumas vezes destoantes, vão produzir diversos discursos que os veículos farão circular na sociedade e a importância deles perante os eventos políticos do país.

Buscando verificar quais são esses discursos que a mídia faz circular, o presente trabalho se propõe a analisar publicações relacionadas ao processo de impeachment de Dilma Rousseff em duas revistas impressas de circulação nacional e que possuem linhas editoriais divergentes. Antes de citar qual será o corpus desta pesquisa, justifico a escolha do periódico impresso por se tratar de um material com maior prazo de elaboração e seleção dos temas, além de maior espaço e liberdade, dentro dos posicionamentos editoriais pré-estabelecidos pelos veículos de comunicação, para abordagem dos fatos. Além disso, devido a extensão do tema escolhido e o número de notícias produzidas, as revistas impressas se adequam melhor a proposta deste estudo. Assim, foram selecionadas matérias publicadas em três edições das revistas *Veja* e *Carta Capital*, para a composição do corpus desta pesquisa.

Os objetos de pesquisa foram escolhidos de forma intencional, observando datas de eventos importantes no âmbito político. Esses acontecimentos relevantes se referem a três fases do processo, que são: a votação, na Câmara dos Deputados, pelo prosseguimento do processo de impeachment, no dia 17 de abril; a votação, no Senado Federal, para admissão da denúncia e instauração do processo contra a

presidente, no dia 11 de maio; e a etapa final do julgamento de Dilma, no dia 25 de agosto.

Destacamos a importância desta pesquisa, em primeiro lugar, pela relevância do impeachment em si, evento este que reconfigura todo o cenário político de um país e, por isso, merece especial atenção e análise aprofundada. Na história da política nacional, Dilma não é a primeira presidente a sofrer um processo de destituição. No caso mais conhecido pelos brasileiros, que é o de Fernando Collor de Melo, o então presidente renunciou ao cargo horas antes da votação final do processo, o que não evitou o seu julgamento. Já no caso mais recente, com Dilma Rousseff, a presidente enfrentou até o fim o julgamento, afirmando estar sendo vítima de um golpe e não haver motivos legais para o seu impedimento.

Outra justificativa é a intensa cobertura dos eventos políticos relacionados ao impeachment, realizada pelos diversos veículos de comunicação. Tendo em vista que a mídia tem um papel de formadora da opinião pública e que, pelo menos em tese, os deputados e senadores que participaram das votações do processo representam a população, este estudo será importante para compreender os discursos que embasaram as decisões de prosseguimento do impeachment de Dilma.

Também destacamos a relevância da pesquisa devido à crescente midiaticização¹ da política no Brasil, o que nos leva a investigar o papel da mídia no âmbito político, que pode ser ora de promotor do debate de ideias e ora de perpetuação de discursos de grupos hegemônicos. Desde que a corrupção tornou-se um assunto recorrente nas manchetes e os escândalos sobre esquemas que envolvem os mais variados setores públicos vêm tomando conta dos noticiários, a discussão acentuada vem dividindo as opiniões dos brasileiros. As revistas impressas, por já possuírem um público específico que compartilha das mesmas ideias, utilizam suas páginas para fortalecer e perpetuar os discursos de determinadas classes, partidos ou grupos, tornando a informação a base da opinião de seus leitores.

Vale ressaltar que as linhas editoriais dos periódicos possuem posicionamentos já definidos e de conhecimento público, sendo a Veja uma revista que não aprova e não compartilha dos mesmos interesses da política de esquerda e,

¹ Para este estudo, utilizaremos o sentido intrínseco da palavra midiaticização, que é o ato ou efeito de midiaticizar, de tornar algo público, em todos os tipos de veículos de comunicação.

consequentemente, do governo de Dilma. Por outro lado, a Carta Capital é uma publicação que possui um caráter mais favorável à esquerda. Nesse sentido, o propósito desta pesquisa não é investigar o posicionamento político dos periódicos, mas sim as estratégias discursivas e os imaginários sociodiscursivos que compõem os discursos de tais mídias impressas.

Essa pesquisa tem, portanto, como objetivo geral analisar, amparada pela teoria semiolinguística de Patrick Charadeau (2014), quais são os discursos utilizados pelas revistas Veja e Carta Capital para abordar os eventos políticos relacionados ao processo de impeachment de Dilma Rousseff. Como objetivos específicos, pretendemos descrever a organização discursiva dos textos analisados, a partir dos modos de organização propostos por Charadeau (2014); identificar as formações discursivas² que servem de embasamento para o posicionamento editorial das revistas Veja e Carta Capital; e, a partir da noção de imaginários sociodiscursivos, interpretar os discursos utilizados pelas duas revistas sobre seus posicionamentos políticos.

Antes de prosseguir com a contextualização da pesquisa, convém mencionar o que seria esta noção de imaginários sociodiscursivos. Charadeau (2017) relembra que a imaginação era considerada, no pensamento clássico, o mesmo que fantasia e estava associada à loucura. Sendo assim, se opunha à razão, que era a única capaz de promover uma confrontação entre o homem e o mundo. Mas para definir o imaginário, o autor utiliza a linha antropológica, “que considera os rituais sociais, os mitos e as lendas como discursos que refletem a organização das sociedades humanas (CHARAUDEAU, 2017, p. 577).

Na perspectiva proposta por pelo autor, o imaginário é considerado

uma forma de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais, constrói a significação sobre os objetos do mundo, os fenômenos que se produzem, os seres humanos e seus comportamentos, transformando a realidade em real significante. Ele resulta de um processo de simbolização do mundo de ordem afetivo-racional através da intersubjetividade das relações

² Segundo Eni Orlandi, a formação discursiva é o reconhecimento do discurso como um efeito de sentidos entre os locutores. A autora assume que não há uma transparência da linguagem e que as condições de produção, que são ao mesmo tempo materiais, sócio-históricas e imaginárias, são relevantes na constituição do discurso. “Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas” (Orlandi, 1999, p.43).

humanas, e se deposita na memória coletiva (CHARAUDEAU, 2017, P. 578).

Charaudeau (2017) explica que o imaginário possui uma dupla função, que ora cria valores e ora justificam uma ação e, assim, pode ser qualificado como social porque sua atividade de simbolização representacional do mundo acontece dentro de uma prática social, seja artística, política, jurídica, religiosa, educativa, entre outras. O imaginário busca tornar “coerente a relação entre a ordem social e as condutas, e cimentar o elo social com a ajuda dos aparelhos de regulação que são as instituições” (CHARAUDEAU, 2017, p. 578).

Por outro lado, esse imaginário pode ser qualificado como sócio-discursivo “na medida em que se cria a hipótese de que o sintoma de um imaginário é a fala” (CHARAUDEAU, 2017, p. 579). Segundo Charaudeau (2017), essa fala é resultante da representação que constrói os universos de pensamento e os lugares de instituição de verdades e que, ao mesmo tempo, são solidificados por discursos narrativos e argumentativos que propõem uma descrição e também uma explicação dos acontecimentos do mundo e dos comportamentos dos seres humanos. Para o autor, os imaginários são motivados pelos discursos de grupos sociais e, posteriormente, se organizam em sistemas de pensamento coerentes que criam valores, justificam uma ação social e se depositam na memória coletiva.

Por fim, chamamos a atenção para o discurso político que perpassa o discurso proferido pelas mídias. O primeiro tipo exerce um papel relevante de influência e até mesmo de interferência na instância de produção do discurso midiático, conforme abordaremos na análise e conclusão deste trabalho. No discurso político, o propósito está relacionado a tudo que tange à organização da vida em sociedade e a governança pública. O contrato do discurso político seria então, conforme aponta Charaudeau (2011), a partilha entre duas instâncias: a política e a cidadã. A primeira propõe um ideal de sociedade e, a segunda, o reivindica. Sendo assim, o dever do discurso político é “determinar, de acordo com o seu propósito, esse ideal dos fins como busca universal das sociedades” (CHARAUDEAU, 2011, p. 189). Esse discurso político aspira ser, no seu propósito, um discurso da verdade que seleciona um sistema de valores em nome do qual se busca estabelecer o elo social de união da diversidade de seres humanos.

Capítulo 1 – Impeachment e golpe: contextos e referências

Neste primeiro capítulo iremos proceder uma breve contextualização do tema da pesquisa, realizando uma breve retrospectiva de outros processos de impeachment no Brasil, bem como procedendo uma discussão sobre o que seria um golpe, segundo a Constituição e também de acordo com a História. Também buscaremos contextualizar o momento político e econômico brasileiro que culminaram na instauração do processo de impedimento contra a presidente Dilma Rousseff.

1.1. Outros processos de impeachment no Brasil

Desde 1945, foram abertos seis processos de impeachment em âmbito federal no Brasil. O primeiro foi contra Getúlio Vargas, em 1953. O então presidente foi acusado de favorecer o jornal Última Hora, por meio de financiamentos bancários e de tentar instaurar uma ‘república sindicalista’ no país. Porém, as pressões da elite rural e das lideranças empresariais fizeram com que o pedido fosse rejeitado na Câmara dos Deputados, no dia 16 de junho de 1954, com 136 votos contra, 35 a favor e 40 abstenções. Em 24 de agosto do mesmo ano, ainda pressionado, Vargas se suicida com um tiro no coração.

Os dois outros pedidos de impedimento, na sequência, foram contra os presidentes interinos Carlos Luz e Café Filho, respectivamente. Após a morte de Getúlio Vargas, seu vice, Café Filho, assume a presidência da república. O Brasil se via em uma crise política desde a morte de Vargas e devido às disputas de poder com a proximidade das eleições de 1955. Os partidos políticos e os militares buscavam, na época, a pacificação política no país, por meio de uma candidatura única voltada à união nacional, que seria consolidada através de uma aliança entre a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrata (PSD), com apoio das Forças Armadas.

Porém, na prática, as coisas não aconteceram como o esperado. O PSD indicou o então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, para concorrer à presidência e como seu vice João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), contra a vontade de Café Filho e do jornalista Carlos Lacerda³. A chapa JK - João

³ Fundador do jornal Tribuna da Imprensa, iniciou-se na política em 1935 e participou da fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Em 1939, rompe com o comunismo e, em 1945, filia-se à União

Goulart contou com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o que gerou uma violenta reação dos militares. Em contrapartida, o Partido Democrata Cristão (PDC) lançava a candidatura do general Juarez Távora e, como vice, Milton Campos. A chapa era apoiada pela UDN e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), além da parte mais conservadora das Forças Armadas.

Em 3 de outubro, JK vence as eleições e, seu vice, João Goulart, contava com apoio dos sindicatos e do PCB. Isso gerou um clima de revolta nos partidos UDN, PSD e em uma parcela das Forças Armadas. Carlos Lacerda tentou conseguir a impugnação do resultado das urnas, sob o argumento de que Juscelino não teria sido escolhido pela maioria do eleitorado e que a diferença de votos entre os candidatos correspondia exatamente aos votos dos comunistas que, impedidos de se elegerem desde 1946, não poderiam ter representantes no poder. Café Filho se mostrava simpático às ideias de Lacerda e dos membros da UDN no Congresso. Por outro lado, o ministro da Guerra, o general Henrique Lott, defendia o respeito à Constituição e a posse dos candidatos eleitos, nem que para isso o Exército precisasse entrar em cena.

O auge da crise política se instaurou após o sepultamento do presidente do Clube Militar em 1 de novembro de 1955. Na ocasião, o coronel Jurandir Mamede pronunciou um discurso atacando os candidatos eleitos, discurso esse que o general Lott considerou como insubordinação, pois havia uma recomendação para se evitarem pronunciamentos que pudessem agravar a situação política do país. Lott tentou castigar Mamede por meio do Estado-Maior das Forças Armadas, solicitando o aval de Café Filho para obter a punição pretendida, sob o argumento de que a hierarquia estava sendo ferida. Porém não obteve sucesso, visto que Café Filho acabou sendo internado por problemas de saúde, passando suas funções ao presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, em 8 de novembro. Este teve curta passagem pela presidência, tendo seu governo interino durado apenas 3 dias. Ainda em busca da punição para Mamede, Lott tem seu pedido negado durante audiência com o presidente interino Carlos Luz em 10 de novembro. Em protesto e acreditando estar sem prestígio para estar à frente do ministério, o general Lott pede demissão. Para o seu lugar, é nomeado o general Álvaro Fiúza de Castro, que assumiria o cargo no dia

Democrática Nacional (UDN). Opositor ferrenho do segundo governo de Getúlio Vargas, foi deputado federal em outubro 1954. Participou, em 1955, da conspiração que visava impedir a eleição e posse de Juscelino Kubitschek e de seu vice João Goulart na Presidência da República.

seguinte já promovendo uma reestruturação dos principais postos do Exército, inclusive afastando militares de confiança de Lott.

Previendo o golpe que se aproximava, alguns militares simpatizantes de Lott se reúnem na noite do dia 10 e decidem não aceitar a dispensa do general do ministério. Assim, Lott determina um cerco ao Palácio do Catete e a ocupação dos quartéis da polícia e da sede da companhia telefônica, formando o que ficou conhecido como Movimento de 11 de Novembro ou Contra-Golpe. Ao perceber a movimentação das tropas, Carlos Luz e parte de seu ministério, entre eles Carlos Lacerda e o general Mamade, embarcam em um navio de guerra da Marinha.

Como resposta à 'fuga' de Carlos Luz, o general Lott encaminha ao então presidente do Senado, Nereu Ramos, requerimento para que se vote o impeachment do presidente interino, em caráter de urgência. O argumento seria que Luz teria deixado o território nacional sem autorização do Congresso Nacional. Assim, após tumultuada sessão legislativa, o impeachment é aprovado, por 185 votos a favor e 72 contrários entre os deputados e 43 à favor e 8 contrários entre os senadores, ainda na manhã do dia 11 de novembro. Além disso, Lott condiciona sua permanência no cargo perante a renúncia de Luz ao cargo de presidente da Câmara dos Deputados, que é aceita.

E, somente dez dias depois, em 21 de novembro, Café Filho anuncia que retomaria seu posto após ter recebido alta médica. Mas, perante a participação de Café Filho nos eventos precedentes, o general Lott toma a decisão de manter o então presidente sem comunicação e sob vigilância por tropas do Exército enquanto determina que o Congresso vote pelo seu impedimento. Assim, também em caráter de urgência, o impeachment de Café Filho é aprovado na Câmara, por 179 votos a favor e 94 contra e no Senado, por 35 votos a favor e 16 contrários, no mesmo dia. Assim, a presidência da república foi assumida interinamente por Nereu Ramos, desde o impedimento de Carlos Luz até a posse de Juscelino Kubitschek no ano seguinte.

O quarto pedido de impeachment a ser aceito no Brasil foi o do presidente Fernando Collor de Mello. Denunciado pelo próprio irmão, Pedro Collor de Mello, à revista *Veja*, em maio de 1992, o presidente foi acusado de envolvimento em vários esquemas de corrupção. Ainda na entrevista que rendeu capa ao periódico, Paulo César Farias, tesoureiro da campanha presidencial de Collor em 1989, seria o testa de ferro dos esquemas. No dia 1º de junho, o Congresso instala uma Comissão

Parlamentar de Inquérito para apurar os negócios do tesoureiro de campanha no governo Collor e, no dia 4, Pedro Collor acusa PC Farias, perante a Comissão, de montar uma rede de tráfico de influência da qual o presidente tinha conhecimento. No mês de julho, o motorista de Collor, Eriberto França, confirma ao Congresso os depósitos de PC Farias para a secretária do presidente. Ainda neste mês, o motorista fala à revista Istoé que PC Farias é quem pagava as contas da Casa da Dinda⁴.

Em 21 de agosto, a Comissão confirma que a reforma na Casa da Dinda foi paga pela Brasil Jet, uma empresa de táxi aéreo da qual PC Farias era sócio. Aproximadamente 40 mil estudantes foram às ruas do Rio de Janeiro, convocados pela União Nacional dos Estudantes, pedindo o impeachment de Collor. No dia 24, a Comissão conclui que o presidente possuía ligações com o ‘esquema PC’, fazendo com que, no dia seguinte, multidões voltassem as ruas para exigir a renúncia de Collor. Os ministros, na ocasião, divulgam nota explicando que vão permanecer para garantir a governabilidade. No dia 26, a Comissão aprova, por 16 votos favoráveis e 5 contrários, o relatório que incriminava Fernando Collor.

Após várias manifestações por todo o país, os presidentes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcello Laveniére, apresentam à Câmara o pedido de impeachment de Collor no dia 1º de setembro. Após 28 dias, a Câmara dos Deputados vota a favor da abertura do processo de impedimento, por 441 votos a favor e 33 contra. Em 1º de outubro o processo é instaurado no Senado e, no dia seguinte, Collor é afastado da presidência. Seu vice, Itamar Franco, assume como presidente interino. Finalmente, em 29 de dezembro, o julgamento de Collor tem início no Senado. Tardiamente, por meio de uma carta lida pelo advogado Moura Rocha no Senado, o presidente renuncia ao cargo na tentativa de evitar a votação do impeachment. Em 30 de dezembro, por 76 votos favoráveis e apenas 3 contrários no Senado, Fernando Collor de Mello perde seu mandato e fica inelegível pelos oito anos seguintes.

⁴ Nome da mansão da família Collor de Mello no Lago Norte. Foi a escolhida pelo presidente Fernando Collor como moradia oficial durante sua passagem pela Presidência da República entre 1990 e 1992. A mansão foi citada no esquema PC, devido a uma grande reforma em seus jardins, que foi paga pela Brasil Jet, empresa da qual Paulo César Farias era sócio.

1.2. Cenário político do impeachment de Dilma Rousseff

Os acontecimentos políticos que culminam no impeachment de Dilma Rousseff (PT) tiveram início já com a sua reeleição à presidência da República, em 26 de outubro de 2014, após disputa acirrada com Aécio Neves (PSDB) nas urnas do segundo-turno. Nesse período, esse que também acontecia a Operação Lava Jato, investigação de um grande esquema de lavagem e desvio de dinheiro, que envolvia a Petrobrás, grandes empreiteiras nacionais e políticos. Já em janeiro de 2015, a presidente toma posse e promete guerra à corrupção. Em julho do mesmo ano, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), anuncia rompimento com o governo após ser envolvido em denúncias de corrupção. Nas ruas aconteciam diversos protestos contra a corrupção, dos quais alguns inclusive já pediam o impeachment de Dilma. No mês de outubro, os juristas Janaína Paschoal, Miguel Reale Jr. e Helio Bicudo entregam à Câmara dos Deputados um pedido de impeachment contra a presidente. Os juristas já tinham enviado um pedido de impedimento em setembro, mas acrescentaram ao novo documento uma acusação fundamentada nas pedaladas fiscais⁵.

O mês de dezembro de 2015 é marcado por eventos políticos importantes no cenário nacional, como a decisão da continuidade do processo de quebra do decoro parlamentar de Eduardo Cunha e, após mais de 30 pedidos de impedimento da presidente recusados, a Câmara dos Deputados, na figura de seu presidente Eduardo Cunha, acata o pedido dos juristas e deflagra o processo de impeachment de Dilma. Os motivos para o impeachment seriam a alegação de envolvimento da presidenta em crime de responsabilidade pelas pedaladas fiscais e o possível envolvimento da presidente no esquema de corrupção investigado pela “Operação Lava Jato”.

No dia 8 é votada, na Câmara dos Deputados, a primeira Comissão de Impeachment, através de voto secreto e com chapas alternativas concorrendo. A chapa eleita foi formada por parlamentares de oposição ao governo então vigente. No mesmo dia, Michel Temer faz circular na mídia uma carta se intitulando ‘vice decorativo’, provocando um rompimento no seu relacionamento com a presidente.

⁵ Pedaladas fiscais são manobras fiscais utilizadas por governantes para melhorar artificialmente as contas públicas e, até então, consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Em 17 de dezembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) anula a formação da Comissão de Impeachment e decide que ela deve ser constituída por chapa única, indicada pelos líderes dos partidos. A corte também estabelece que a presidente teria direito a defesa prévia e que o Senado não seria obrigado a dar prosseguimento ao processo, caso ele fosse aprovado na Câmara, sendo necessária também uma votação no Senado.

O país se dividia entre os que pediam o impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff e os que definiam o processo como ‘golpe’. Em 17 de março é formada a nova Comissão de Impeachment e dado o prazo de dez sessões para que a presidente apresentasse sua defesa. Já no final daquele mês, o senador Romero Jucá anuncia o rompimento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com a base governista. Nos dias 30 e 31, são ouvidos pela Comissão de Impeachment, os juristas autores do pedido de impedimento e a defesa de Dilma, formada por Nelson Barbosa, ministro da Fazenda e Ricardo Lodi Ribeiro, professor de direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), respectivamente.

No dia 4 de abril, o advogado geral da União, José Eduardo Cardozo, entrega a defesa de Dilma à Comissão e fala por duas horas aos deputados na Câmara. No dia 6, o relator do processo de impedimento, Joavir Arantes (PTB), apresenta um relatório favorável à admissão do processo, no qual acolheu como denúncia à Dilma as pedaladas fiscais e a edição de decretos de créditos suplementares ao orçamento sem prévia autorização do Congresso Nacional. No dia 11, a Comissão aprova, por 38 votos a favor e 27 contrários, o relatório e o prosseguimento da votação do processo para o plenário. E em 17 de abril, após seis horas de votação, a Câmara dos Deputados aprovou, por 367 votos favoráveis e 137 contrários, o prosseguimento do processo de impeachment de Dilma Rousseff no Senado Federal.

Ainda em abril, no dia 25, o Senado escolhe os membros da Comissão Especial de Impeachment e, no dia 26, os senadores Raimundo Lira (PMDB) e Antônio Anastasia (PSDB) são escolhidos como presidente e relator, respectivamente. No dia 28 de abril os juristas são mais uma vez ouvidos, agora no Senado. E no dia 29, o advogado geral da União apresenta a defesa da presidente. O ministro da Fazenda e a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, também defendem a presidente no Senado.

Após o evento, o país iniciou um debate acerca dos fundamentos do impeachment: seria ele um processo de natureza jurídica ou política? A polêmica ainda permanece. Em maio de 2016, para cumprir uma solicitação do STF, foi formada uma comissão de 21 senadores para discutir a abertura do inquérito contra a presidente. O parecer do relator da comissão, Antônio Anastasia, foi favorável ao impeachment e aprovado por 15 votos a 5. Após aprovação do parecer na comissão, o Senado votou favoravelmente, por 55 votos contra 22, pela abertura do inquérito contra Dilma. É determinado, então, o afastamento da presidente de suas funções e seu vice, Michel Temer, assume o governo interino. Nesse período, outro evento político importante aconteceu. Em 5 de maio, o STF afasta o deputado Eduardo Cunha de seu mandato e também de sua função como presidente da Câmara. A justificativa seria que o deputado estaria usando seu mandato para ‘constranger e ameaçar’ pessoas a fim de obter vantagens ilícitas.

Em maio, no dia 9, o presidente interino da Câmara, Waldir Maranhão (PP), anula a sessão que aprovou a admissibilidade do processo de impeachment. Porém o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), não acata a decisão e afirma que daria continuidade ao processo. Ainda neste dia, à noite, Maranhão revoga a própria decisão e desiste de anular a votação no plenário da Câmara. No dia 10, o governo entra com recurso no STF para tentar anular o impedimento de Dilma, mas no dia seguinte o ministro do STF Teori Zavascki nega o recurso. No dia 12 de maio, com 55 votos favoráveis e 22 contrários, o Senado autoriza a abertura do processo de impeachment propriamente dito e determina o afastamento da presidente pelo período de até 180 dias. No mesmo dia Dilma Rousseff é afastada do cargo e o vice-presidente Michel Temer é notificado para assumir como presidente interino. Ainda no dia 12 de maio, durante reunião no gabinete da Presidência do Senado, o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, assume a presidência do Senado para os fins do processo e nomeia o secretário geral da mesa do Senado, Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, escrivão do processo. O rito aconteceu da mesma maneira que em 1992, no processo de impeachment do presidente Collor.

Assim, depois dos 180 dias de investigação, em 26 de agosto, o Senado deu início ao julgamento das acusações contra a presidente. Como determina a Constituição Federal, a sessão foi presidida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal. No dia 29, Dilma se defende na plenária do Senado e classifica o processo

como golpe por não haver, no seu entendimento, legalidade no pedido de impedimento de seu mandato. No último dia, 31 de agosto, 61 senadores julgaram que a presidente cometeu crime de responsabilidade fiscal e Dilma perde seu mandato. Além do crime de responsabilidade, os senadores também votaram pela inabilitação da presidente para funções públicas pelos próximos oito anos. Apenas 42 deles votaram a favor da inabilitação, 12 a menos do que o necessário, fazendo com que Dilma esteja apta para ocupar qualquer função pública e até concorrer às próximas eleições, em 2018.

1.3. Cenário econômico do impeachment de Dilma Rousseff

Além das pedaladas fiscais, um dos fatores frequentemente citados pelos defensores do impeachment da presidente Dilma foi o cenário econômico do país. Em outubro de 2015, o TCU rejeitou as contas de 2014 do governo Dilma. As ‘pedaladas fiscais’ foram apontadas como irregulares, abrindo caminho para o processo de impeachment. Foi a primeira vez, desde 1937, que o TCU deu parecer contrário às contas de um presidente. As “pedaladas fiscais” teriam somado um déficit de 119,9 bilhões de reais para 2015, contrariando a previsão feita no início do ano, de um superávit de 66,3 bilhões.

Em 4 de novembro de 2015, o site jornalístico El País divulgou uma notícia⁶ comentando sobre um relatório produzido pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Tal documento apontava que o Brasil vivia “um momento crítico” em relação à sua situação econômica na época. Além disso, o relatório também fez previsões sobre a economia nos anos seguintes: “o PIB cairá 3,1% em 2015 e 1,2% em 2016” assegurou o documento, segundo a notícia.

O jornalista responsável pela matéria afirma que a OCDE entende que o momento crítico se deve a uma mistura de fatores: a situação fiscal do governo citada acima; o crescimento da inflação que, segundo o Banco Central, acumularam em 9,49%; e também pela “queda dos preços das matérias-primas, alimentada pela desaceleração da economia chinesa”. Para o jornalista, a crise econômica começou a golpear o país em 2014, quando o PIB brasileiro cresceu apenas 0,1% e as dívidas

⁶ Notícia divulgada pelo site El País, em 04 de novembro de 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/04/economia/1446663237_818015.html>. Acesso em: 20 de novembro de 2016.

caíram na conta da população por meio do aumento de impostos e de cortes de investimentos. Ele também destaca o fechamento de mais de 600.000 postos de trabalho e a elevação de 8,7% na taxa de desemprego⁷.

Pontua-se que, quando a situação econômica está desfavorável, a população passa a desaprovar o governo, pois se orienta pelo poder de compra do salário mínimo. Um exemplo claro disto foi o “milagre econômico brasileiro”, que aconteceu durante o Regime Militar, entre os anos 1968 e 1973. Neste período, apesar do país viver uma dura repressão do governo, que inclusive ficou conhecido na História como “anos de chumbo”, houve um dos maiores saltos de crescimento do PIB e da inflação. Houve também um aumento da concentração de renda e das desigualdades sociais. Porém, a população desenvolveu um pensamento ufanista⁸ de “Brasil potência”, demonstrando que apesar da violência na qual o governo administrava o país, seus cidadãos se sentiam satisfeitos pelo poder de compra que lhes era concedido.

Ainda tomando como fonte a notícia do site El País, outras medidas tomadas pelo governo Dilma poderiam explicar a perda de popularidade. Em maio de 2015, foi anunciado um corte de 70 bilhões de reais que atingiu todos os setores, inclusive a Saúde e a Educação, que eram prioridades de investimento deste governo. Os cortes também alcançaram os altos cargos do governo, sendo reduzidos 8 ministérios e 30 secretárias, bem como eliminados 3 mil cargos de confiança e 10% do salário da presidente, em outubro de 2015. O jornalista ainda assinala que, nessa época, a aprovação de Dilma não superava 10% em nenhuma das pesquisas de opinião realizadas.

1.4. As noções de impeachment e de golpe no âmbito jurídico

Antes de seguirmos para os pressupostos teóricos que nortearam esta pesquisa, é preciso entender melhor o que é o impeachment e o que é considerado golpe, dentro da Constituição brasileira. No campo do Direito Constitucional, “impeachment é a prerrogativa institucional do Poder Legislativo que consiste numa sanção de índole político-administrativa, encarregada de destituir, de modo legítimo e constitucional, o Presidente da República” (BULOS, 2014, p. 1264). Segundo Bulos

⁷ Segundo a notícia, estes dados foram fornecidos pelo IBGE.

⁸ Expressão de autovangloriação de um país. O adjetivo ufano provém da língua espanhola e significa a vanglória de um grupo autoenaltecendo fatos e feitos.

(2014), este recurso inabilita a execução de qualquer função pública, eletiva ou de nomeação pelo Chefe do Executivo Federal durante oito anos. A perda de poder acontece por meio de um procedimento jurídico-político, previsto na Constituição e nas leis, direcionado a presidentes que cometeram crimes funcionais⁹ ou comuns.

No sistema presidencialista, o Presidente da República é responsável criminalmente pelos seus atos funcionais, uma vez que “a irresponsabilidade criminal só se compadece com a monarquia de direito divino” (MALUF, 2013, p. 203). Nogueira apud Maluf (2013) destaca a natureza política e criminal do processo de impeachment.

É político porque visa especialmente despejar do poder um mau funcionário; porque não tem como escopo primordial uma punição; porque não impõe uma pena propriamente dita; porque não traz como consequência, na sua aplicabilidade, a perda da liberdade; e porque é exercitado por dois corpos políticos. É criminal porque, afinal, queira-se ou não se queira, aplica uma pena (NOGUEIRA, L. apud MALUF. 2013.p. 204).

De acordo com Bonavides (2000), o artigo 85 da Constituição brasileira vigente considera como crime de responsabilidade os atos do Presidente que atentarem contra a Constituição Federal ou diretamente sobre a existência da União; o livre exercício dos Poderes Legislativo, Judiciário e constitucionais dos Estados; o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; a segurança interna do País; a probidade na administração; a lei orçamentária; e sobre o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

No que tange à eficiência do processo, NOGUEIRA apud MALUF (2013) têm a seguinte percepção sobre o impeachment: “nunca, em nenhuma República presidencial, nenhum Presidente foi processado e condenado” (NOGUEIRA apud MALUF, 2013, p. 204). Bonavides (2000) entende que o próprio sistema presidencialista está vulnerável e comprometido, no que toca a responsabilidade presidencial.

O presidencialismo conhece tão-somente a responsabilidade de ordem jurídica, que apenas permite a remoção do governante, incurso nos delitos previstos pela Constituição. Defronta-se o sistema porém com um processo lento e complicado (o impeachment, conforme vimos), que fora da doutrina quase

⁹ Infrações penais cometidas intencionalmente (com exceção do peculato culposo) por pessoa investida de um ofício ou função pública, praticada contra a administração pública. Previsto nos artigos 312 a 327 do Código Penal brasileiro de 1940, os crimes funcionais equivalem a atos de improbidade administrativa.

nenhuma aplicação teve. Muito distinto aliás da responsabilidade política a que é chamado o Executivo na forma parlamentar, responsabilidade mediante a qual se deita facilmente por terra todo o ministério decaído da confiança do Parlamento (BONAVIDES, 2000, p. 407).

Bulos (2014) relata que o impeachment surgiu na Inglaterra, no fim da Idade Média, quando a dita Câmara dos Comuns levou os ministros do rei ao julgamento dos lordes. Segundo o autor, “a Constituição da Filadélfia o previu (art. 1º, Seção 3ª; art. 2º, Seção 4ª)” (BULOS, 2014, p. 1264). Ele também afirma que, nos Estados Unidos, a sanção foi relacionada à “crimes políticos cometidos por funcionários nomeados pelo Presidente da República, ficando fora de seu raio de ação os deputados e senadores” (BULOS, 2014, p. 1264). Veio a ser instituído no Brasil através da Carta republicana, de 1891 e foi aplicado nas três esferas de governo, inclusive a municipal. O autor pontua que, com exceção da de 1937, todas as Constituições brasileiras o previram o impeachment, com mais ou menos intensidade.

Alguns elementos são necessários para que se desenvolva um processo de impeachment. Bulos (2014) cita: a legitimidade ativa (qualquer brasileiro que exerça plenamente seus direitos políticos pode dar início ao processo); Exame da denúncia pela Câmara dos Deputados; apresentação de um parecer da comissão especial da Câmara dos Deputados, com membros de todos os partidos, em 48 horas; discussão e votação do parecer; recebimento formal da denúncia pela Câmara dos Deputados; deslocamento da peça para o Senado; e a prolação da decisão e consequências jurídicas, que podem ser desde a perda do cargo e a inabilitação para o exercício de função pública eletiva ou de nomeação durante oito anos, até condenação criminal (parágrafo único do art. 52 da Constituição) independentemente do afastamento do cargo.

Por outro lado, Bulos (2014) explica que “desde que apresentado antes do início da sessão do julgamento, o ato de renúncia ao cargo executivo extingue o processo de impeachment, cuja natureza é político-administrativa” (BULOS, 2014, p. 1270). O autor também pontua a diferença entre impeachment e impedimento, que é tido como uma tradução forçada desse anglicismo incorporado à língua portuguesa. Segundo ele, o impedimento é a consequência do processo de impeachment e, portanto, “é apenas parte ou fase do processo de responsabilização política: o

recebimento da denúncia que abre as portas ao julgamento pelo Senado Federal” (BULOS, 2014, p. 1264).

O que se chama de golpe de Estado é, para Bonavides (2000), a simples tomada de poder de maneira ilegal e os protagonistas podem ser o governo com uma assembléia ou autoridades já instaladas no poder. Ele determina que “são características do golpe de Estado: a surpresa, a subtaneidade, a violência, a frieza do cálculo, a premeditação, a ilegitimidade” (BONAVIDES, 2000, p. 549). O autor ainda comenta:

Típico dos “sistemas monocráticos instáveis”, onde são mais usuais conforme atestam os exemplos extraídos da América Latina, África e Oriente Médio, o golpe de Estado no século XX é a técnica política predileta de tomada do poder que mais se emprega nos países subdesenvolvidos ou em fase de desenvolvimento. A traição e o medo se aliam no golpe de Estado (BONAVIDES. 2000. p. 550).

Bonavides (2000) também cita Malaparte (1931) e outros autores que consideraram a possibilidade de um grupo bem reduzido conseguir paralisar um país através da ocupação de pontos chaves como meios de transporte, usinas hidrelétricas e de abastecimento de água, estações de correios e centrais telefônicas, redações de jornais e emissoras de televisão, etc. Imobilizando a reação do governo, os autores do golpe de Estado conseguem uma ação rápida e eficaz. O autor ainda comenta sobre outras características desse tipo de tomada de poder.

No decurso do golpe, quando muito, ao público é dado perceber indícios, ouvir rumores, pressentir que algo de anormal se está desenrolando. Casos há em que a boataria se alastra abafada ou ostensiva, decorrente de indícios como uma movimentação suspeita de tropas na cidade ou tiroteio nas adjacências do palácio presidencial. Em geral, no espaço de 24 horas um golpe se define. Desbaratado ou bem sucedido, o público que não participou, mas esteve atento e silencioso, testemunha a expedição de “comunicados” ou “proclamações”, dando-lhe conta do desfecho. Se for o caso, recebe o fato consumado e dobra a cerviz aos novos donos do poder (BONAVIDES. 2000. p. 552).

Os responsáveis pelos golpes de Estado, segundo Bonavides (2000) quase sempre estão menor número e, via de regra, são executados por políticos, altos dirigentes e oficiais de elevada patente, que já estão investidos em funções estatais ou em condições de movimentar/neutralizar contra o governo que pretendem

derrubar do poder. Para que seja bem sucedido, o golpe precisa ser liderado por uma personalidade com “capacidade conjunta de planificar e improvisar, bem como sua coragem pessoal no ato crítico de execução do golpe” (BONAVIDES, 2000, p 552).

Duarte (2017) explica que, ao longo da história, diversas definições sobre o que é o golpe de Estado foram criadas e isto aconteceu devido a distúrbios no poder, causados ora pelos que estavam no poder ora por pelos que vieram a tomar o poder. Assim, o autor cita o que Barbé (1998) identificou como algumas características que indicam um golpe:

- 1) Na tradição histórica, o Golpe de Estado é um ato efetuado por órgãos do Estado. Em suas manifestações atuais, o Golpe de Estado, na maioria dos casos, é levado a cabo por um grupo militar ou pelas forças armadas como um todo. Num caso contrário, a atitude das forças armadas é de neutralidade-cumplicidade.
- 2) As consequências mais habituais do Golpe de Estado consistem na simples mudança da liderança política.
- 3) O Golpe de Estado pode ser acompanhado e/ou seguido de mobilização política e/ou social, embora isso não seja um elemento normal ou necessário do próprio golpe.
- 4) Habitualmente, o Golpe de Estado é seguido do reforço da máquina burocrática e policial do Estado.
- 5) Uma das consequências mais típicas do fenômeno acontece nas formas de agregação da instância política, já que é característica normal a eliminação ou a dissolução dos partidos políticos (BARBÉ in BOBBIO et al., 1998, p. 547).

Porém, Duarte (2017) defende que o golpe de Estado não deve ser entendido apenas como um “ato realizado por órgãos do próprio Estado”, visto que figuras alheias ao poder podem ocasionar a destituição do soberano, presidente ou detentor do poder. Neste sentido, ele afirma que a diferença entre o golpe de Estado e a revolução pode ser pautada na ruptura com instituições, na desobediência das normas previstas constitucionalmente e na tentativa de tornar o golpe legítimo, e outras características. Para o autor, a melhor definição seria a de que “o Golpe de Estado implica na instauração de um novo poder de fato, que imporá por sua vez a legalidade” (KELSEN, 1945 apud BARBÉ in BOBBIO et al., 1998 in DUARTE, 2017, p. 26).

Saindo do âmbito jurídico, selecionamos um trecho do livro “Mídia, Misoginia e Golpe” na qual o linguista Sírio Possenti contribui, a nosso ver, com a

noção de golpe de maneira bem didática. Assim, Possenti (2016) in Souza et al. (2016) pontua que:

A expressão golpe de Estado está dicionarizada como “mudança violenta ou ilegal de governo (Oxford Concise Dictionary), “subversão da ordem constitucional” (Aurélio), “violação deliberada das formas constitucionais por um governo, uma assembleia, um grupo de pessoas que detêm a autoridade” (Larousse); ou “a súbita e forçada substituição de um governo” (Webster’s New Tuenty Century Dictionary). Reduzido a termos mais simples, golpe de Estado configura a substituição de um poder do Estado por outro, por métodos não constitucionais, com ou sem uso de violência física (POSSENTI in SOUZA. 2016. p. 271).

Possenti (2016) também explica que, atualmente, a palavra “golpe” designa diversos tipos de movimento. Segundo o autor, existe um golpe típico da America Latina, nomeado de pronunciamiento e caracterizado por “militares, tanques nas ruas, suspensão de habeas corpus, de direito de reunião etc” (POSSENTI in SOUZA. 2016. p. 271). Ele defende que este tipo de golpe é um excesso e, por isso, as pessoas não ousariam mais fazê-lo, uma vez que geraria conseqüências como perda de prestígio do país, prejuízo em negócios com empresas globalizadas. “Então o golpe militar típico, clássico, perdeu prestígio. É péssima peça publicitária. Mas encontraram-se outras maneiras de destituir governantes” (POSSENTI in SOUZA. 2016. p. 271). Ele finaliza pontuando, ainda, que estes novos tipos “são golpes que poderiam ser chamados de ‘golpe branco’, ‘golpe político’, ‘golpe parlamentar’... Mas é golpe”(POSSENTI in SOUZA. 2016. P. 271).

Desta maneira, é possível perceber o conceito de impeachment é muito bem delimitado dentro da Constituição brasileira e em diversas bibliografias da área jurídica. As possíveis motivações para a instauração de um processo de impedimento, bem como todas as etapas do impeachment já estão previstas no Código Penal. Por outro lado, os conceitos e as noções que perpassam a palavra golpe são muito variadas e podem depender do ponto de vista de quem julga. Apesar de existir a definição do que é um golpe, os atos que são classificados como tais ganham um escopo bem mais abrangente do que a definição em si.

Capítulo 2 – Pressupostos teóricos

No segundo capítulo desta pesquisa iremos abordar os pressupostos teóricos, bem como os pesquisadores que nortearam a realização do presente estudo.

2.1. Pressupostos da Teoria Semiollingística

Charaudeau (2014) demonstra que existem diferentes atitudes diante da linguagem, ou melhor, diferentes maneiras de certas teorias lingüísticas semióticas definirem seu objeto, seu método e seu conhecimento. Segundo o autor, estas formas podem ser resumidas em duas tendências diferentes,

uma que se caracteriza por sua concepção de linguagem-objeto-transparente, por seu método de atividade de abstração, e se interessa por do que nos fala a linguagem; e outra que se caracteriza por sua concepção de linguagem-objeto-não-transparente, por seu método de atividade de elucidação, e se interessa por como nos fala a linguagem (CHARAUDEAU, 2014, p. 20).

Tendo em vista essas tendências, Charaudeau (2014) destaca a necessidade de integrar as duas atitudes antinômicas em uma mesma problemática, visto que a linguagem é produzida através da discordância e da concordância. Ele propõe que o ato de linguagem deve ser concebido “como um conjunto de atos significadores que falam o mundo através das condições e da própria instância de sua transmissão” (CHARAUDEAU, 2014, p. 20). Assim, para o autor, o objeto do conhecimento será o ‘do que fala a linguagem’, através ‘do como ela fala’ e que o mundo é constituído por meio da ‘estratégia humana de significação’. O método a ser seguido deve ser elucidante, do ponto de vista do ‘como’ e abstratizante, do ponto de vista do ‘do quê’.

Antes de pontuar os conceitos mais importantes da Teoria Semiollingística de Patrick Charaudeau, é preciso tratar de algumas questões. A primeira delas é o que Charaudeau (2014) chama de ‘a dupla dimensão do fenômeno lingüístico’. Para o autor, a finalidade de ato de linguagem não deve ser observada apenas em sua configuração verbal, mas nas possíveis interpretações que o sujeito vai estabelecer entre esta e os sentidos implícitos. Essas interpretações estão diretamente dependentes da relação entre os parceiros do ato e das circunstâncias em que ele ocorre. O autor pontua que essa expectativa é múltipla, devido à abertura e variedade

desse jogo de relações. Nesse sentido, o ato de linguagem possui uma dupla dimensão, o explícito e o implícito.

Na dimensão do explícito, quando são formadas as paráfrases estruturais, é formada “na linguagem um jogo de reconhecimento morfossemântico construtor de sentido, que remete à realidade que nos rodeia, conceituando-a” e que é nomeada simbolização referencial” (CHARAUDEAU, 2014, p. 25). Já a dimensão implícita, onde são evidenciadas as paráfrases seriais, permite que o sujeito construa a “significação de uma totalidade discursiva que remete a linguagem a si mesma como condição de realização dos signos, de forma que eles não signifiquem mais por si mesmos mas pela totalidade discursiva que os ultrapassa” (CHARAUDEAU, 2014, p. 25). Esse jogo é denominado pelo autor de significação. Charaudeau (2014) explica ainda que essas dimensões não podem ser compreendidas de forma separada, mas que, “é o sentido implícito que comanda o sentido explícito para constituir a significação de uma totalidade discursiva” (CHARAUDEAU, 2014, p. 26).

Uma segunda questão abordada por Charaudeau (2014) são as condições de produção/interpretação do ato de linguagem, ou seja, as circunstâncias do discurso. O autor evidencia dois aspectos das condições de produção/interpretação do ato de linguagem: a relação que os sujeitos, enunciador e interpretante, possuem face ao propósito linguageiro e a relação que esses dois sujeitos mantêm face um ao outro. Na primeira relação, destaca-se que os participantes do ato precisam partilhar de um mesmo saber. Já na segunda, esses parceiros precisam saber sobre os saberes que supõem existir entre eles, constituindo o que o autor chama de filtros construtores de sentido. Assim,

para o sujeito interpretante, interpretar é criar hipóteses sobre: (i) o saber do sujeito enunciador; (ii) sobre seus pontos de vista em relação aos seus enunciados; (iii) e também sobre seus pontos de vista em relação ao seu sujeito destinatário (CHARAUDEAU, 2014, p. 31).

Dessa forma, o autor define que as circunstâncias do discurso são o conjunto de saberes supostos pelos protagonistas da linguagem, que são as práticas sociais partilhadas e os filtros construtores de sentido.

A terceira questão comentada por Charaudeau (2014) é uma problemática do signo. Segundo o próprio autor, a significação de um ato de linguagem é uma

totalidade não autônoma, que depende de saberes que a constroem a partir dos pontos de vista do enunciador e do interpretante. Assim, ele entende que o signo existe somente no discurso, porém não nega que “as palavras detêm um sentido mais ou menos estável, que faz com que não sejam intercambiáveis” (CHARAUDEAU, 2014, p 33). O autor propõe, ainda, que o signo linguageiro se apresenta, tendo em vista o seu sentido, sob duas faces, uma de qualificação referencial e outra de uma funcionalidade.

Por outro lado, além desses valores de uso, existem constantes de sentido que se constroem em razão do uso de palavras em contextos semelhantes e diferentes. Esses empregos múltiplos vão formar um saber metacultural sobre os signos, denominado núcleo metadiscursivo (NmD). Dessa maneira, Charaudeau (2014) aponta que as marcas linguísticas contribuem para formar o signo na significação de um ato de linguagem. Portanto, “o signo é algo complexo, que se constrói na instância linguageira em função de uma determinada expectativa discursiva; esta expectativa convoca marcas portadoras de um determinado NmD” (CHARAUDEAU, 2014, p 36). Cada ato de discurso, por sua vez, é resultante da atividade linguageira de construção de uma intertextualidade discursiva e da construção de uma rede estrutural de conhecimento metacultural sobre as marcas.

Charaudeau (2014) entende todo ato de linguagem como uma encenação, onde estão inscritos todos os componentes do ato de comunicação. Ele explica que o ato de comunicação deve ser visto como um encontro dialético entre dois processos: um de produção, criado por um EU e dirigido a um TU-destinatário e um de interpretação, criado por um TU'- interpretante, que constrói uma imagem EU' do locutor. Também demonstra que todo ato de linguagem vai surgir de circunstâncias de discurso específicas, irá se realizar no ponto de encontro dos processos de produção e de interpretação e será encenado por duas entidades, o sujeito de fala e o sujeito agente. Esses sujeitos são representados por um EU e um TU, que se desdobrarão e serão concebidos dentro de um ato de linguagem.

Segundo Charaudeau (2014), o primeiro desdobramento está inscrito em um ‘circuito da fala configurada’, que acontece no espaço interno e onde se encontram os seres de fala, instituídos na imagem de sujeito enunciador (EUe) e de sujeito destinatário (TUd), nativo de um saber que está ligado às representações linguageiras das práticas sociais. O segundo desdobramento se inscreve em um ‘circuito externo à

fala configurada’, que está disposto no espaço externo e onde estão os seres agentes, instituídos na imagem de sujeito comunicante (EUc) e de sujeito interpretante (TU_i), advindos de um saber ligado ao conhecimento da organização do ‘real’ ou psicossocial que determina esses sujeitos.

Posteriormente, Charaudeau (2014) trata de um conceito importante, o de contrato de comunicação. Segundo ele

a noção de contrato pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais. Em decorrência disso, o sujeito comunicante sempre pode supor que o outro possui uma competência linguageira de reconhecimento análoga à sua. Nessa perspectiva, o ato de linguagem torna-se uma proposição que o EU faz ao TU e da qual espera uma contrapartida de conviência (CHARAUDEAU, 2014, p. 56).

É esse contrato que permite que os parceiros reconheçam um ao outro através de traços identitários e, assim, promovam as condições indispensáveis para a realização do ato de comunicação, ou seja, a sua finalidade, a identidade dos participantes, o propósito e as condições materiais ou contexto de produção.

O ato de comunicação, segundo Charaudeau (2014) é representado como um dispositivo, no qual o sujeito falante está ao centro em relação ao seu parceiro. Esse dispositivo pressupõe alguns componentes, que são a situação de comunicação, os modos de organização do discurso, a língua e o texto. No que se refere à situação de comunicação, Charaudeau (2014) demonstra que ela se constitui como um ‘espaço de troca’ onde há uma relação entre os parceiros, que se define por meio de características físicas sobre eles e sobre o canal de transmissão; características a respeito da identidade desses parceiros e características contratuais. O autor ainda observa que existem segundo suas características, dois tipos de situação: uma dialógica e outra monológica.

A primeira ocorre “quando os parceiros da comunicação estão presentes fisicamente um ao outro, o contrato permite a troca, o canal de transmissão é oral e o ambiente físico é perceptível pelos dois parceiros” (CHARAUDEAU, 2014, p. 71). Dessa forma, nesta situação o locutor tem condições de perceber imediatamente as reações do seu interlocutor, podendo antecipar o que quer dizer, ou então se corrigir, se completar, etc. Já a situação monológica, ocorre “quando os parceiros não estão presentes fisicamente um ao outro, e quando o contrato não permite a troca, o canal

de transmissão pode ser oral ou gráfico” (CHARAUDEAU, 2014, p. 72). Nesta situação, o locutor não tem condições de perceber as reações do seu interlocutor e assim “pode organizar o que vai dizer de maneira lógica e progressiva” (CHARAUDEAU, 2014, p. 72).

Charaudeau (2014) propõe uma maneira de ordenar as categorias da língua de acordo com as finalidades discursivas de um ato de comunicação, que ele chama de modos de organização do discurso e são divididos em enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo.

Segundo o autor, o modo enunciativo possui um emprego especial na organização do discurso, porque se organiza em torno da posição do locutor de diferentes maneiras: em relação ao interlocutor, em relação ao mundo e em relação a outros discursos. Essas relações apontam as funções de base do modo enunciativo, que são a relação de influência do EU sobre o TU, o ponto de vista do sujeito e a retomada do que já foi dito pelo interlocutor.

A primeira diz respeito à relação entre locutor e interlocutor, denominada por Charaudeau (2014) como comportamento alocutivo e indica que “o sujeito falante enuncia sua posição em relação ao interlocutor no momento em que, com o seu dizer, implica e lhe impõe um comportamento” (CHARAUDEAU, 2014, p. 82). A segunda é sobre a relação do sujeito com o mundo, denominada de comportamento elocutivo e aponta que “o sujeito falante enuncia seu ponto de vista sobre o mundo, sem que o interlocutor esteja implicado nessa tomada de posição” (CHARAUDEAU, 2014, p. 83). A terceira é sobre a relação entre o locutor e um terceiro, denominada comportamento delocutivo, na qual “o sujeito falante se apaga de seu ato de enunciação e não implica o interlocutor” (CHARAUDEAU, 2014, p. 83). O autor comenta que neste comportamento, o sujeito apenas observa como os discursos do mundo se impõem sobre ele, resultando em uma enunciação mais objetiva.

Ainda sobre este modo, Charaudeau (2014) pontua os procedimentos para a construção enunciativa, que são da ordem linguística, que implica os tipos de relações citados anteriormente e da ordem discursiva, que serão descritos dentro dos outros modos de organização. No caso da encenação descritiva, eles serão apontados dentro dos efeitos (de saber, de realidade/ficção, de confiança e de gênero). Já no caso da encenação narrativa, podem ser observados “nas maneiras de implicar o

destinatário-leitor, nos modos de intervenção do narrador, estatutos e pontos de vista do narrador” (CHARAUDEAU, 2014, p. 84). E na encenação argumentativa, encontram-se dentro dos tipos de posição do sujeito e nos tipos de valores dos argumentos.

O modo descritivo se organiza em torno dos princípios da construção descritiva e da encenação descritiva. A construção descritiva é constituída por três tipos de componentes que, segundo Charaudeau (2014), são autônomos e indissociáveis. O primeiro deles é nomear, ou, “fazer existir seres significantes no mundo, ao classificá-los” por suas semelhanças e diferenças (CHARAUDEAU, 2014, p. 112). Esse componente suscita, segundo o autor, um procedimento de identificação. O segundo é localizar-situar, onde se busca “determinar o lugar que um ser ocupa no espaço e no tempo e, por um efeito de retorno, atribuir características a este ser na medida em que ele depende, para sua existência, para a sua função, ou seja, para sua razão de ser, de sua posição espaço-temporal” (CHARAUDEAU, 2014, p. 113). Da mesma maneira, esse componente suscita o procedimento de construção objetiva do mundo. O terceiro componente é qualificar, que “atribui um sentido particular a esses seres e isto de maneira mais ou menos objetiva” (CHARAUDEAU, 2014, p. 115) e suscita o procedimento de construção ora objetiva, ora subjetiva do mundo.

Já a encenação descritiva, segundo Charaudeau (2014), possui como componente um sujeito falante ou descritor, que pode intervir de maneira explícita ou não no discurso, produzindo quatro tipos de efeitos. O efeito de saber, que se produz “toda vez que o descritor procede a uma série de identificações e de qualificações que, presumivelmente, o sujeito leitor não conhece” (CHARAUDEAU, 2014, p. 139). O efeito de realidade e de ficção, que “constroem uma imagem dupla de narrador-descriptor, a qual ora é exterior ao mundo descrito, ora é parte interessada em sua organização” (CHARAUDEAU, 2014, p. 140). O efeito de confiança, que “procede de uma intervenção explícita ou implícita do descritor, que é levado a exprimir sua apreciação pessoal” (CHARAUDEAU, 2014, p. 141). E o efeito de gênero, que é o resultado “do emprego de alguns procedimentos de discurso que são suficientemente repetitivos e característicos de um gênero para tornar-se o signo deste” (CHARAUDEAU, 2014, p. 142). A encenação possui, ainda, o que o autor chama de procedimentos de composição, divididos em três tipos de descrição, a que

é feita para informar, a que é feita para contar e a que é feita para explicar. O autor também aponta as diversas finalidades da situação de comunicação de gêneros pertencentes ao modo descritivo. São elas: recensar, informar, definir, explicar, incitar, contar.

O modo narrativo se organiza em torno dos princípios da lógica narrativa e da encenação narrativa. Charaudeau (2014) propõe que essa lógica narrativa é “uma hipótese de construção do que constitui a trama de uma história que se supõe despojada de suas particularidades semânticas, e que se julga existir fora (aquém) da configuração enunciativa” (CHARAUDEAU, 2014, p. 159). Ela é constituída por três tipos componentes: “os actantes, que desempenham papéis relacionados à ação da qual dependem; os processos, que unem os actantes entre si, dando uma orientação funcional à sua ação; as sequências, que integram processos e actantes numa finalidade narrativa segundo certos princípios de organização” (CHARAUDEAU, 2014, p. 160). A lógica narrativa irá se configurar através de procedimentos que podem estar ligados à motivação intencional, à cronologia, ao ritmo e à localização espaço-temporal.

Sobre a encenação narrativa, Charaudeau (2014) propõe que ela é composta pelo dispositivo narrativo e pelos parceiros e protagonistas da encenação. O dispositivo narrativo pressupõe dois espaços de significação sendo um “externo ao texto (extratextual), onde se encontram os parceiros da troca languageira”, dotados de uma identidade social: o sujeito falante e o sujeito receptor-interpretante e outro “interno ao texto (intratextual), onde se acham os dois sujeitos da narrativa” dotados de uma identidade discursiva: o enunciador e o destinatário (CHARAUDEAU, 2014, p. 184). Já os parceiros e protagonistas da encenação narrativa são o autor e o leitor reais e o narrador e o leitor-destinatário. O autor também aponta que os procedimentos de configuração dessa encenação são constituídos ora pelas intervenções e identidades do narrador, ora pelo estatuto desse narrador, ora pelos pontos de vista do sujeito narrador. Assim, a função base desse modo de organização é “construir a sucessão das ações de uma história no tempo, com a finalidade de fazer um relato” (CHARAUDEAU, 2014, p. 75).

O modo argumentativo tem como princípios da organização a lógica argumentativa e a encenação argumentativa. Charaudeau (2014) demonstra que esse

primeiro princípio pressupõe como componentes: os elementos base da relação argumentativa, ou seja, a asserção de partida (A1); a asserção de chegada (A2) e a asserção de passagem; os modos de encadeamento que são a conjunção, a disjunção, a restrição, a oposição, a causa, a consequência e a finalidade; as modalidades ou condições de realização, sendo um eixo do possível e outro do obrigatório; e, por fim, o escopo de valor da verdade, podendo ser a generalização, a particularização e a hipótese. Por outro lado, o autor também define os procedimentos dessa lógica ou os modos de raciocínio. São eles: a dedução, a explicação; a associação, a escolha alternativa e a concessão restritiva.

Sobre a encenação argumentativa, Charaudeau (2014) entende que uma asserção e um encadeamento de asserções se combinam a fim de construir uma parte do processo argumentativo, que ele nomeia como ‘proposta’. Mas para que esse processo se desenvolva, o autor pressupõe mais duas condições: “que o sujeito que argumenta tome posição com relação à veracidade de uma proposta existente”, que chamamos de proposição, e “que o sujeito diga por que está de acordo ou não, ou então, se quem propõe o questionamento é ele mesmo, que traga a prova da veracidade de sua proposta”, desenvolvendo o que chamamos de persuasão (CHARAUDEAU, 2014, p. 221). A proposta, a proposição e a persuasão são os dispositivos argumentativos. Mas para que essa argumentação aconteça, Charaudeau demonstra que é necessário haver uma situação de troca, podendo ser monologal ou dialogal e um contrato de comunicação, no qual a argumentação será explícita ou implícita. Além desses tipos de configuração, o autor ainda destaca as posições do sujeito na argumentação, sendo elas com relação à proposta, com relação ao emissor da proposta e com relação a sua própria argumentação.

Ainda no que tange a encenação argumentativa, Charaudeau (2014) aponta os procedimentos utilizados. O primeiro tipo são os procedimentos semânticos, que “consistem em utilizar um argumento que se fundamenta num consenso social pelo fato de que os membros de um grupo sociocultural compartilham determinados valores, em determinados domínios de avaliação” (CHARAUDEAU, 2014, p. 232). O segundo tipo são os procedimentos discursivos, que “consistem em utilizar ocasionalmente ou sistemicamente certas categorias de língua ou os procedimentos de outros modos de organização do discurso, para, no âmbito de uma argumentação,

produzir certos efeitos de persuasão” (CHARAUDEAU, 2014, p. 236). E o terceiro tipo são os procedimentos de composição, que

consistem em repartir, distribuir, hierarquizar os elementos do processo argumentativo ao longo do texto, de modo a facilitar a localização das diferentes articulações do raciocínio (composição linear), ou a compreensão das conclusões da argumentação (composição classificatória) (CHARAUDEAU, 2014, p. 244).

Dessa forma, a função de base do modo argumentativo, segundo o autor, é “expor e provar casualidades numa visada racionalizante para influenciar o interlocutor” (CHARAUDEAU, 2014, p. 75).

2.2. Discurso da informação midiático

Nesta seção apresentaremos, nos dois primeiros tópicos, as características dos gêneros jornalísticos na perspectiva de autores da área do Jornalismo. Posteriormente, do terceiro tópico em diante, aprofundaremos esta discussão à partir das características da informação midiática em uma perspectiva discursiva. Trataremos a informação como discurso e problematizaremos também a relação entre mídia e manipulação¹⁰, utilizando a AD proposta por Charaudeau e van Dijk.

2.2.1. Gêneros Jornalísticos

Os gêneros do jornalismo se apresentam como um espelho das questões históricas de sua área. Marques de Melo (2006b) prevê a ocorrência de cinco classes de gênero na imprensa brasileira: o informativo, o opinativo, o interpretativo, o diversional e o utilitário. Segundo o autor, os gêneros informativo e opinativo são hegemônico e, os outros, três, complementares.

O gênero informativo foi o primeiro a aparecer na imprensa mundial e é considerado por Marques de Melo (2006b) “referencial”. Esta classe de gêneros tem como base a informação jornalística e se funda em relatos a respeito de fatos que se julgam ser de interesse público, tendo como característica principal a descrição objetiva e imparcial dos acontecimentos. Porém, ao longo dos anos, inúmeras

¹⁰ “A manipulação apóia-se numa estratégia central, talvez única: a redução mais completa possível da liberdade de o público discutir ou de resistir ao que lhe é proposto. Essa estratégia deve ser invisível, já que seu desvelamento indicaria a existência de uma tentativa de manipulação” (BRETON, 1999, p. 20)

discussões demonstraram que não existe objetividade e imparcialidade no campo jornalístico, como veremos mais adiante.

O opinativo, por sua vez, é gênero argumentativo que emergiu no século XVIII, com os “processos revolucionários de natureza anti-colonial (USA, 1776) e anti-absolutista (França, 1789), convertendo a imprensa em arena de combate” (MARQUES DE MELO, 2010, p. 4). Essa opinião pode ser produzida por jornalistas ou especialistas, pela própria empresa jornalística e até por leitores. Vale destacar que, para que o texto opinativo tenha credibilidade, a influência do veículo jornalístico e do autor são muito relevantes.

Já o interpretativo surgiu na imprensa por volta do século XX. Segundo Marques de Melo (2006b), esse gênero possui uma natureza analítica e começou a “ser cultivado durante o período da Segunda Guerra Mundial, quando a sociedade norte-americana considera-se lesada pela imprensa, em face da ausência de informações que permitissem a previsão do conflito bélico” (MARQUES DE MELO, 2010, p. 5). Assim, “enquanto a notícia registra o aqui, o já, o acontecer, a reportagem interpretativa determina um sentido desse aqui num círculo mais amplo, reconstitui o já no antes e no depois, deixa os limites do acontecer para um estar acontecendo atemporal ou menos presente” (LEANDRO E MEDINA, 1973, p. 23).

O segundo gênero complementar da imprensa brasileira, definido por Marques de Melo (2006b), é o diversional. Para o autor, a identidade desta classe de gênero oscila entre o mundo real e a narrativa imaginária. Voltada para o divertimento, o gênero diversional é um “mero recurso narrativo que busca estreitar os laços entre a instituição jornalística e o seu público e não transcende a descrição da realidade, apesar das formas que sugerem sua dimensão imaginária” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 64). O autor ainda destaca que este gênero visa preencher os momentos de ócio do público ao oferecer informações que prendam o interesse por meio da diversão.

Por fim, Marques de Melo (2006b) pontua que o gênero utilitário aparece no final do século XX, período de surgimento da sociedade da informação. Beltão (2006) apud Assis (2010) constatou a vigência de “serviços do jornal”, na qual os conteúdos eram registros breves sobre assuntos que auxiliassem o público no dia a dia, como “modificações nos horários das linhas de trens ou ônibus, avisos de fechamento extraordinário do comércio, de alterações nas pautas de pagamentos de

impostos, vencimentos de funcionários e outras matérias semelhantes” (BELTRÃO apud ASIS, 2010, p. 27).

Além dessas cinco classes de gênero conceituadas por Marques de Melo (2010) e outros autores, a imprensa brasileira também tem apresentado o que chamamos de gêneros híbridos ou efeito de gênero. Diz-se que um gênero é híbrido quando ele mistura elementos de duas classes como, por exemplo, notícias com comentários que apresentam marcas do gênero informativo e do opinativo. Sendo assim, textos publicados na imprensa também podem apresentar um formato de notícia e possui um conteúdo basicamente de opinião. Isso acaba por produzir um efeito de gênero no leitor, ou seja, fazer como que ele acredite estar lendo uma notícia com informações, teoricamente, objetivas e imparciais mas, na verdade, ele está recebendo um conteúdo subjetivo e carregado de opinião.

2.2.2. Notícia x Reportagem

Para Marques de Melo (2003), a distinção entre os gêneros “está exatamente na progressão dos acontecimentos, sua captação pela instituição jornalística e acessibilidade de que goza o público” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 66). Neste estudo serão utilizados, para a composição do corpus de análise, apenas os gêneros notícia e reportagem, os quais buscaremos definir neste momento. Segundo Marques de Melo (2003), a notícia corresponde a “um relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social” (MARQUES DE MELO, 2003, p.66).

Já “a reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que já são percebidas pela instituição jornalística” (MARQUES DE MELO, 2003, p.66). Para Lage (2001), “a diferença entre reportagem e notícia é que esta trata de um fato novo e aquela de um assunto, suscitado ou não por fato novo” (LAGE, 2001, p. 8). Vale ressaltar que o próprio autor também destaca que algumas reportagens não fazem uso do fato novo, podendo abordar antigas polêmicas.

No que diz respeito ao conceito de notícia, podemos encontrar contribuições de vários autores. Um deles é Baltar (2004), que conceitua notícia como “o gênero básico do jornalismo, em que se relata um fato do cotidiano considerado importante, mas sem opinião. É um gênero genuinamente informativo, em que, em princípio, o repórter não se posiciona, pois o que vale é o fato” (BALTAR, 2004, p. 133).

Seguindo esta perspectiva, Barbosa (2001) pontua que a notícia é o relato de um fato acontecido que se supõe ser de interesse da maioria das pessoas. Por outro lado, Lara (2007) afirma que a notícia, “não apenas informa, mas veicula as ideologias da cúpula do jornal e da classe social que representa” (LARA, 2007, p. 12).

Lage (1979; 2006a; 2006b) caracteriza o gênero reportagem sob três aspectos em seus trabalhos. O primeiro está relacionado à linguagem, na qual Lage (2006a) aponta seu estilo menos rígido do que a notícia, o que possibilita que o repórter faça uso da primeira pessoa, do levantamento de dados e interpretação dos fatos. O segundo aspecto é demonstrado por Lage (1979) e está direcionado para a instância de produção do gênero, que leva em consideração o fato como interesse público. O terceiro aspecto, proposto por Lage (2006b), é que este fato gerador de interesse que norteia a natureza da matéria e seu contexto.

Adentrando o terreno da AD, a ser discutido mais profundamente na seção seguinte, os aspectos acima levantados são apontados por Charaudeau (2004) como restrições formais e situacionais dos textos. Assim, no que tange o gênero reportagem, Charaudeau (2009) aponta que ele “trata de um fenômeno social ou político, tentando explicá-lo” (CHARAUDEAU, 2009, p. 221). Para o autor, este gênero

deve adotar um ponto de vista distanciado e global (princípio de objetivação) e deve propor ao mesmo tempo um questionamento sobre o fenômeno tratado (princípio de inteligibilidade). É por isso que recorre a diversos tipos de roteirizações, utilizando os recursos designativos, figurativos e visualizantes da imagem, para, por um lado, satisfazer as condições de credibilidade da finalidade de informação (CHARAUDEAU, 2009, p. 221).

Por outro lado, Charaudeau (2015) propõe chamar de notícia o “conjunto de informações que se relaciona a um mesmo espaço temático, tendo um caráter de novidade proveniente de determinada fonte e que pode ser diversamente tratado” (CHARAUDEAU, 2007, p. 132). Para o autor, o espaço temático seria o domínio do espaço público na qual um fato se inscreve, onde o acontecimento pode ser contado através de um minirelato. Já o caráter de novidade prevê que, para ser relatado, deve haver sempre um elemento novo, que não se conhecia antes ou não se presumia que o público tivesse conhecimento. Em relação à fonte, o autor entende que, o acontecimento é convertido em informação por uma instância e que a natureza da

fonte é quem determinará a credibilidade do que é relatado. Por fim, esse conjunto de informações pode ser diversamente tratado porque “no mesmo instante em que se dá a notícia, ela é tratada sob uma forma discursiva que consiste grosso modo em: descrever o que se passou, reportar reações, analisar fatos” (CHARAUDEAU, P. 2015. p. 132).

Van Dijk (2004) também propõe um conceito de notícia, que tem como base a sua estrutura, que se apresenta em parágrafos temáticos e em ordem de importância da informação. Para ele, a ordem de relevância “indica ao leitor qual informação é mais importante ou proeminente no texto” (VAN DIJK, 2004, p. 123).

Assim, de acordo com os autores e teóricos citados, elaboramos um quadro que pontua as principais características destes dois gêneros jornalísticos:

NOTÍCIA	REPORTAGEM
<ul style="list-style-type: none"> - Textos mais curtos; - Caráter de novidade ou fato novo; - Parágrafos por ordem de importância da informação (LEAD). - Finalidade: informar 	<ul style="list-style-type: none"> - Textos mais extensos e ‘tratados’; - Fatos que repercutiram na mídia ou abordagem mais profunda do fato; - Pode trazer questionamentos, explicações e interpretações de um fenômeno social ou político. - Finalidade: persuadir

Tabela 1 - Características dos gêneros Notícia e Reportagem

A seguir, entraremos definitivamente no campo de estudo da AD, tratando a informação como discurso e mostrando as perspectivas de análise de Patrick Charaudeau e de Teun van Dijk.

2.2.3. A informação midiática sob o olhar discursivo

2.2.3.1. Discurso das mídias na perspectiva Semiolinguística

A informação é considerada por Charaudeau (2015) como um ato de comunicação, visto que é “a transmissão de um saber, com ajuda de uma vasta determinada linguagem, por alguém que possui a alguém que se presume não possuí-lo” (CHARAUDEAU, 2015, p. 33). Em relação à linguagem, o autor entende que não é composta apenas pelos signos próprios da língua, mas também pelos valores

que ordenam o uso dos signos em situações de comunicação específicas. Sendo assim, a linguagem pode ser entendida como ato de discurso, sendo a “maneira pela qual se organiza a circulação da fala numa comunidade social ao produzir sentido” (CHARAUDEAU, 2015, p. 33). Esse sentido é construído num ato de comunicação, através de dois processos de semiotização: o de transformação e o de transação.

Charaudeau (2015) explica que a transformação “consiste em transformar o ‘mundo a significar’ em ‘mundo significado’, estruturando-o segundo um certo número de categorias que são, elas próprias, expressas por formas” (CHARAUDEAU, 2015, p. 41). Estas categorias, por meio de narrativas, nomeiam e qualificam os seres do mundo, bem como descrevem suas ações e argumentam acerca dos motivos que os levaram a tomá-las. Para o autor, o ato de informar está inscrito no processo porque tem como objetivos descrever, contar e explicar. Já o processo de transação é a significação psicossocial que o sujeito atribui ao seu ato de comunicação, que acontece baseado em

hipóteses sobre a identidade do outro, o destinatário-receptor, quanto a seu saber, sua posição social, seu estado psicológico, suas aptidões, seus interesses, etc.; o efeito que pretende produzir sobre o outro; o tipo de relação que pretende instaurar com esse outro e o tipo de regulação que prevê em função dos parâmetros precedentes (CHARAUDEAU, 2015, p. 41).

Assim, o ato de informar participa da transação porque pressupõe uma situação de troca, na qual um dos parceiros possui um saber e o transmite ao outro, que recebe, interpreta e modifica-se em relação ao seu estado inicial de conhecimento. O autor pontua, ainda, que o processo de transação conduz o de transformação. Por isso, se um discurso representa o mundo ao representar uma relação, no discurso da informação, o sujeito que informa só pode construir uma informação com base no contexto da situação de troca em que se encontra. É neste sentido que Charaudeau (2015) afirma que “nenhuma informação pode pretender, por definição, à transparência, à neutralidade ou à factualidade” (CHARAUDEAU, 2015, p.42).

Outro conceito abordado por Charaudeau (2015) e que muito interessa para esse trabalho é o de efeito de verdade. “Diferentemente do valor de verdade, que se baseia na evidência, o efeito de verdade baseia-se na convicção, e participa de um movimento que se prende de um saber de opinião, a qual só pode ser apreendida

empiricamente, através de textos portadores de julgamentos” (CHARAUDEAU, 2015, p. 49). Para o autor, o que se busca não é uma verdade em si, mas a credibilidade, ou melhor, o que confere ao seres comunicantes o direito à palavra emitida ou às condições que a validam. No caso do discurso da informação, os efeitos de verdade serão modulados por meio das possíveis razões pelas quais a informação é transmitida, dos traços psicológicos e sociais do sujeito que informa e dos meios utilizados para comprovar a veracidade dessas informações.

Fazer com que os cidadãos saibam do que acontece no mundo é o que Charaudeau (2015) chama de visada da informação. As mídias tentam realizar essa visada por meio das atividades linguageiras de descrição-narração, para reproduzir os fatos, e a explicação, que busca esclarecer acerca das causas e consequências do acontecimento desses fatos. Para o autor, “dizer o que aconteceu significa que não há coincidência temporal entre o dito e o fato e que o relato que se instaura entre os dois só pode ser de reconstituição” (CHARAUDEAU, 2015. p. 89). Para realizar essa reconstituição, a imprensa faz uso de imagens e testemunhos.

Por outro lado, “fornecer a prova das explicações significa mostrar o que, por definição, é invisível: os motivos dos fatos ou sua possível consequência. Não se trata mais de reportar os fatos, mas de extrair deles sua razão de ser” (CHARAUDEAU, 2015. p. 90). Para fundamentar a validade das explicações e provar o que se diz, a mídia impressa utiliza análises de especialistas e peritos, investigações ou apenas demonstrações por meio de imagens. Na visada da informação, Charaudeau (2015) pontua que a mídia se depara com o problema da credibilidade, visto que sua legitimidade é baseada em fazer com que o leitor creia que o que é dito é verdadeiro. Sendo assim, elas se engajam em um jogo da verdade, tentando corresponder aos distintos imaginários sociais que as interrogam.

Charaudeau (2015) também define uma visada de captação, que está voltada para o parceiro da troca. Segundo o autor, é necessário que a mídia se mostre credível,

porque está em concorrência com os demais organismos de informação, o que a coloca num campo de luta comercial por sua própria sobrevivência econômica; e porque, em nome da posição que ocupa institucionalmente no espaço público, tem como dever informar, o mais corretamente possível, o conjunto dos cidadãos. Assim sendo, encontra-se engajada na busca do maior número de cidadãos consumidores da informação (CHARAUDEAU. 2015. p. 91).

Nesse sentido, a mídia vê a necessidade de emocionar seu público, mobilizando a afetividade, despertando o interesse e motivando a paixão pela informação que está sendo veiculada. Assim como pela afetividade, as emoções se estruturam por meio dos imaginários sociodiscursivos, como propõe Charaudeau (2015). Diante dessa tensão entre a credibilidade e a captação da emoção a mídia enfrenta um dilema: quanto mais tendem para o primeiro, menos tocam o grande público e, quanto mais se voltam para a captação, menos credibilidade terão. “As mídias não ignoram isso, e seu jogo consiste em navegar entre esses dois polos ao sabor de sua ideologia e da natureza dos acontecimentos” (CHARAUDEAU, 2015. p. 93).

Para Charaudeau (2015), no processo de construção da notícia, não há possibilidade de captura da realidade empírica sem que antes ela passe por um filtro, um ponto de vista particular que irá construir um objeto também particular e que será oferecido ao destinatário como se fosse a própria realidade empírica. Sendo assim, o autor acredita que

por trás do discurso midiático, não há um espaço social mascarado, deformado ou parcelado por este discurso. O espaço social é uma realidade empírica compositória, não homogênea, que depende, para sua significação, do olhar lançado sobre ele pelos diferentes atores sociais, através dos discursos que produzem para tentar torna-lo inteligível (CHARAUDEAU. 2015. p. 131).

Ele propõe ainda que, para que exista um acontecimento, é necessário que ele seja nomeado, pois não significa em si. Nesse sentido, a construção temática da notícia, segundo Charaudeau (2015), levanta três tipos de questões. A primeira são os princípios que regem a seleção dos fatos, a segunda tem a ver com as formas de recorte do espaço social e, a terceira, é em relação à identificação das fontes.

Para a seleção dos fatos, Charaudeau (2015) aponta os critérios do tempo, do espaço e da hierarquia. Sobre o tempo, o autor propõe que as mídias têm como objetivo dar conta de acontecimentos que estão situados em uma cotemporalidade enunciativa e deve tentar aproximar o instante em que o acontecimento surge do instante em que a notícia é consumida. Esse quadro temporal irá definir a notícia como atual e essa noção de atualidade tem grande relevância no contrato midiático. Ainda no que tange o critério do tempo, Charaudeau (2015) destaca duas

características da notícia, sua efemeridade e sua a-historicidade, ou seja, que se fundamenta no presente e pouco pode dizer sobre o passado ou o futuro.

Ainda dentro do critério do tempo, o autor entende que o acontecimento se transforma “em notícia através de um processo narrativo que o insere numa interrogação sobre a origem e devir, conferindo-lhe uma aparência (ilusória) de espessura temporal” (CHARAUDEAU, 2015. p. 135). Charaudeau (2015) se arrisca a dizer que essa narrativa é um “blefe” que faz parte das regras, assim como no jogo de pôquer, porém as mídias não o dizem e nem o admitem.

Já o critério do espaço prevê uma ubiquidade e a proximidade. A primeira é a qualidade que a mídia apresenta de estar em todos os lugares ao mesmo tempo, seja por meio de correspondentes ou fontes de informações. Já a “proximidade espacial, por sua vez, confere à notícia um caráter de interesse particular quando o fato ocorreu no mesmo espaço físico que o da própria instância de recepção” (CHARAUDEAU, 2015. p. 135). Para o autor, essa questão do espaço revela o antagonismo dos seres humanos, que se debatem entre os imaginários da aldeia e do planeta para moldar sua identidade. A aldeia remete ao “que lhe é mais próximo, em que ele pode tocar ou reconhecer imediatamente como familiar” (CHARAUDEAU, 2015. p. 137). Já o imaginário do planeta é o símbolo do seu desejo de expansão e faz com que os homens deixem-se levar por meio do espaço. São esses dois tipos de público da mídia, os que se apegam à aldeia ou a imprensa mais regionalizada, com as notícias locais e os *fait drivers*, e os que preferem o planeta, ou melhor, a imprensa nacional, com a política interna do país, os esportes e acontecimentos sociais.

Por fim, o critério da hierarquia pode ser de dois tipos, externo ou interno. O externo, segundo Charaudeau (2015), é voltado para o modo de aparição do acontecimento e acontece de três formas: o acontecimento pode surgir em sua factualidade, com caráter inesperado; o acontecimento é programado, seja pela existência de um calendário ou pela forma como se desenvolve a vida social; e o acontecimento é suscitado, porque é provocado por um setor institucional. Este último está estritamente ligado ao poder político,

que faz pressão junto às mídias com fins estratégicos (desviar a atenção da opinião pública com relação a um problema, provocar descontentamento sobre uma medida social para fazer passar outras, revelar um escândalo para a imprensa encobrir outro caso etc.). Coloca-se aqui um problema de manipulação na origem do acontecimento, o que põe as mídias numa posição desconfortável (CHARAUDEAU. 2015. p. 138).

Por outro lado, os critérios internos da hierarquia estão relacionados às escolhas feitas pela instância midiática e dependem da forma como a mídia irá construir as representações sobre o que pode ser de interesse do público ou emocioná-lo. Para explicar o fenômeno, o autor utiliza o conceito de agenda-setting, mais conhecido no jornalismo. Esse conceito tem como base “a ideia de que os indivíduos participantes da vida social organizam seus comentários sobre o que acontece no espaço público de acordo com aquilo que as mídias lhes apresentam” (CHARAUDEAU, 2015. p. 139). A consequência é que as mídias, ao escolherem as informações e apresentá-las, o fazem em detrimento de outros acontecimentos que acabam não chegando ao conhecimento dos cidadãos. O autor, no entanto, prefere usar o termo “filtragem” das mídias para falar da relação entre os critérios internos e externos da hierarquia. Os acontecimentos seriam, então, selecionados “em função do seu potencial de saliência, que reside ora no notável, no inesperado, ora na desordem” (CHARAUDEAU, 2015. p. 141).

Sobre a questão do recorte do espaço social, Charaudeau (2015) entende que a instância de recepção ao qual a mídia se dirige, possui

a qualidade ‘de ator participando da vida pública’. A instância midiática deve então proceder a uma repartição do espaço público em categorias, o que deveria permitir tais a atores reconhecer e compreender essas categorias e reagir diante delas. São essas categorias – e não os fatos em si mesmos – que são apresentadas para serem consumidas (CHARAUDEAU. 2015. p. 143).

Sendo assim, a mídia realiza um recorte do mundo social, dotado de certos conhecimentos e crenças diversos para cada comunidade, e o apresenta de maneira estruturada. Como o público não é homogêneo e as mídias o sabem, alguns destes domínios podem vir a ser ignorados ou não praticados. Charaudeau (2015) acredita que, por isso, a instância midiática faz uso de uma racionalização para que a instância de recepção também faça o mesmo recorte do mundo social. Segundo o autor, essa atividade possui três domínios: a política, a cidadã e a civil cotidiana.

O domínio da atividade política concerne ao corpo social do estado e os indivíduos envolvidos na cena política. Seus atos e propósitos são reproduzidos de maneira mais fiel possível e os sujeitos podem ser questionados através de sondagens, entrevistas, debates e análises. O domínio da atividade cidadã é composto pelos atores que fazem parte da vida social, de modo geral os cidadãos e os grupos

mais ou menos institucionalizados. A mídia, por sua vez, busca reportar suas reivindicações contra o poder público. Já o domínio da atividade civil cotidiana, que reúne os “atores-testemunhas de seu próprio cotidiano, ordinário ou extraordinário, e tendo passado pela experiência de heróis ou vítimas” (CHARAUDEAU, 2015. p. 144). Esse domínio somente entra em cena na mídia por meio de catástrofes ou acontecimentos incomuns, que são expressos por meio de depoimentos de vítimas de injustiças sociais ou através de histórias pessoais de sofrimento.

Por outro lado, os atores sociais são selecionados através de alguns critérios que, segundo Charaudeau (2015), visam a credibilidade ou a captação. Dois deles são o critério da notoriedade e o de representatividade. Ambos se justificam no fato de a mídia ter uma responsabilidade em dar conta dos atores mais evidentes do espaço público, bem como atores detentores de poder, como políticos, sindicatos, oposição, governo e grupos de profissionais. Já os critérios de expressão e de polêmica podem ser justificados, segundo o autor, pelo processo de captação. O primeiro se refere aos atores que possuem maior clareza na fala e se fazem entender pelo grande público. Já o segundo, está ligado aos atores “que têm posições antagônicas e que saibam polemizar” (CHARAUDEAU, 2015. p. 145).

Charaudeau (2015) pontua, ainda, que a repartição temática dos acontecimentos é realizada de maneira diferente em cada suporte midiático. No caso da imprensa escrita,

a notícia é apresentada segundo critérios determinados de construção do espaço redacional e icônico, que seria correspondente ao grau de importância que se atribui a ela: a localização (na primeira página ou numa página interna, no alto ou no fim da página, com pré-título, título ou subtítulo); a tipografia (dimensão e corpo dos caracteres de impressão no conjunto dos títulos); a quantidade de superfície redacional (ou icônica) comparada a de outras notícias, em porcentagem (CHARAUDEAU. 2015. p. 146).

Sendo assim, essa repartição temática e distribuição do texto são essenciais para revelar a forma como cada veículo de informação constrói a sua “cobertura” do acontecimento.

A última questão levantada por Charaudeau (2015) quanto à construção temática da notícia é a identificação das fontes. Uma das maneiras de se identificar, de acordo com o autor, é por meio da relação entre a fonte e o universo midiático, podendo estas serem internas ou externas. As fontes internas se classificam também

em relação ao organismo de informação. Quando são parte do organismo, são consideradas internas e podem ser correspondentes, enviados especiais ou arquivos próprios. Por outro lado, as fontes internas também podem ser classificadas como externas ao organismo de informação e, nesse caso, são fonte de dados as agências e indústrias de serviço ou mesmo outras mídias.

Em relação às fontes externas ao universo midiático, Charaudeau (2015) as classifica como institucionais e não institucionais. Na primeira classificação, encontram-se as fontes oficiais ou oficiosas, que podem ser o Estado, o governo, as diversas administrações, organismos sociais como partidos ou sindicatos, e representantes sociais ou políticos. Já as fontes classificadas como não institucionais, abarcam testemunhas, especialistas ou corpos profissionais. O autor ainda entende que as fontes podem ser passivas, quando as informações chegam ao organismo que informa, ou ativas, quando são procuradas pelos atores de mídia. Sendo assim, ele prevê o problema da manipulação entre as fontes e a mídia. “De um lado, pressão por parte das instâncias de poder (Estado, governo) ou dos movimentos dos cidadãos (sindicatos, associações, manifestações); de outro, pressão das mídias junto a algumas dessas instâncias (oficiais ou não) para obter informações” (CHARAUDEAU, 2015, p. 148).

Charaudeau (2015) também destaca a necessidade de apresentar a fonte, fornecendo sua origem e as formas de se identificar através do nome, status, função e pertencimento ou não a um organismo. Assim, a mídia poderá escolher uma maneira de denominar a fonte e também uma modalidade de enunciação que irá indicar qual o tipo de relação entre essa fonte e o organismo que a cita.

Sobre o modo de denominação, o autor acredita que incide na identificação da fonte através do nome de uma pessoa (Luiz Inácio Lula da Silva, Michel Temer) ou de uma instituição (o governo, o Estado, o Ministério da Educação, o Jornal Estado de São Paulo, o Partido dos Trabalhadores etc.), com marcas de referência (a presidente Dilma Rousseff) ou não (Dilma Rousseff), de forma direta (o governo) ou indireta (o Palácio do Planalto), demonstrando maior ou menor familiaridade; um título, que pode ser combinado a um nome ou marca de referência (o presidente da República ou a senhora Dilma Rousseff, presidente da República),

marcando autoridade e prestígio; a função, que se confunde muitas vezes com o status profissional (o perito, o especialista, o enviado especial, o relator da comissão, o professor x, presidente do Conselho), assinalando assim a tecnicidade da fonte; e também,

muitas vezes, por uma denominação vaga, quando se trata de preservar o anonimato da fonte ou quando se ignora sua identidade, por expressões do tipo: ‘de fonte bem informada’, ‘de meios autorizados’; ou por termos genéricos: ‘a oposição’, ‘algumas pessoas pensam que’, ‘as pessoas dizem que’, etc. (CHARAUDEAU. 2015. p. 148).

A modalidade de enunciação, para Charaudeau (2015), se expressa através de verbos de modalidade – como ‘diz’, ‘declara’, ‘faz saber’, ‘afirma’, ‘indica’, ‘anuncia’, ‘expõe’ – e os quais a semântica revela, em partes, a atitude da instância de enunciação em relação a fonte, utilizando locuções como, por exemplo, “na opinião de” e “acredita”, ou empregando procedimentos que demonstram a distância com relação ao valor de verdade da informação” (CHARAUDEAU, 2015. p. 149). Para o autor, cumprir ou não cumprir as requisições de identificação serão determinantes na credibilidade da informação ou mesmo das fontes e irão produzir certos efeitos: o efeito de evidência

quando a fonte não é citada, mas com o risco de prejudicar a instância de informação se o receptor quiser saber de onde vem a informação sem obter resposta; efeito de verdade e de seriedade profissional se a fonte é identificada com precisão ou se é identificada com prudência sob o modo do provisório, da espera de verificação; efeito de suspeita, se a identificação se faz de maneira vaga, anônima ou indireta (CHARAUDEAU. 2015. p. 149).

Tratando do acontecimento, Charaudeau (2015) entende que ele não é transmitido em seu estado bruto. Para que produza significado, depende do olhar de um sujeito, a partir de um sistema de pensamento que o torna compreensível. Desta forma, o relato (ou narrativa) e o comentário (ou argumentação) estão intimamente ligados. O relato aponta uma visão de mundo constativa, que se baseia num estado imutável do mundo ou em sucessivas ações de atores deste mundo, um testemunho das experiências humanas. Já o segundo é de ordem explicativa, e “procura revelar o que não se vê, o que é latente e constitui o motor (causas, motivos e intenções)” (CHARAUDEAU, 2015. p. 175). O autor propõe, ainda, que o comentário “problematiza os acontecimentos, constrói hipóteses, desenvolve teses, traz provas, impõe conclusões. Aqui não se é chamado a projetar-se no mundo contado, mas a avaliar, medir, julgar o comentário, para tomar a decisão de aderir ou rejeitar, seguindo a razão” (CHARAUDEAU, 2015. p. 176).

Sobre os gêneros da imprensa escrita, Charaudeau (2015) propõe que eles possuem suas próprias reivindicações de visibilidade, legibilidade e inteligibilidade. A primeira está relacionada à maneira de se apresentar a notícia e é realizada através da paginação, titulação e outras formas textuais. A segunda se refere ao trabalho de exposição da notícia, que precisa ser feito com clareza e por meio discurso relatado. Já a última se aplica, principalmente, ao comentário. Neste caso, o autor ainda destaca:

deve-se acrescentar a isso que a situação monolocutiva de troca permite ao jornalista jogar sutilmente com o eixo do engajamento; não estando em situação física de contradição imediata (não há alternância de turno de fala, logo, não há interrupção possível), ele pode desenvolver sua análise ou sua argumentação planejando-a previamente, redigindo-a num determinado espaço de maneira contínua, escolhendo suas palavras e, se necessário, corrigindo-a (CARAUDEAU. 2015. p. 233).

No próximo tópico, trataremos outra abordagem do discurso midiático, mostrando a versão manipuladora do mesmo, segundo os estudos de outro teórico da AD, Teun van Dijk.

2.2.3.2. Mídia e manipulação

Van Dijk (2008) propõe uma abordagem da manipulação dentro de uma estrutura de triangulação entre discurso, cognição e sociedade. O autor explica que a maior parte da manipulação se concretiza por meio da fala e da escrita; está direcionada a seres humanos e implica em uma forma de interação conversacional que resulta em formas de exercer poder ou abuso de poder. Tudo isso faz com que van Dijk (2008) opte por uma abordagem discursiva analítica, a fim de examinar como acontecem os processos de manipulação. Ele pontua, ainda, que busca analisar as “formas ‘comunicativas’ ou ‘simbólicas’ de manipulação como uma forma de interação, tal como os políticos ou a mídia manipulam seus eleitores e leitores, ou seja, através de algum tipo de influência discursiva” (VAN DIJK, 2008, p. 1).

Segundo van Dijk (2008) a manipulação pode ser entendida como uma prática comunicativa e interacional em que um “manipulador exerce controle sobre outras pessoas, normalmente contra a vontade e interesses delas” (VAN DIJK, 2008, p. 2). Nesse sentido, o autor deixa claro que é uma categoria de observação realizada pelo analista do discurso, visto que os usuários da língua não costumam denominar o seu discurso como manipulador. Na sua concepção, a manipulação não envolve

somente o poder, mas sim o abuso deste como uma forma de dominação. Essa dominação acontece “quando os receptores são incapazes de entender as intenções reais ou de perceber todas as consequências das crenças e ações defendidas pelo manipulador” (VAN DIJK, 2008, p. 2).

Podemos então perceber que se trata de uma manipulação social, “em termos de dominação social e da sua reprodução em práticas cotidianas, incluindo o discurso” (VAN DIJK, 2008, p. 3). Assim, o autor demonstra que irá se interessar pela manipulação que ocorre entre grupos de pessoas e não pela manipulação individual. Dessa maneira, considera a manipulação como “uma das práticas sociais discursivas de grupos dominantes que serve à reprodução do seu poder” (VAN DIJK, 2008, p. 4). Van Dijk (2008) destaca que a manipulação é ilegítima porque, dentro da sociedade democrática, ela pode produzir ou reproduzir as desigualdades e reforçar interesses de grupos de poder.

No que tange à análise do discurso manipulador, van Dijk (2008) entende que eles devem ser verificados caso a caso e, dessa maneira, será possível especificar como os interesses se manifestam. Para o autor, uma análise informal das propriedades sociais da manipulação permitirá definir a dominação

em termos de grupos sociais, instituições ou organizações, e não no nível individual ou da interação pessoal. Isso significa que só faz sentido falar de manipulação, como definida, quando falantes ou escritores estão manipulando outros em seus papéis como um membro de uma coletividade dominante (VAN DIJK, 2008, p. 5)

Para entender como a manipulação pode exercer um controle da mente, van Dijk (2008) trata da cognição. Assim, ele pontua que esse controle pode ser feito através da manipulação da compreensão do discurso baseado na Memória de Curto Prazo (MCP) e na Memória de Longo Prazo (MLP). Primeiramente, em relação à MCP, o autor pontua que uma das estratégias é a de destacar o texto por meio de uma posição mais elevada, com fontes grandes ou por meio do negrito. Segundo ele, isso chamará atenção do leitor contribuirá para “um processamento mais detalhado e para uma melhor representação e lembrança” (VAN DIJK, 2008, p. 6). Esses tipos de recursos são amplamente utilizados, como aponta o autor, em manchetes, títulos e slogans publicitários.

Já em relação à MLP, van Dijk (2008) traz a noção de “manipulação episódica”. Segundo o autor, “a maior parte de manipulação é direcionada para

resultados mais estáveis” (VAN DIJK, 2008, p. 8). Esses resultados estão ligados ao conhecimento, à ideologia e à atitude. Van Dijk (2008) explica que

“a compreensão não é meramente a associação de significados com palavras, sentenças ou discursos, mas a construção de modelos mentais na memória episódica, incluindo nossas próprias opiniões pessoais e emoções, associadas a um evento sobre o qual nós ouvimos ou lemos” (VAN DIJK, 2008, p. 8).

Esses modelos mentais norteiam não só a nossa concepção da fala e da escrita, mas, segundo van Dijk (2008), também o entendimento de todo ato comunicativo. “Tais compreensões são representadas em ‘modelos de contexto’, os quais ao mesmo tempo, para os falantes, operam como seus – dinamicamente mutáveis – planos para a fala” (VAN DIJK, 1998b apud VAN DIJK, 2008, p. 8). Desse modo, o autor propõe que, para que haja manipulação, o receptor deve formar modelos mentais alinhados aos interesses dos manipuladores.

Van Dijk (2008) define que a manipulação tem como foco a formação ou a modificação de representações, compartilhadas socialmente, sobre questões sociais relevantes. Nesse sentido, o autor retoma outros estudiosos e observa que

“o processo cognitivo de manipulação assume que a MLP armazena não apenas as experiências interpretadas subjetivamente, como os modelos mentais, mas também crenças compartilhadas socialmente de forma mais estável, permanente e geral, às vezes chamadas de ‘representações sociais’” (AUGUSTINOS e WALKER, 1995; MOSCOVICI, 2001 apud VAN DIJK, 2008, p. 10).

Para o autor, essas representações vão sendo obtidas ao longo da vida e, mesmo que sofram mudanças no decorrer do tempo, isso não acontece de uma hora para outra. Essas representações sociais têm uma influência na construção e ativação dos modelos mentais pessoais dos indivíduos pertencentes aos grupos sociais. Ele ainda conclui que,

“como a dimensão cognitiva da manipulação envolve processos estratégicos de compreensão [...] Depois que grupos de pessoas adotam, dessa forma, as representações sociais preferidas pelos grupos ou instituições dominantes não será necessário manipulá-los de novo: eles tenderão a acreditar e agir de acordo com essas – manipuladas – cognições sociais porque já as aceitaram como suas” (VAN DIJK, 2008, p. 13).

No que tange o discurso de manipulação, van Dijk (2008) destaca que ele acontece por meio de uma comunicação pública que é controlada por uma elite política, burocrática, jornalística, acadêmica e empresarial dominante. Ou seja, para o autor, o “discurso é definido para ser, antes de tudo, manipulador, em termos de modelos de contexto dos participantes” (VAN DIJK, 2008, p. 14). Sendo assim, van Dijk (2008) propõe que o analista do discurso avalie, antes de tudo, a manipulação de um discurso através das categorias de contexto e, posteriormente, em termos de estruturas textuais.

Alinhado à proposta de manipulação como forma de dominação, van Dijk afirma que, para que os receptores sejam reconhecidos como vítimas, “eles precisam ser definidos como não detentores de recursos cruciais para resistir, detectar ou evitar a manipulação” (VAN DIJK, 2008, p. 16). O autor propõe que isto pode estar relacionado a:

- (a) Ausência total ou parcial de conhecimento relevante – de forma que nenhum contra-argumento possa ser formulado contra afirmações falsas, incompletas ou tendenciosas.
- (b) Normas, valores e ideologias fundamentais, que não possam ser negados ou ignorados.
- (c) Emoções fortes, traumas, etc., que deixam as pessoas vulneráveis.
- (d) Posições sociais, profissões, status etc., que induzam as pessoas a aceitar os discursos, argumentos etc., das pessoas, grupos ou organizações da elite (VAN DIJK, 2008, p. 16).

Van Dijk (2008) coloca que, de forma geral, a estratégia do discurso manipulador é focar, em termos discursivos, “em características cognitivas e sociais do receptor as quais o tornam mais vulnerável e menos resistente à manipulação, e as quais também o tornam uma vítima mais crédula para aceitar crenças e fazer coisas que ele, de outra forma, não faria” (VAN DIJK, 2008, p. 17).

Por outro lado, Charaudeau (2015) indaga se, afinal, as mídias são ou não manipuladoras, se elas nos manipulam. Segundo o autor, há quem condene as mídias pelo seu sensacionalismo, pela deturpação de declarações políticas e seus propósitos e, até mesmo, pela incansável busca do ‘furo jornalístico’, fazendo com que veículos se debrucem e explorem totalmente sobre um acontecimento a fim de impressionar o seu público. Mas, de acordo com o autor, “para que haja manipulação, é preciso alguém (ou uma instância) que tenha a intenção de fazer crer a outro alguém (ou uma outra instância) alguma coisa (que não é necessariamente verdadeira), para fazê-lo pensar (ou agir) num sentido que traga proveito ao primeiro” (CHARAUDEAU,

2015. p. 252). Além disso, tudo isso deve acontecer sem a percepção da vítima da manipulação.

Nesse sentido, o autor entende que não se pode afirmar que a mídia tenha a intenção de enganar o seu público e, tão pouco, que ela aceite sem avaliar todas as informações que recebe. Para Charaudeau (2015), “a coisa é bem mais sutil, e diremos, para encurtar, que as mídias manipulam de uma maneira que nem sempre é proposital, ao se automanipularem, e, muitas vezes, são elas próprias vítimas de manipulações de instâncias exteriores” (CHARAUDEAU, 2015.p. 252). Porém, antes de mais nada, o autor reconhece que as mídias possuem importante papel de informação, tanto para o funcionamento da democracia quanto à cidadania. Para ele,

é preciso ter em mente que as mídias informam deformando, mas é preciso destacar, para evitar fazer do jornalismo um bode expiatório, que essa deformação não é necessariamente proposital. Mais uma vez, é a máquina de informar que está em causa, por ser ao mesmo tempo poderosa e frágil, agente manipulador e paciente manipulado (CHARAUDEAU. 2015. p. 253).

A partir da seleção dos acontecimentos, a mídia constrói o relato com base no que Charaudeau (2015) chama de roteiro dramatizante e que consiste em três etapas: (1) mostrar a desordem social com as vítimas e os perseguidores, (2) apelar para a reparação do mal, interpelando os responsáveis pela questão e (3) anunciar a intervenção de um salvador, herói singular ou coletivo com o qual cada um pode identificar-se. A insistência pode recair em qualquer um destes sujeitos, dependendo do momento em que o acontecimento foi capturado. O autor pontua que esse roteiro dramatizante pode ser encontrado no tratamento de diversos acontecimentos, como no caso do político, no qual são “tratados ora como uma luta de boxe entre representantes de partidos opostos, ora como um palco no qual os atores se insultam, ou ainda como uma investigação policial em torno de casos de corrupção envolvendo políticos” (CHARAUDEAU, 2015. p. 254).

Também em relação à manipulação, Charaudeau (2015) chama atenção para o poder da imagem e dois de seus efeitos: o de transparência e o de evocação. O primeiro diz respeito à autenticidade expressa pela imagem, trazendo a realidade tal como ela existe. Já o efeito de evocação acontece quando a imagem nos remete a lembranças passadas, pessoais e coletivas. Esse poder de evocação, segundo o autor, perturba o efeito de transparência, pois interpretamos a imagem de acordo com os sentimentos que ela nos remete.

Por outro lado, as mídias também podem ser manipuladas por pressões externas e internas. Segundo Charaudeau (2015), a externa é a exercida por três fatores que estão acima da máquina midiática e são a atualidade, o poder político e a concorrência. A atualidade já foi comentada anteriormente e está ligada à agenda midiática, que impõe a divulgação de acontecimentos recentes ou de desdobramentos de acontecimentos passados. “O poder político é também parte interessada na construção da agenda midiática e, de maneira geral, no jogo da manipulação. Há uma guerra entre políticos e jornalistas, guerra simbólica, mas cujo objetivo é influenciar a opinião pública” (CHARAUDEAU, 2015. p. 257).

Nesse sentido, o autor define que as palavras políticas públicas não devem ser pensadas como sinceras, mas sim como táticas, devendo ser questionadas. É aí que acontece a armadilha: mesmo que as palavras tenham sua veracidade confirmada ou que seja denunciada a sua falsidade, as mídias têm como obrigação divulgar as declarações de políticos e deixar que o público sinta seus efeitos.

Charaudeau (2015) comenta ainda a mídia possui

pouca margem de manobra, estando presa a uma concorrência comercial que as leva a manter a visibilidade de sua grade de informação para, ao mesmo tempo, fazer como os outros e ser diferente, a fim de evitar a mudança de canal dos telespectadores ou o abandono, ainda que provisório, de leitores ou ouvintes (CHARAUDEAU. 2015. p. 257).

As exigências de visibilidade e de espetacularização também são destacadas por Charaudeau (2015). Elas tendem a reproduzir uma visão obsessiva e dramatizante do espaço público. Por exemplo, na imprensa, “o jogo dos títulos que produz um efeito de ofuscamento racional” (CHARAUDEAU, 2015. p. 259). Assim, numa visada de informação, a mídia busca satisfazer os princípios de credibilidade e captação. Porém, o autor esclarece que esses princípios não se equilibram e que a captação ocupa posição privilegiada, com variações que acontecem de acordo com o suporte de difusão. Para ele,

não é propriamente o jornalista que é manipulador, pois ele mesmo está preso numa máquina manipuladora. A instância midiática é vítima de seu sistema de representação, pois em vez de efetuar a troca entre ela e o cidadão, a troca ocorre entre ela e os atores da máquina econômica, a fim de sustentar a própria promoção (CHARAUDEAU. 2015. p. 260).

Para encerrar o debate sobre a manipulação das mídias, Charaudeau (2015) coloca a questão da influência destas sobre a opinião pública. De acordo com o autor, é difícil medir essa influência e estamos distantes de conhecer o real impacto que uma informação pode ter sobre a opinião pública. Para que isso fosse possível, preciso seria estudar a informação em sua manifestação imediata e, posteriormente, através do tempo, conforme sua origem, repetição, suporte midiático e natureza do público em questão. Sendo assim, sua teoria se limita a observar a própria máquina midiática, a partir da análise dos efeitos visados e elaborando hipóteses sobre os possíveis efeitos produzidos.

Encerramos aqui os pressupostos para a análise do discurso produzido pelas mídias impressas *Veja* e *Carta Capital*. Na seção seguinte apresentaremos os pressupostos a serem utilizados para a análise da imagem, aqui realizados segundo a perspectiva de Martine Joly e contribuição de Patrick Charaudeau.

2.3. Pressupostos para análise da imagem

Para Joly (1994) “uma abordagem teórica da imagem nos poderia ajudar a compreender a sua especificidade” (JOLY, 1994, p. 30). Segundo a autora é necessário utilizar uma teoria mais geral, que englobe todas as categorias funcionais da imagem. Ela sugere a Teoria da Semiótica, que tem como pressuposto uma abordagem da imagem considerando o modo de produção de sentido, ou seja, a maneira como as imagens produzem significados ou interpretações. Essa teoria consiste em verificar se “existem categorias de signos diferentes e se estes diferentes tipos de signos possuem uma especificidade e leis de organização próprias ou processos de significação particulares” (JOLY, 1994, p. 31).

A imagem é considerada uma linguagem universal. Segundo Joly (1994), isto acontece porque a imagem tem uma universalidade efetiva, pelo “fato de o homem ter produzido imagens no mundo inteiro desde a Pré-História até aos nossos dias e o fato de todos nós pensarmos ser capazes de reconhecer uma imagem figurativa, qualquer que seja o seu contexto histórico e cultural” (JOLY, 1994, p. 46). A autora afirma que “existem, para toda a humanidade, esquemas mentais e representativos universais, arquétipos, ligados à experiência comum a todos os homens” (JOLY, 1994, p. 46).

A partir de uma interpretação cultural da imagem, Joly (1994) explica que

reconhecer este ou aquele motivo não significa que se compreenda a mensagem da imagem no seio da qual o motivo pode ter uma significação muito particular, ligada tanto ao seu contexto interno como ao do seu aparecimento, às expectativas e aos conhecimentos do receptor (JOLY, 1994, p. 46).

Para Peirce (1978) apud Joly (1994), um signo possui uma relação entre três pólos. O primeiro é a face perceptível do signo, denominada ‘representamen’ ou ‘significante’; o segundo é aquilo que o signo representa, que a autora chama de ‘objeto referente’; e o terceiro pólo é aquilo que o signo significa, chamado de ‘interpretante’ ou ‘significado’. “Esta triangulação é também representativa da dinâmica de todo o signo enquanto processo semiótico, cuja significação depende tanto do contexto da sua aparição como da expectativa do seu receptor” (JOLY, 1994, p.36).

A autora volta a citar Peirce (1978) quando distingue o ícone, o indício e o símbolo, que são os três grandes tipos de signo. O ícone é aquele cujo significante possui relação de analogia com o que representa, no caso, o seu referente. A autora cita como exemplos a fotografia ou um desenho que represente uma árvore. Já indício possui relação causal de proximidade física com aquilo que representa e são os signos ditos naturais, como a nuvem é para a chuva. E o símbolo é aquele que mantém uma relação de combinação com o seu referente. São os chamados símbolos clássicos e pode ser exemplificado pela pomba para a paz ou pela bandeira para os países.

Outro apontamento feito por Joly (1994) é sobre a heterogeneidade da imagem, ou seja, a imagem abarca, dentro de um espaço limite, diversas categorias de signos. Essas categorias, segundo a autora, são “imagens no sentido teórico do termo (signos icônicos, analógicos), mas também signos plásticos: cores, formas, composição interna ou textura, e a maior parte do tempo também signos linguísticos, da linguagem verbal” (JOLY, 1994, 42). Nessa perspectiva, a proposta da autora para a análise da imagem é fazer uma divisão em três fases. A primeira fase é a de descrição, a segunda de reprodução do texto e a terceira a separação e análise dos tipos de mensagem. Esses tipos de mensagem são classificados por ela como plástica, icônica e linguística. Todas essas fases de análise, segundo a autora, irão revelar a mensagem implícita global da imagem.

Uma distinção entre os signos icônicos e signos plásticos é realizada por Joly (1994). Para ela, o primeiro tipo seriam aqueles “que dão de um modo codificado uma impressão de semelhança com a realidade utilizando a analogia perceptiva e os códigos de representação, herdeiros da tradição representativa ocidental” (JOLY, 1994, p. 86). O segundo tipo são “os utensílios propriamente plásticos da imagem, tais como a cor, as formas, a composição e a textura” (JOLY, 1994, p. 86). A autora considera que ambos são “signos visuais, simultaneamente distintos e complementares” (JOLY, 1994, p. 86). Para ela, essa distinção entre os dois tipos é fundamental, porque revela “que uma grande parte da significação da mensagem visual é determinada pelas escolhas plásticas e não apenas unicamente pelos signos icônicos analógicos, se bem que o funcionamento dos dois tipos de signos seja circular e complementar” (JOLY, 1994, p. 104).

Dentro do que Joly (1994) classifica como signos plásticos, ela aponta dez elementos plásticos que constituem esse tipo de signo. São eles: o suporte, a moldura, o enquadramento, o ângulo do ponto de vista; a escolha objetiva, a composição/paginação; as formas; as cores; a iluminação; e a textura. São esses elementos que um analista da imagem deve observar para perceber os significados presentes na imagem plástica. Já no que se refere à mensagem icônica, sua análise está relacionada à interpretação dos motivos, que “joga por intermédio do processo da conotação, ele próprio sustentado por conotadores de diversas ordens: usos socioculturais dos objetos, dos lugares ou das posturas; citação e auto-referência (o cowboy); figuras de retórica (o oxímoro, a elipse)” (JOLY, 1994, p. 126). A autora pontua que esta interpretação vai depender do saber do espectador e que ela pode variar ou nortear para significados mais ou menos diferentes.

Por fim, em relação à mensagem linguística, Joly (1994) aponta que ela é decisiva na interpretação da geral do conjunto em que a imagem está inserida, visto que ela é polissêmica, ou seja, pode gerar diversas significações. Assim, “diremos simplesmente que, se a imagem é polissêmica, é-o em primeiro lugar porque veicula um grande número de informações, tal como qualquer outro enunciado um pouco longo” (JOLY, 1992, p. 126). A autora propõe ainda que,

quanto à interpretação da imagem, é verdade que pode ser orientada de modo diferente consoante se encontra ou não relacionada com uma mensagem linguística e consoante a maneira

como esta mensagem — se mensagem linguística houver — responde ou não à expectativa do espectador (JOLY, 1992, p. 126).

No âmbito da AD, Charaudeau (2013) também fornece uma contribuição para a análise da imagem. Ele pontua que, na comunicação icônica, seja ela audiovisual, fotográfica e outras, os processos de construção, transmissão e interpretação do sentido não são tão perceptíveis. Segundo o autor, isso acontece “porque a imagem é o resultado da percepção direta que um sujeito tem de um mundo físico, de uma impregnação, no seu cérebro e na sua memória de sujeito, o que produz uma ‘imagem mental’ como primeiro enquadramento do mundo” (CHARAUDEAU, 2013, p. 383).

Sendo assim, Charaudeau (2013) entende que as experiências do sujeito, bem como suas percepções sobre o mundo, são significadas dentro de um espaço-temporal, que nós fazemos a representação por meio de um “discurso interposto”. Da mesma forma, também pode ser construída a partir da captação e representação de parte do mundo físico “pelo intermédio de um artefato (pintura, fotografia, câmera), o que produz uma ‘imagem material’ como enquadramento imposto do mundo” (CHARAUDEAU, 2013, p. 384).

O mundo representado se constitui, então, de uma materialidade própria que produz um efeito de semiotização, ou melhor, de significados. No seu estudo, Charaudeau (2013) trabalha apenas com a imagem fotográfica, pois, segundo ele, ela possui um duplo papel. Para o autor, de um lado estaria

“um papel de semelhança ao se dar como resolutamente autenticadora: a foto atestaria a existência de uma realidade restituindo-a [...] Por outro lado, ela desempenha um papel de dessemelhança na medida em que o sujeito olhante tem consciência de que ele vê somente uma parte desta realidade, ou seja, ele vê da realidade somente o que é tornado visível em um determinado quadro, um quadro que ao mesmo tempo nos obriga a interrogar sobre o que está fora do quadro, isto é, sobre o ato de captação em si mesmo” (CHARAUDEAU, 2013, p. 385).

Charaudeau (2013) também destaca que esse ‘efeito de dessemelhança’ também é produzido pelo fenômeno da instantaneidade. Para o autor, “o instante fotográfico opera um recorte do espaço e uma fixação do tempo” (CHARAUDEAU, 2013, p. 385). Assim, a realidade é fixada pela sua representação. A partir disso, Charaudeau (2013) aponta os problemas da representação do mundo, de acordo com

a forma que é apresentado. Por um lado, temos o visível, que está representado dentro do quadro. E por outro, a relação do visível com o não visível, ou seja, o que está fora do quadro.

Para Charaudeau (2013) o visível não é tudo aquilo do que o olho pode ver, mas sim aquilo que está dentro do quadro. Para ele, esse quadro permite dizer que trata-se de um mundo representado, mas também que há sinais de manipulação. Assim, “o enquadramento material, jogando com a abertura e o fechamento do representado, produz efeitos de focalização e de dramatização que podem ser enganadores na medida em que sugerem impressões e interpretações que vão além da cena primitiva” (CHARAUDEAU, 2013, p. 388).

Em relação ao não visível, ou aquilo que está fora do quadro, Charaudeau (2013) aponta que é o resultado de uma operação incompleta do que é visível, nos remetendo alguma coisa não presente. Segundo o autor, “esta ausência-presença obriga a nos interrogar sobre o ato de apreensão da realidade, isto é, sobre o próprio ato de enunciação” (CHARAUDEAU, 2013, p. 388). Assim, fazem surgir os questionamentos: onde foi capturado o mundo representado e de qual ponto de vista ele foi visto?

Charaudeau (2013) também demonstra uma problemática dos efeitos. De acordo com ele, na perspectiva semiodiscursiva, podemos perceber três tipos de efeitos: os visados, os produzidos e os possíveis. Os efeitos visados são aqueles que dizem respeito à intencionalidade do sujeito ao realizar um ato de comunicação, seja ele verbal ou icônico. Já os efeitos produzidos correspondem à interpretação do receptor em relação à aquele ato de comunicação. Por fim, os efeitos produzidos são o resultado “do encontro entre os efeitos visados e os efeitos produzidos” (CHARAUDEAU, 2013, p. 390).

Ainda sobre os efeitos, Charaudeau (2013) aponta que a imagem pode produzir quatro diferentes tipos de efeitos. São eles o

“retiniano – a imagem se dá a ver como superfície sensível de luzes, de cores, de contrastes, de enquadramento, de pontos de vista, ela é produtora de sensações e de impressões dificilmente controláveis; de mimese referencial – remete a uma realidade material do mundo e cria a ilusão de realismo; de iconicidade – instituindo o representado como objeto autônomo, visto por ele mesmo e não pelo que ele representa (a estética de um quadro); de intericonicidade – através da evocação de outras imagens e se encontrando na memória individual e/ou coletiva dos sujeitos” (CHARAUDEAU, 2013, p. 391).

Mais especificamente, em seu trabalho, Charaudeau (2013) trata desse último efeito. A partir dessa interpretação do sentido, ele aponta duas noções propostas por Barthes (1980) apud Charaudeau (2013): a de punctum e a de studium. A primeira está relacionada a uma captação de si e se trata “de uma imagem da temporalidade breve, quando surge um evento inesperado que provoca uma ruptura com a continuidade ordenada da informação” (CHARAUDEAU, 2013, p. 392). Nessa noção, o fenômeno da instantaneidade da fotografia direciona o representado ou o capturado à sua própria essência e provoca um efeito de sideração, ou seja, de paralisação ou fixação.

A segunda noção apontada por Barthes (1980) apud Charaudeau (2013) é contrária ao punctum. O “studium é o momento de decifração e interpretação que se faz pela percepção e pela recuperação dos índices a partir dos quais, por um trabalho mental de inferências, o sujeito convoca outras imagens e, logo, constrói diversas significações” (CHARAUDEAU, 2013, p. 392). Segundo o autor, essa interpretação irá depender das memórias do sujeito receptor, que irá projetar na imagem as suas referências pessoais. Ele explica que essas imagens se inscrevem em uma temporalidade longa, pois através da decifração analógica, os acontecimentos mostrados remetem a outros, fazendo com que o sujeito possa reconstruir uma história a partir do que foi percebido na imagem.

Da mesma maneira, Charaudeau (2013) aponta também uma problemática dos imaginários sociais. Nas palavras do autor, os “índices são repetidos e interpretados em função dos imaginários latentes que se encontram na memória daquele que olha” (CHARAUDEAU, 2013, p. 393). Para ele, a questão dos imaginários é relevante pelo viés das ‘representações’ e, dessa forma, ele entende que a imagem pode ser utilizada como forma de manipulação dos imaginários sociais. Entre outros exemplos, o autor destaca a manipulação com finalidade midiática e com finalidade política. Ambas serão demonstradas nesta pesquisa.

Finalizamos o segundo capítulo e os pressupostos teóricos desta pesquisa. No terceiro capítulo iremos descrever a metodologia utilizada para a análise dos dados, bem como o corpus deste estudo.

Capítulo 3 – Metodologia

Charaudeau (2011) faz uma consideração importante ao dizer que o corpus não existe em si e que, na verdade, ele irá depender da posição teórica que irá considerá-lo. Segundo o autor, a construção desse corpus é feita a partir “de um posicionamento teórico ligado a um objeto de análise” (CHARAUDEAU, 2011, p. 2). Esse objetivo é denominado por ele de problemática, que pode ser cognitiva, comunicativa ou representacional.

Nesse sentido, dentro das ciências da linguagem, as análises são feitas a partir de uma corpora que é ordenada por procedimentos de “coleta e tratamento do material semiológico reunido” (CHARAUDEAU, 2011, p. 3). Trata-se de uma “compilação de dados linguísticos (sob a forma de textos escritos ou orais, de documentos diversos, de observações empíricas selecionadas ou de sondagens provocadas) que são constituídos em objeto de análise” (CHARAUDEAU, 2011, p. 3).

No que tange à problemática, este corpus pode ser analisado a partir de duas delas: a comunicativa e descritiva e a representacional e interpretativa. Antes de comentarmos sobre cada uma delas, precisamos esclarecer que uma problemática “é um conjunto coerente de proposições hipotéticas (ou de postulados) que, no interior de um campo de estudo, determinam ao mesmo tempo um objeto, um ponto de vista de análise e um questionamento por oposição a outros questionamentos possíveis” (CHARAUDEAU, 2011, p. 9).

Dentro do que Charaudeau (2011) chama de problemática comunicativa e descritiva, temos um objeto de estudo empírico, ou seja, baseado na experiência e que “é determinado a partir da observação (mais ou menos ingênua) das manifestações do mundo fenomênico” (CHARAUDEAU, 2011, p. 10). Segundo o autor, esse objeto pode ser categorizado por “tipos ideais”, a partir da descrição de suas características discursivas – a identidade dos locutores, a finalidade do discurso e o dispositivo de comunicação. Essa estruturação em tipos ideais, como aponta o autor, faz com que sejam estabelecidas tipologias de situações comunicativas. Assim, “essa problemática pode ser chamada de descritiva pelo fato de que visa a descrever tipos de situação comunicativa” (CHARAUDEAU, 2011, p. 11).

Ainda sobre essa problemática comunicativa e descritiva, destaca-se que o sujeito “está ligado à empiria das trocas comunicativas, mas também está construído e teorizado em função da maneira pela qual se constroem e teorizam essas trocas”

(CHARAUDEAU, 2011, p. 12). Dessa forma, ele se define através da identidade psicológica e social e por meio do comportamento delimitado

ao mesmo tempo pelas restrições a que obedece ao se inserir na troca (desse ponto de vista é indeterminado, sendo um sujeito da norma contratual) e por suas próprias intenções com relação ao outro (desse ponto de vista é um “eu”, um sujeito que se torna um indivíduo) (CHARAUDEAU, 2011, p. 11).

Por fim, Charaudeau (2011) pontua que o corpus dessa problemática é constituído de textos que são agrupados pelo tipo de situação de comunicação. Essa forma de agrupamento torna possível que sejam feitas “comparações em torno de um mesmo contexto paratextual e situacional. Pertencem a essa problemática trabalhos que abordam a descrição dos gêneros do discurso e dos objetos empíricos categorizados em situação de comunicação” (CHARAUDEAU, 2011, p. 11).

A outra problemática na qual o corpus desta pesquisa se insere é o que Charaudeau (2011) chama de representacional e interpretativa. Aqui, o autor pontua que o objeto de estudo é determinado por meio “das hipóteses de representações sócio-discursivas que se supõem dominantes num dado momento da história de uma sociedade” (CHARAUDEAU, 2011, p. 11). Essas representações são apontadas pelo autor como sócio-históricas e dizem respeito à determinado grupo social.

Nesse sentido, consideramos a problemática interpretativa porque faz surgir a necessidade de estabelecer “uma hipótese sobre o que são os ‘posicionamentos sociais’ em relação com as ‘práticas discursivas’ e os ‘tipos de sujeitos’ que se acham ligados a tais posicionamentos e práticas” (CHARAUDEAU, 2011, p. 11). O autor explica que essa problemática carrega uma certa dificuldade justamente porque as hipóteses devem se basear manifestações discursivas muito diversas, que nem sempre está explícita, podendo também ser difusas e imprecisas.

Outra dificuldade eleita por Charaudeau (2011) nesta problemática é a respeito do sujeito. Segundo o autor, a dificuldade reside no fato de que, por ele estar inserido “na origem das práticas discursivas que constroem as representações, ele pode ser considerado como um sujeito passivo ou ativo” (CHARAUDEAU, 2011, p. 11). Para ele, isso irá derivar em dois posicionamentos. De um lado, um sujeito que é sobredeterminado pelas formas discursivas, no qual ele é ideológico e inconsciente. De outro, um sujeito que também possui uma sobredeterminação, porém, dotado de discursos de doxa, ou seja, de lugares comuns, estereótipos ou saberes

compartilhados, que irão revelar um posicionamento do mesmo. Nesse segundo posicionamento, o “sujeito é ‘responsável’ por suas representações, o que não quer dizer que seja consciente disso” (CHARAUDEAU, 2011, p. 12). É justamente essa posição que tomaremos no corpus deste estudo.

Seguindo a regra acima, Charaudeau (2011) demonstra que o corpus também varia segundo as posições adotadas pelo sujeito. “Na primeira, o corpus é constituído por um conjunto de textos-arquivo que são selecionados por seu valor emblemático de discurso dominante, mais frequentemente ligados a uma instituição social” (CHARAUDEAU, 2011, p. 12). Já “na segunda posição, o corpus é constituído por um conjunto do que chamaremos de signos-sintomas que representam de maneira emblemática sistemas de valores” (CHARAUDEAU, 2011, p. 12). Ele pontua ainda que, nessa problemática, o corpus é interdiscursivo, mas pode vir a abarcar outros componentes sob a ótica de que os elementos da situação de comunicação também estão mergulhados em valores e ideologias.

A respeito da comparação de corpora, Charaudeau (2011) aponta que semelhanças e diferenças entre as suas características admitem que sejam identificadas modificações ou consistências entre os discursos, no que se refere ao contexto em que foi produzido ou ao gênero que pertence. Por outro lado, no que se refere ao tratamento que é dado ao corpus, o autor entende que o procedimento irá permitir que seja trilhado um caminho intelectual, que servirá como base para a interpretação dos dados. Assim, há uma dupla abordagem: ‘empírico-descritiva’ e ‘hipotético-dedutiva’. Para o autor, “uma não existe sem a outra: a primeira depende mais de ferramentas metodológicas; a segunda, de conceitos fundadores e de categorias explicativas” (CHARAUDEAU, 2011, p. 15)

A análise realizada neste estudo é classificada como qualitativa porque seu

“objetivo é recolher, descrever e classificar os objetos do mundo e os fenômenos sociais, segundo critérios de forma, sem hipóteses particulares orientando a pesquisa numa ou noutra direção, e isso com um ideal de exaustividade – o que produz classificações de arquivos diversos, catálogos e bases de dados” (CHARAUDEAU, 2011, p. 16).

Como aponta Charaudeau (2011), esse método ‘descritivista’, pressupõe um catálogo que oriente o levantamento de recorrências ou “uma ordem de recorrência temática relacionada a um certo suporte” (CHARAUDEAU, 2011, p. 17). Ele cita

como exemplo a identificação de temas tratados por um jornal sobre um evento específico, que será comparado a abordagens publicados em outros jornais.

A seguir, o próximo tópico irá abordar um breve histórico sobre as revistas *Veja* e *Carta Capital*.

3.1. As revistas *Veja* e *Carta Capital*

A *Veja* é uma revista impressa brasileira semanal, produzida e distribuída pela Editora Abril nas quartas-feiras. Criada em 1968, pelos jornalistas Roberto Civita e Mino Carta, o periódico aborda temas variados de abrangência nacional e global. Entre os assuntos mais frequentes estão questões de âmbito político, econômico e cultural. Ocasionalmente também trata de assuntos como tecnologia, ciência, ecologia e religião. Atualmente é a revista de maior circulação nacional, com tiragem superior a um milhão de cópias, sendo que a maioria é adquirida por meio de assinaturas.

Segundo Silva (2005), a revista *Veja* surgiu sob influência de outro periódico, o norte-americano *Time*, que fazia parte de um conglomerado de mídias de comunicação que, na mesma época, financiou também a criação da Rede Globo de Televisão. A autora assinala que a criação da *Veja*, porém, levou a uma crise na Editora Abril devido ao fracasso inicial das vendas. Mas grupos editoriais externos, “que apoiaram a instalação da revista no Brasil realmente estavam dispostos a bancá-la mesmo a custo de alto preço” (SILVA, 2005, p.57). Esse capital externo é comum em grandes veículos jornalísticos e por isso, a autora entende que para compreender “as relações de poder das quais a mídia faz parte, não podemos tomá-la como um sujeito à parte, mas como integrante da própria engrenagem de reprodução do sistema do capital” (SILVA, 2005, p. 30). Dessa forma, a atuação do periódico é vista como partidária e ligada à instâncias maiores onde, segundo Silva “são formuladas visões de mundo e formas de organizar a dominação, das quais derivam os encaminhamentos quanto ao gerenciamento da ordem do capitalismo” (SILVA, 2005, p. 30).

A *Carta Capital* é uma revista semanal brasileira sobre informações gerais. Publicada pela Editora Confiança, foi fundada em agosto de 1994 pelos jornalistas Bob Fernandes, editor chefe do periódico no período de 1997 a 2005 e Mino Carta, atual editor chefe e criador de outras publicações como o *Jornal da Tarde*, o extinto *Jornal da República*, a revista *Quatro Rodas* e as semanais *Veja* e *IstoÉ*. Inicialmente,

a Carta Capital tinha periodicidade mensal passando, em 1996, a ser veiculada quinzenalmente. Somente em agosto de 2001, a revista atingiu a categoria de publicação semanal.

Atualmente com uma tiragem média de 75 mil exemplares, o periódico foi concebido como alternativa às revistas similares que existiam na época, Veja e a IstoÉ. A Carta Capital, ao longo do tempo, assumiu uma postura de análise crítica que se distancia das outras de sua categoria. Marcondes (2010), editor do site da Carta Capital, a define como “uma revista que busca por matérias exclusivas e pela informação mais qualificada, escrita por jornalistas e colaboradores que não se satisfazem com a informação rasa e procuram sempre a raiz”. Pichelli, Pedro e Carvalho (2006) apud Barbosa et al. (2014) apontam que a linha editorial do periódico possui um padrão diferente dos demais e que, apesar de ser classificado na editoria de economia e negócios, traz informações de caráter mais geral e realiza análises político-econômicas nacionais e internacionais Além disso, em contraste com as colegas, a Carta Capital possui uma equipe mais reduzida de profissionais.

No tópico seguinte realizaremos uma descrição do corpus a ser analisado, fazendo a sua delimitação e sua caracterização.

3.2. Delimitação do corpus

O corpus da presente pesquisa é constituído por 10 textos retirados de exemplares das revistas Veja e Carta Capital, no período que correspondem à semana anterior às votações do impeachment da presidente Dilma Rousseff. Todas essas 10 matérias foram classificadas para esta pesquisa como reportagem, uma vez que trazem abordagens mais profundas sobre o processo impeachment ou sobre os eventos ligados ao tema. Além disso, a partir da leitura do material, ficou clara que sua finalidade principal não é a de informar primeiro, e sim a de persuadir.

A escolha dessas duas revistas se deu pelas suas semelhanças, no formato e na utilização dos gêneros jornalísticos, e pelas suas diferenças quanto à linha editorial. De acordo com Nishida e Santana (2006), a “Veja assume uma pretensa imparcialidade jornalística e sua linguagem é coloquial. Ela investe mais em imagens impactantes e procura falar de assuntos sociais” (NISHIDA e SANTANA, 2006, p. 6). Para as autoras, por outro lado, a Carta Capital é qualificada como especializada

em assuntos políticos, versando também na economia. Elas apontam que a revista traz uma abordagem mais explicativa dos fatos e a opinião de especialistas.

No quadro abaixo é possível verificar a organização do material jornalístico que será alvo de análise neste trabalho:

DATA	REVISTA	EDIÇÃO	TÍTULO DA REVISTA	TÍTULO DA MATÉRIA	PÁGINAS
13/04	Veja	2473	“DILMA EM LIQUIDAÇÃO: SUPERQUEIMA DE CARGOS CORRA! ÚLTIMOS MINISTÉRIOS!”	“Fechando para balanço! Últimas boquinhas! Corra!”	P. 52 a 57
	Carta Capital	896	“MISTÉRIOS DA LAVA JATO”	“Cunha corre contra o tempo”	P. 26 a 29
04/05	Veja	2476	“AS APOSTAS DE TEMER”	“A imprensa mundial não caiu no golpe”	P. 54 e 55
	Carta Capital	899	“SURFISTA DO GOLPE”	“Sobre a imagem do Brasil”	P. 24 e 25
17/08	Veja	2491	“O BRASIL SURPREENDE O MUNDO”	“À espera do desfecho”	P. 54 e 55
	Carta Capital	914	“O SUICÍDIO DO BRASIL”	“Temer se acha, mas...”	P. 34 a 39

Tabela 2 - Reportagens selecionadas para composição do corpus de pesquisa

3.3. Estratégias de ação

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, iremos fazer uso de algumas estratégias de ação. Em um primeiro momento, foi realizado um extenso estudo da bibliografia relevante. O pressuposto teórico utilizado foi a Teoria Semi linguística de Patrick Charaudeau. Tal linha de estudo serviu de base para a pretendida análise do discurso das revistas, porém, para dar conta de outras questões,

foram necessárias contribuições teóricas também de outros autores, como é o caso de Martine Joly, no que se refere à análise da imagem e de Teun van Dijk, no que diz respeito à questão da manipulação da mídia.

Ainda nesse primeiro momento, também foram levantadas as edições das revistas *Veja* e *Carta Capital* publicadas no período da tramitação do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Foram escolhidas três datas relevantes em relação à esse fato político e, assim, dentro das edições lançadas no dia, foram selecionados os textos que tinham sua abordagem focada no tema ou em assuntos relacionados ao impeachment ou aos indivíduos que mais protagonizaram os eventos. Sendo assim, todas as matérias a serem analisadas neste trabalho atendem aos critérios de representatividade, no que tange a temática do impeachment ou às palavras chaves: Lula, Dilma, Michel Temer e Eduardo Cunha.

Em um segundo momento, este estudo se propõe a descrever os textos que compõe o corpus com base nos Modos de Organização de Patrick Charaudeau. Após a descrição, a etapa final consistirá na comparação entre os procedimentos discursivos presentes nas duas revistas e na interpretação dos dados obtidos.

Capítulo 4 – Análise dos dados

Neste capítulo realizaremos a análise do corpus da pesquisa. No primeiro tópico, será realizada a descrição dos modos de organização do discurso presentes nas reportagens e das imagens que compõem o texto. No segundo tópico, faremos uma comparação entre as reportagens da *Veja* e da *Carta Capital* e a interpretação dos imaginários sócio-discursivos presentes em cada revista.

Para facilitar a compreensão, dividimos estas análises em três momentos, ou melhor, três fases do impeachment de Dilma. A FASE 1 aborda as reportagens anteriores à primeira votação pelo prosseguimento do processo de impeachment na Câmara dos Deputados, aprovado por 367 votos à favor, 137 contra, 7 abstenções e 2 ausências, realizado em 17 abril de 2016. A FASE 2 trata do segundo momento, quando foi votada a admissão da denúncia e instauração do processo contra Dilma no Senado Federal, admitido por 55 votos à favor, 22 contra e 2 ausências, nos 11 e 12 de maio de 2016. Já a FASE 3, é composta pelas reportagens que antecederam a etapa final do julgamento no Senado Federal e a decisão pelo afastamento definitivo de Dilma, por 61 votos à favor e 20 contra, iniciado em 25 de agosto de 2016 e finalizado em 31 de agosto do mesmo ano.

4.1. Descrição

- FASE 1

Reportagem 1 - Fechando para balanço! Últimas boquinhas! Corra!- Veja (anexo I)

A primeira reportagem que compõe o corpus de análise da pesquisa é escrita a seis mãos pelos jornalistas Rodrigo Rangel, Robson Bonin e Daniel Pereira. O texto aborda, primeiramente, as atitudes da presidente Dilma Rousseff após a instauração do processo de impeachment contra seu mandato. Durante a matéria, os locutores trazem informações sobre a beneficiação de certos deputados e governadores pelo governo Dilma e a tentativa da presidente de conquistar aliados para votarem em seu favor durante o processo de impedimento.

O título e o subtítulo da reportagem, que possuem destaque de uma página inteira, já revelam que os locutores fazem uma proposta, ou melhor, constroem uma tese que visa convencer o leitor de que Dilma, para não ser ‘liquidada’ do seu governo, faz uma “liquidação” de cargos em troca de votos contra o impeachment, oferecendo “posições ao baixo clero da Câmara”. Para comprovar essa tese, os

autores do texto irão fazer uso de diversas estratégias argumentativas, dentre estas os procedimentos dos modos enunciativo, descritivo e narrativo, como abordaremos a seguir.

O modo enunciativo aparece na reportagem a partir dos três tipos de comportamentos: o alocutivo, o elocutivo e o delocutivo. Na primeira frase do texto verificamos o comportamento delocutivo em uma citação direta, que segundo os locutores, foi feita por Dilma em ocasião de sua reeleição. Essa citação pode ser visualizada no trecho “[...] Dilma Rousseff disse que poderia “fazer o diabo” para vencer a sucessão presidencial”. Na sequência, observamos a categoria de língua julgamento, da ordem do alocutivo. É feito pelos locutores sobre as atitudes de Dilma e de outros políticos que, segundo eles, trocam votos por cargos. Nestes trechos, podemos perceber que há ocorrência de uma relação de influência, exercida pelos jornalistas sobre o locutor. No 1º parágrafo, observamos um julgamento sobre a ética da presidente: “Para escapar do impeachment, a faxineira ética de outrora passou a assediá-los congressistas dispostos a colocar seu “sim” ou “não” no mercado”.

Já no 2º parágrafo, o julgamento dos locutores é sobre o comportamento de alguns políticos de partidos menores, que geralmente não possuem muita influência nas decisões do governo. Essa categoria de língua pode ser visualizada no trecho a seguir “[...] integrantes do baixo clero, que se preocupam menos com a opinião pública e, por isso, têm mais facilidade para mudar de lado, principalmente quando convidados a participar do rateio de um butim suculento”. Ainda neste parágrafo, notamos o comportamento delocutivo através da citação direta. A fala utilizada é do deputado Francisco Chapadinha, que tenta justificar a “venda” de seu voto à um colega: “Nunca ganhei nada. Agora que me ofereceram, não posso deixar de aceitar”. Com esta citação, os autores produzem um efeito de verdade no leitor e confirmam sua tese de que Dilma está trocando cargos por votos e que abordaremos mais adiante, no modo argumentativo

No 4º parágrafo, os locutores discorrem sobre uma alegação do advogado-geral da União em defesa de Dilma. Ele lembra que as pedaladas fiscais pelas quais Dilma viria a ser julgada também foram utilizadas por outros governantes. A respeito dessa alegação, os locutores usam o modo delocutivo para fazer uma constatação de uma asserção, com base em informações de uma fonte externa: “É verdade, embora nenhum deles tenha pedalado tanto quanto a presidente, segundo dados do Banco Central”. Na sequência, verificamos o uso do comportamento elocutivo pelos

locutores, ao revelarem um saber que, supõem eles, não seja de conhecimento do leitor: “Faz tempo que o governo considera certa a derrota na comissão especial, uma espécie de batalha preliminar”.

O modo elocutivo ainda se manifesta em uma declaração feita pelos locutores em meados do 6º parágrafo. No trecho a seguir, os jornalistas comentam sobre políticos indecisos e manipuláveis a respeito de seus posicionamentos sobre o impeachment, comparando a situação atual de Dilma com o processo de impedimento de Collor em 1992: “A manada, como se sabe, prefere marchar ao lado dos vitoriosos. Não há, portanto, nenhuma garantia de êxito na estratégia de comprar os votos de deputados – mas é uma última tentativa”. Nesta passagem, o engajamento dos locutores é claro. Eles buscam passar ao leitor a ideia de que Dilma está desesperada e tenta comprar votos para se livrar do processo de impeachment, porém, ao lidar com políticos com tão pouca ética, ela corre o risco que eles mudem de ideia na última hora.

O comportamento delocutivo aparece novamente por meio de citação direta no final do 6º parágrafo. Os locutores trazem uma fala do deputado Paulo Maluf, sobre os políticos do Partido Progressista (PP) estarem assumindo cargos importantes no governo. O trecho seguinte mostra o discurso relatado como categoria de língua: ““Estão brincando de administração pública. Como tesoureiro do partido, Ricardo Barros (deputado do PP candidato a ministro) levou trinta deputados para dentro da investigação da Polícia Federal. Ele não entende de cirurgia, mas entende de operação” ironizou o notório deputado Paulo Maluf”. Neste trecho notamos que a intenção dos locutores foi criticar a presidente Dilma que nomeou Ricardo Barros como ministro de Saúde mesmo sabendo que ele está sendo investigado.

No 7º parágrafo, o comportamento elocutivo se apresenta por meio da categoria de língua de acordo/desacordo. Verificamos um acordo dos locutores com Dilma, no que se refere à “ficha corrida de seus algozes”, ou seja, os personagens responsáveis pela instauração do processo de impedimento estão sendo investigados por corrupção, como é o caso do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Notamos um engajamento dos autores no sentido de serem contra qualquer corrupção ou ilegalidade, independente se foi cometida pela presidente ou por outras personalidades, como demonstra o trecho em questão: “Nisso, Dilma tem toda razão, mas sua cantilena é repleta de notas desafinadas, já que seus principais generais também estão sob investigação”.

Ainda no 7º parágrafo, mais um comportamento elocutivo, que aparece quando os locutores apresentam mais um saber que, pressupõem eles, seja novo para o leitor. Esse modo de saber pode ser observado no trecho: “A própria imagem da presidente está sob suspeita. Executivos que aderiram à delação premiada já disseram às autoridades que propinas abasteceram as duas campanhas presidenciais da petista, de 2010 e 2014”. No 8º parágrafo, a última frase da reportagem traz o comportamento elocutivo que se expressa na categoria de língua de possibilidade e querer dos locutores. Após comentarem sobre a possibilidade de uma cassação da chapa Dilma-Temer por receber propina durante a campanha de 2014, eles mostram uma motivação para a saída de Dilma da presidência, seja pelo impeachment ou pela cassação de seu mandato. Esse desejo pode ser visualizado no trecho que finaliza a matéria: “Ou seja: mesmo que o impeachment seja rechaçado, a esperança coletiva dos milhões de brasileiros terá uma nova chance”.

O modo descritivo aparece no texto, principalmente, por meio dos procedimentos discursivos de nomear, qualificar e localizar-situar. O procedimento de localizar-situar também pode ser encontrado no texto, mas em menor proporção que os dois anteriores. Sobre o procedimento de nomear, verificamos que, ao longo da matéria, Dilma é chamada pelos locutores de “faxineira ética de outrora”, “presidente”, “mandatária”, “imaculada” e “petista”. Ao chamar Dilma de “faxineira ética”, os locutores quiseram ironizar o fato de Dilma se autodeclarar honesta e ética, até mesmo ter declarado guerra à corrupção durante seu governo e, na reportagem, ser acusada de comprar votos em troca de cargos. Também notamos que o uso do termo “faxineira” demonstra uma depreciação do trabalho/classe e, ao mesmo tempo, do gênero feminino, que estaria fadado ao dever de realizar a “faxina” e outras funções relacionadas ao espaço doméstico.

A nomeação da presidente como “mandatária”, que significa pessoa que recebe mandato ou procuração para agir em nome de outro, poderia estar relacionado a uma das acusações que os adversários políticos de Dilma e Lula fazem contra seus governos, alegando que a presidenta foi usada para se candidatar e ganhar a eleição pelo PT e quem realmente governaria o país seria o ex-presidente. Por fim, “imaculada”, carrega uma ironia, visto que no início da reportagem os locutores insinuam que Dilma tem um pacto com o “tinhoso” e, ao mesmo tempo, uma intencionalidade: convencer o leitor de que a presidente não é santa.

Outras nomeações também merecem destaque. Duas delas são as expressões “baixo clero” e “manada”, que se referem a políticos de pouca expressão dentro do Congresso. O uso destas palavras demonstra o julgamento que os locutores fazem desses políticos, como sem importância e sem personalidade, que fazem parte de uma manada, como animais. Outra nomeação utilizada na reportagem é “deputado-empresário”, que se refere a José Maria Macedo Junior, deputado do PP do Ceará. Tal nomeação demonstra a intenção dos locutores de ressaltar o fato de que o cargo como deputado permite que Macedão se beneficie enquanto empresário.

As expressões “queimão do governo” e “saldão de cargos”, também são muito relevantes para esta análise. Os locutores as utilizaram para nomear a distribuição de cargos de confiança a políticos em troca de votos contra o impeachment de Dilma. Estas escolhas lexicais exprimem outra intencionalidade dos locutores, de fazer uma analogia entre a distribuição de cargos entre políticos de menor expressão e a venda de produtos, no caso os cargos, por preços mais baixos. A ‘promoção’ de cargos, na visão dos locutores, é um ato desesperado para reunir votos contra o seguimento do processo de seu afastamento.

Mais adiante na reportagem, a nomeação “cliente” se refere, para os locutores, aos políticos que aceitam ‘vender’ seus votos. No trecho “As ofertas variam conforme o cliente”, também notamos que ofertas se referem a coisas a ser ofertado, ou melhor, os cargos disponíveis. Assim como as expressões “queimão do governo” e “saldão de cargos”, “cliente” e “oferta” foram utilizadas pelo locutor para construir seu quadro de raciocínio persuasivo, corroborando para a tese de que Dilma troca cargos em seu governo por votos que a “liquidem” do governo. Essa tese será abordada no modo argumentativo desta análise.

Outra nomeação feita pelos locutores foi “caciques da sigla”, fazendo referência aos chefes do Partido Progressista (PP). Cacique é um chefe ou líder político de tribo indígena ou aquele que impõe sua vontade sobre um grupo de indivíduos. A palavra, que surgiu durante as Grandes Navegações, era utilizada pelos colonizadores para se referir aos chefes das tribos brasileiras. A intencionalidade aqui é de comparar o partido (PP) com uma tribo ou comunidade primitiva. Por fim, os locutores utilizam a palavra “algozes” para se referir aos responsáveis pela instauração do processo de impeachment de Dilma e citam Eduardo Cunha como exemplo. Mais uma vez observamos uma intencionalidade dos jornalistas, visto que algoz é aquele que é cruel ou que é capaz de atos cruéis.

Retomando os componentes do modo descritivo, o texto da reportagem também traz o procedimento de localizar situar, em alguns trechos. Esse procedimento é utilizado pelos locutores, principalmente, para localizar o leitor no tempo. A passagem inicial do texto “Quando era candidata à reeleição Dilma Rousseff disse que poderia “fazer o diabo” para vencer a sucessão presidencial” visa localizar o leitor no tempo em que a presidente fez tal afirmação. Datas e expressões como “em 2015”; “na semana passada”; “próximo dia 17, um domingo”; “em 1992” buscam criar um paralelo entre acontecimentos passados e presentes, e até mesmo projetando o futuro. Essa construção será mais aprofundada no modo narrativo que veremos mais adiante.

O último componente do modo descritivo é o procedimento de qualificar, também presente na matéria. No 1º parágrafo os locutores qualificam os componentes do “baixo clero” como “políticos mais inexpressivos do Congresso”. O próprio adjetivo “baixo” e a palavra “clero” são qualificações carregadas de significados, fazendo referência a uma classe menor e apresentando uma analogia entre política e religião. A expressão ainda carrega um tom de ironia, do ponto de vista que os locutores comparam estes políticos com figuras religiosas, que têm alguma ‘santidade’, ou deveriam ter.

No 2º parágrafo, a qualificação é para o governo Dilma, com a expressão “consórcio governista”, que trata o mandato da presidente como um ‘investimento’ para os políticos. Já no início do 4º parágrafo, os locutores qualificam o “saldão de cargos” promovido por Dilma como “amplo, geral e irrestrito”. O uso destes adjetivos tem como finalidade fazer com que o leitor imagine que a venda de cargos, ou troca de cargos por votos, é feita para todo e qualquer político disposto a dizer “não” na votação do impeachment na Câmara.

No 6º parágrafo, os locutores procedem uma qualificação do Partido Progressista, como “a quarta maior bancada da Câmara e o partido com mais políticos implicados no petrolão”, nome dado ao esquema de corrupção que a Operação Lava Jato investigou. A intenção dos jornalistas é destacar que os políticos do partido possuem fichas sujas e, assim, desqualificar os votos destes parlamentares na votação. Tal qualificação faz parte da construção da narrativa argumentativa desta reportagem. No final do parágrafo observamos que o procedimento de qualificar foi utilizado para enaltecer Paulo Maluf, que é designado como “notório deputado”, ou

seja, reconhecido pelas pessoas. O adjetivo serve como uma reafirmação de que a citação do deputado, apresentada anteriormente pelos locutores, é verídica e correta.

Seguindo, abordaremos agora o modo narrativo desta reportagem. O texto é composto por diversas narrativas internas que, juntas, fazem parte de uma narrativa mais ampla, que serve ao modo argumentativo, a fim de confirmar a tese levantada pelos locutores. Para fins de análise, as narrativas internas foram nomeadas de N1, N2, N3, N4, N5, N6, N7 e N8 e serão descritas nos próximos parágrafos. A N1 tem início no 1º parágrafo do texto e propõe que Dilma teria se unido ao “diabo” para se reeleger e, “recorre outra vez ao tihoso” para se livrar do processo de impeachment. A narrativa se constrói acerca da argumentação que Dilma, para se manter no governo, ‘vendeu a alma ao diabo’ oferecendo cargos em troca de votos. Em N1, Dilma aparece como actante primária que se une a outro actante, o diabo, para agir em benefício próprio e de maneira oponente à sociedade, actante implícito. A actante exerce sua ação de forma voluntária e produz qualificações negativas, como má reputação, falta de ética e inabilidade para governar.

Ainda no 1º parágrafo, a N2 traz outra argumentação que visa comprovar a troca de cargos por votos contra o impeachment. Na narrativa, os locutores contam que o deputado Macedão aceitou a ‘responsabilidade’ de indicar um diretor-geral para o Departamento Nacional de Obras contra Secas (Dnocs) em troca de seu voto no processo de impeachment. Além disso, os locutores destacam que o deputado “[...] é dono de uma empresa que oferece canos e tubulações para obras federais [...]” e, dessa maneira, ele teria interesses particulares na escolha do diretor-geral do Dnocs. Vale a pena ressaltar que, no fim do parágrafo, os locutores criam uma espécie de suspense com a utilização de reticências e da repetição de palavras no trecho “[...] que atijam a cobiça da firma... da firma... do próprio Macedão”. A intencionalidade é gerar expectativa no leitor. A N2 traz Macedão como actante primário que age de maneira aliada a Dilma, actante implícita. Por outro lado, também recebe um benefício, de forma voluntária e reage retribuindo o benefício.

A N3 se encontra em meados do 2º parágrafo e aborda o convite feito ao deputado Francisco Chapadinha para “[...] indicar o novo superintendente do Inkra em Santarém, no oeste do Pará, sua base eleitoral”. Na narrativa, os locutores também apresentam uma justificativa do deputado para ter aceitado a proposta de trocar a indicação pelo seu voto: a de quem nunca havia ganhado nada então aceitaria por esta razão. Na N3, Chapadinha é o actante que sofre a ação e retribui de maneira

voluntária à actante implícita Dilma, com seu voto conta o impeachment. Ele é também beneficiário da ação que sofre.

Mais uma narrativa, a N4 no 3º parágrafo, apresenta a troca de favores entre Dilma e outros políticos, no caso Odorico Monteiro e Valdetário Monteiro. A narrativa aborda que Odorico aceitou o “[...] comando do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) cujo orçamento anual é de 30 bilhões de reais”, em troca de seu voto no processo de impedimento e, também, que o objetivo da ação de oferecer o cargo ao deputado é para que ele “[...] convença seu irmão Valdetário Monteiro, membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a aderir à ofensiva do PT contra o juiz Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava-Jato”. Na N4, Camilo Santana é um actante secundário que age de maneira aliada a Dilma, voluntariamente. Ele oferece o cargo a Odorico, que é actante primário e sofre a ação, se beneficiando dela e retribuindo à actante implícita Dilma. Por outro lado, Valdetário é actante secundário que sofre a ação de ser convencido pelo irmão, mas não é possível identificar na narrativa se ele aceita ou recusa a proposta.

A N5 pode ser visualizada ainda no 3º parágrafo e traz o “peemedebista Vitor Valim” que, segundo os narradores, “[...] foi hostilizado por petistas ao desembarcar em Fortaleza na semana passada”, por ter recusado trocar seu voto, que é favorável ao impeachment. Aqui, verificamos que Valim é um actante primário que sofre a ação de ser vaiado e os petistas, actantes que exercem a ação, de maneira voluntária, de forma agressora. Por outro lado, o peemedebista também exerce a ação de recusar a negociação, podendo ser considerado um oponente. Sendo assim, essa e todas as narrativas destacadas acima, visam corroborar na argumentação de que cargos têm sido trocados por votos contra o impeachment da presidente.

Já no 4º parágrafo, a N6 apresenta uma nova argumentação: de que Dilma é culpada pelo crime de pedalada fiscal. Nesta narrativa, os locutores contam que o relator Jovair Arantes deu parecer favorável à abertura do processo de impedimento e que ele julgou a atitude de Dilma com as pedaladas, como “dolosa e consciente”. Eles também propõem que o advogado-geral da União defende a presidente, visto que outros governantes também realizaram pedaladas. Porém, na sequência, retomam a acusação à Dilma trazendo dados do Banco Central, que dizem que a governante foi a que mais “pedalou”. Na N6, os actantes primários são o relator Jovair e o advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo. Dilma é a actante secundária e sofre as ações exercidas pelos primários, de forma voluntária e direta, de ambos. O

relator age de forma agressora contra a presidente, que neste caso é uma vítima. Já o advogado-geral da União age de forma aliada a Dilma, que por sua vez é também beneficiária desta ação.

A N7 se inicia no 6º parágrafo com os locutores contando como foi a “[...] votação pela Câmara do impeachment do então presidente Fernando Collor [...]”. Eles relembram que os deputados foram “tirados” de Brasília pelo governo, mas, durante o evento de votação, perceberam que Collor seria condenado e retornaram para “[...] votar contra o presidente”. Tal narrativa tem a finalidade de contar ao leitor uma experiência passada e, assim, demonstrar sua semelhança com a presente. Collor e os deputados são actantes primários. Num primeiro momento, Collor é o actante que age de maneira aliada, providenciando a saída dos políticos de Brasília, e estes são retribuidores. Ambos exercem suas ações de maneira direta e voluntária e ambos são beneficiários. No final da N7, os deputados passam a agir de forma oponente a Collor, que se torna uma vítima. Os deputados agem voluntariamente e de maneira direta.

No 7º parágrafo, a N8 traz a narrativa argumentativa, que trataremos mais profundamente a seguir, sobre Dilma alegar inocência, mas estar cercada de pessoas investigadas. Os locutores citam o depoimento de Lula na Lava-Jato por envolvimento com a OAS e Odebrecht e sua nomeação para a Casa Civil; o envolvimento de Nogueira, fiador de apoio do PP, no escândalo da Petrobras; e os dez inquéritos que envolvem Renan Calheiros. Assim, os acontecimentos políticos recentes constroem a narrativa de que Dilma não é o que aparenta e que sua imagem também está sob ameaça devido a possíveis propinas em suas duas campanhas eleitorais. Nesta última narrativa interna da reportagem, Dilma é uma actante primária que sofre a ação, sendo vítima e age tentando neutralizar a agressão. Já Lula, Nogueira e Calheiros são actantes primários que agem de maneira agressora à Dilma e o fazem de maneira indireta e involuntária.

As oito narrativas apontadas acima estão ligadas pelo princípio da intencionalidade e compõem uma grande argumentação. Na narrativa desta reportagem, os locutores são autores-escritores, que testemunham um projeto de escritura através de um processo de narração e convocam o leitor possível para receber e reconhecer esse projeto. O ponto de vista destes locutores é externo ao texto e subjetivo.

Agora, vamos analisar a reportagem a partir do modo argumentativo. Os locutores visam construir um quadro de raciocínio persuasivo, desde o posicionamento das imagens, que abordaremos no final desta análise, até sua construção discursiva. A tese levantada é de que Dilma está fazendo uma “liquidação de cargos”, no duplo sentido. Além de “vender” as posições em seu governo a baixos preços, ou melhor, pelo voto contra o seu impedimento, ela também está entregando cargos importantes a políticos de baixa expressão no Congresso. Para convencer o leitor, os locutores fazem uso de modos de raciocínio.

No 1º parágrafo, a argumentação gira em torno do fato de Dilma defender a ética em seu governo e, às vistas de um possível impeachment, ela passa a “[...] assediar congressistas dispostos a colocar seu ‘sim’ ou ‘não’ no mercado”. Primeiro, os locutores fazem uma associação entre uma possível fala da presidente sobre “fazer o diabo” para vencer a reeleição e um pacto com o “tinhoso”. Eles explicam o que seria esse tinhoso, no trecho: “[...] o tinhoso do fisiologismo, aquele que mercadeja emendas e cargos em ministérios e estatais por um punhado de votos, ou um único voto”. O procedimento utilizado é a associação do idêntico, uma vez que compara os políticos que trocam cargos por votos com o diabo.

Adiante, no 2º parágrafo, os locutores utilizam a explicação pragmática para comentar uma atitude de Dilma, como podemos observar no trecho “É isso: em troca de um único voto, o governo colocou o deputado-empresário nos dois lados do balcão de negócios”. Essa explicação é a respeito da indicação de Macedão para escolher o novo diretor-geral do Dnocs e seu interesse pelo órgão. Com esse procedimento, os locutores pontuam que a ação é prejudicial à ética de possíveis licitações. Na sequência, eles ainda fazem uma dedução pragmática ao dizer que, antes indeciso, Macedão “[...] fechou contra o impeachment”. No final do 3º parágrafo, também observamos a utilização da dedução pragmática quando os jornalistas dizem que a razão de Vitor Valim ter sido vaiado no aeroporto em Fortaleza foi ele ter se recusado a ‘vender’ seu voto, que é a favor do impedimento.

No final do 4º parágrafo, os locutores procedem uma concessão restritiva ao dizer que outros governantes deram as pedaladas fiscais, “[...] embora nenhum deles tenha pedalado tanto quanto a presidente [...]”, citando a informação, de forma indireta, do Banco Central. Ao assumir que as pedaladas já foram utilizadas, os locutores cedem para retomar um novo argumento, o de que Dilma foi a governante que mais realizou pedaladas fiscais e por isso deve ser julgada. Outro modo de

raciocínio utilizado na reportagem é a associação de idênticos, trazendo no 6º parágrafo a narrativa sobre como aconteceu a votação do impeachment de Collor na Câmara e compara a ‘retirada’ de políticos de Brasília com a ‘troca de votos por cargo’ de Dilma. Esse trecho busca fazer um paralelo entre passado e presente, para mostrar ao leitor que, na hora da votação, tudo pode mudar.

Ainda no 6º parágrafo, observamos o procedimento discursivo de comparação por semelhança, quando os locutores propõem que, do mesmo modo como as estratégias de Collor para se livrar do impeachment não funcionaram, as de Dilma também podem não funcionar. Tal análise pode ser entendida com base no trecho que conclui a associação feita anteriormente: “A manada, como se sabe, prefere marchar ao lado dos vitoriosos. Não há, portanto, nenhuma garantia de êxito na estratégia de comprar os votos dos deputados – mas é uma tentativa”.

Em um segundo momento, a reportagem traz um quadro de raciocínio persuasivo onde os locutores fazem uma proposta pela qual, mesmo que defenda sua inocência, Dilma está cercada de corruptos e pessoas investigadas. Sendo assim, ela não poderia criticar a ficha criminal dos responsáveis pela instauração do impeachment, como Cunha. Como analisado acima, no modo narrativo, os jornalistas comentam o envolvimento de Lula, Nogueira e Calheiros com investigações de corrupção. Assim, a tese levantada é de que Dilma é uma “imaculada”, que ataca os “sujos” e está “rodeada de mal-lavados”. O adjetivo “imaculada” demonstra a ironia utilizada pelos locutores.

Finalizando a reportagem, no final do 8º parágrafo verificamos o procedimento de escolha alternativa entre duas negativas. Para concluir e argumentar que, de uma forma ou de outra Dilma será afastada do cargo, os autores defendem que ou haverá impedimento ou a cassação de sua chapa nas eleições de 2014. O trecho seguinte comprova o engajamento: “[...] mesmo que o impeachment seja rechaçado, a esperança coletiva dos milhões de brasileiros terá uma nova chance”.

Desta maneira, apesar dos locutores construírem sua argumentação em torno da troca de cargos por votos, eles deixam outra saída para os seus leitores, que são favoráveis ao impedimento da presidente. Caso a estratégia da compra de votos dê certo, pesa sobre Dilma uma acusação de propina em sua campanha de reeleição e, assim, a sua cassação seria outra forma de tirá-la do poder. Nesse sentido, entendemos que, na opinião dos locutores, o que importa não é a legalidade do

processo de impeachment, mas sim a saída de Dilma do cargo de presidente do Brasil.

Vale a pena pontuar ainda a relação a relação entre o domínio do ético e a associação de Dilma ao diabo, da ordem do religioso. Entendemos que essa estratégia argumentativa está relacionada ao fato da revista *Veja* possuir um público leitor mais amplo, que associa a religião ao bem, ao verdadeiro, ao justo e ao ético. Também analisaremos a reportagem do ponto de vista da imagem. Assim, faremos a descrição das imagens presentes nesta reportagem e, posteriormente, a análise das mesmas.

As páginas 52 e 53 são ocupadas, respectivamente, pela foto da presidente Dilma em destaque e pelo título e o subtítulo da reportagem, também destacados. O fundo de ambas as páginas são preenchidos por uma imagem de chamas, se assemelhando ao inferno. Fotografias são signos icônicos e, as chamas representam cor, as formas e a composição, componentes dos signos plásticos. Na fotografia de rosto, que foi manipulada visto que foi recortada de seu contexto original, Dilma apresenta uma expressão de malícia, um meio sorriso e um olhar desviado do leitor. Apesar disso, seu semblante tem aparência tranquila. Assim, verificamos que a intencionalidade dos responsáveis pela diagramação da reportagem foi de fazer uma referência ao inferno e Dilma como alguém que compactua com o diabo. Ao mesmo tempo, podemos fazer uma analogia entre a “liquidação do governo” e a expressão “queimão de cargos”. Ou seja, tudo está em chamas.

Dividida entre a página 54 e a 55, a fotografia é do deputado Macedão, que aparece enquadrado do peito para cima, de frente, e vestindo terno e gravata. Sua expressão é tranquila e ele aparenta esperar por algo. Seus olhos estão direcionados para o leitor e sua boca está fechada em linha reta. Abaixo da foto, à direita, a legenda: “EM CASA O deputado Macedão, agora nos dois lados do balcão: contratante e contratado”. A legenda revela a intencionalidade da foto: mostrar que o deputado fez de sua posição um negócio, que lhe beneficia tanto enquanto político como enquanto empresário.

Abaixo, na página 55, uma imagem do ‘santinho’ de Francisco Chapadinha, em ocasião de sua campanha para deputado federal. Na imagem retangular, o fundo é de tons de azul claro, com uma representação do Palácio do Planalto. O slogan “Francisco Chapadinha Deputado Federal” aparece do lado direito em destaque, sendo o nome em azul escuro e o cargo em vermelho. Acima deste texto, uma

espécie de bandeira ou símbolo vermelho e branco com estrela azul no centro. Do lado esquerdo, a foto de Chapadinha enquadrado do peito para cima, sorrindo e vestindo blusa social listrada em tons claros. Abaixo da imagem, a legenda objetiva: “BARGANHA INÉDITA O parlamentar paraense, depois de ganhar o comando de uma superintendência do Incra e virar o voto contra o impeachment: ‘Nunca ganhei nada. Agora não posso deixar de aceitar’”. Esse texto demonstra que, junto da imagem ilustrativa, a finalidade é mostrar ao leitor partes importantes da reportagem, que contribuem para a tese levantada já no título da mesma.

Adiante, metade da página 56 é ocupada por uma fotografia da Câmara, onde aparecem diversos parlamentares em comemoração pela recomendação do relator favorável ao impeachment. Chamam a atenção alguns cartazes em amarelo e verde com as inscrições “Impeachment já”, que lembram o slogan “diretas já” e, principalmente, o destaque central da foto: uma caricatura de Dilma, segurada por uma pessoa que não é possível identificar. Centralizada na foto, a representação da presidente está vestida com roupa de listras, como um uniforme de presidiária e os números “13-171” junto com a frase “impeachment já!”. Abaixo da imagem, a legenda: “PERTO DO FIM Parlamentares comemoram a recomendação do relator: abrir o processo de impeachment contra Dilma”. A partir dessa imagem compreendemos que, a comemoração de um primeiro passo do impeachment e a legenda que usa a expressão “perto do fim”, em caixa alta, demonstra a intencionalidade dos locutores em dar como vencido o processo de impedimento.

A última imagem utilizada na reportagem é uma fotografia de Lula, na página 57, que possui o mesmo tamanho e alinhamento da foto anterior. Nela, o ex-presidente aparece apenas com parte do rosto à mostra, sendo seu queixo, corpo e membros escondidos por uma faixa vermelha. O fundo da imagem é preto e Lula está olhando de canto de olho, sem expressão aparente. Na legenda, os dizeres: “O FIM ESTÁ PERTO Lula, na semana passada: Janot recomenda que o ex-presidente seja impedido de virar ministro”. Como nas imagens anteriores, as legendas têm apresentado mais conteúdo que as próprias imagens, salvo a imagem que traz a caricatura de Dilma. Também notamos que todas as legendas e imagens fazem referência a trechos da reportagem, agregando poucas informações novas. Destaque, mais uma vez, para as palavras dos locutores na legenda acima: “o fim está perto”. A expressão em caixa alta mostra, mais uma vez, o engajamento dos jornalistas em

apressar o final do julgamento e, conseqüentemente, o afastamento de Dilma e do PT do governo.

Reportagem 2 - Cunha corre contra o tempo - Carta Capital (anexo II)

Esta matéria, assinada por André Barrocal, aborda a tentativa de Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, aceitar o pedido de impeachment da presidente Dilma para se livrar das acusações que pesam sobre ele. Sua finalidade é destacar a responsabilidade de Eduardo Cunha no processo de impedimento. Também notamos que, a todo o momento, o texto desqualifica Cunha e, indiretamente, a legalidade do processo. Sendo assim, observamos a presença de todos os três comportamentos enunciativos, mas destacam-se o alocutivo e o delocutivo. O comportamento alocutivo aparece por meio das categorias de língua julgamento e proposta. Já o delocutivo, se manifesta na reportagem pelo discurso relatado, sendo o mesmo nas duas modalidades, o discurso indireto e citação direta.

No que tange o comportamento alocutivo, o texto da reportagem traz, já no início do 1º parágrafo, um julgamento feito pelo locutor: “Réu por corrupção, vulgo ‘Caranguejo’ na lista de doações da empreiteira Odebrecht, dramaturgo (a julgar pelas histórias para se defender das acusações), Eduardo Cunha, o presidente da Câmara, merecia mais um epíteto: Senhor Impeachment”. Outro trecho que também aponta um julgamento aparece no final do 11º parágrafo, outro trecho que exemplifica esse mesmo comportamento enunciativo: “O rompimento do PMDB com o Palácio do Planalto, jogada infrutífera em suas pretensões de funcionar como “efeito manada”, capaz de derrubar o governo, é outro lance anti-Dilma com o dedo de Cunha, em parceria com o vice Michel Temer”.

Em relação ao comportamento delocutivo, observa-se que o locutor utiliza a citação de fontes diversas, sendo ora diretas e utilizando aspas e ora indiretas, incorporadas ao texto. Citações indiretas podem ser verificadas nestes trechos ditos por Leonardo Meirelles e retirados, respectivamente, do 2º e do 3º parágrafo da reportagem: “Segundo ele, sua participação na engrenagem teria rendido a Cunha 5 milhões de dólares, fruto de chantagem contra um lobista atuante na Petrobrás” e “Meirelles disse ter recebido 5,1 milhões de dólares em Hong Kong em contas de duas offshore, a RFY e a DGX, operado para recursos em reais chegarem ao escritório de Youssef em São Paulo e ouvido do sócio em um almoço que o dinheiro era destinado a Cunha”.

Vale ressaltar também que a maioria dos depoimentos que foram incluídos na reportagem traz opiniões que desqualificam Cunha. Essas citações servem para fundamentar a tese de que Cunha não tem boa índole. Exemplo disso são as citações diretas do advogado-geral da União, neste trecho: “[...] o encaminhamento do pedido de cassação da presidenta como ‘um clamoroso desvio de poder’ por parte do presidente da Câmara, que “usou de sua competência para fazer uma vingança e uma retaliação”.

No 6º parágrafo, também encontramos mais uma citação indireta, referente a uma fala do advogado de Eduardo Cunha, Marcelo Nobre, que segundo a reportagem, tentou invalidar o depoimento de Meirelles prestado em ocasião do processo contra o presidente da Câmara: “As informações de Meirelles, disse, não tinham relação com o motivo de o presidente da Câmara ser investigado, a mentira ou omissão perante os pares e o Fisco a respeito de contas no exterior”.

Por outro lado, a citação direta aparece, entre aspas, em um trecho no final do 6º parágrafo, como disposto a seguir: “Até um parlamentar fiel a Cunha, Carlos Marun, do PMDB, admite que o ‘surgimento de provas robustas’ pode ensejar uma ampliação do foco”. No final do 8º parágrafo, é possível observar outra citação direta que se refere a Eduardo Cunha: “‘Se Dilma cair, talvez a situação dele melhore, ele terá mostrado força política e vai querer usar essa força em seu favor’, diz José Carlos Araújo”. No início do 10º parágrafo observamos o comportamento delocutivo por meio da asserção: “Até aqui, sobram digitais de Cunha no impeachment”.

O modo descritivo da matéria fica evidente também no 1º parágrafo do texto, com o procedimento de nomear. O locutor nomeia o presidente da Câmara Eduardo Cunha, foco central da reportagem, de “Senhor Impeachment”. Ele utiliza o epíteto, como o mesmo diz, para tentar criar uma relação entre a cassação de Cunha e a possível abertura do processo de impeachment contra a presidenta Dilma. Tal relação é percebida ao longo do texto, com as diversas estratégias argumentativas utilizadas pelo autor, como veremos mais adiante nesta análise. Durante todo o texto da matéria, também é possível verificar outros procedimentos de nomeação para Cunha, como “peemedebista” e “presidente da Câmara”. O locutor nomeia ainda, no 2º parágrafo, Leonardo Meirelles como “sócio-laranja” e, ao mesmo tempo, Alberto Youssef de “doleiro”. Outras nomeações foram “presidente Dilma” e “ex-presidente Lula”.

Outro procedimento utilizado no texto é o de localizar-situar o leitor por meio da descrição de locais e datas. O procedimento pode ser comprovado nos seguintes trechos: “[...] o Conselho de Ética da Câmara ouviu na quinta-feira 7 o primeiro depoimento no processo contra o deputado”, no 2º parágrafo; “[...] ter recebido 5,1 milhões de dólares em Hong Kong [...]” e “[...] escritório de Youssef em São Paulo [...]”, no 3º parágrafo; “Em setembro passado [...]”, no 4º parágrafo; “O pedido chegou-lhe em 31 de março e só na quarta-feira 6 ele tomou uma providência”, no 5º parágrafo; “Nos próximos dias, Araújo e Rogério irão a Curitiba [...]” e “[...] a cassação de Cunha é questão de tempo, talvez em maio [...]”, no 8º parágrafo; [...] na comissão especial do impeachment na antevéspera da divulgação do parecer do relator [...], “O peemedebista aceitou o pedido em 2 de dezembro, cerca de 4 horas do PT anunciar voto a favor da cassação no Conselho [...]” e “No mesmo dia, um dos autores [...]”, no 9º parágrafo; “Apresentado na quarta-feira 6, o parecer [...]” e “Dias antes, firmara a O Estado de S. Paulo [...]”, no 10º parágrafo; “A votação do impeachment pelo plenário em um domingo ou em um feriado [...]” e “[...] Rodrigo Rollemberg, que na terça-feira 5 foi à Câmara [...]”, no 11º parágrafo; “Temer assinou a liberação de créditos suplementares quando a presidente estava no exterior” e “O engavetamento foi contestado no STF, e na terça-feira 5 o relator do caso na Corte [...]” no 12º parágrafo; e, por fim; “No Palácio do Planalto, houve ministro a comemorar [...]” e “[...] campanha Dilma em 2014”.

A utilização destes procedimentos citados acima pelo locutor demonstra sua intenção de criar um vínculo entre os acontecimentos mais relevantes da cassação de Eduardo Cunha e a instauração do impeachment de Dilma. Como sugere a expressão “cordão umbilical”, citada pelo locutor, a ação de localizar-situar visa contribuir para a construção do quadro de raciocínio persuasivo, como veremos adiante no modo argumentativo. Citar onde e quando ocorreram os fatos e acontecimentos abordados na matéria, mostra um engajamento dos locutores em comprovar a veracidade dos mesmos.

Ainda no modo descritivo, observa-se na reportagem o uso do procedimento de qualificação. No 1º parágrafo, o locutor descreve Cunha como “réu por corrupção”; “vulgo Carangueijo da lista de doações da empreiteira Odebrecht” e “dramaturgo”, além de estar associado a personagens do submundo da Petrobras. Essas qualificações mostram que há uma tentativa do locutor de destacar as características e atitudes negativas de Cunha, desqualificando-o.

No 3º parágrafo, qualifica Fernando Baiano como “suposta vítima de um calote lobista”. E, no 6º parágrafo, qualifica Roberto Jefferson como “condenado a sete anos de cadeia no ‘mensalão’ do PT”. Essas qualificações reforçam a ocorrência de um comportamento alocutivo por parte do autor da matéria, pois ao mesmo tempo que qualificam também fazem um julgamento dos indivíduos citados. Da mesma maneira, a qualificação de indivíduos tem como finalidade informar e também seduzir o leitor para a argumentação que o locutor busca construir.

A expressão “cordão umbilical”, como citada anteriormente, é uma qualificação para o futuro de Dilma e Cunha. Neste trecho do 9º parágrafo, os locutores trazem a opinião do advogado-geral sobre o pedido de cassação de Dilma encaminhado por Cunha, que seria um abuso de poder. A ideia aqui é mostrar Cunha como um malfeitor e Dilma, como vítima. Assim, entendemos que o modo descritivo provoca no leitor um efeito de saber, pois pressupõe-se que as informações descritas não eram de conhecimento dele. Essa descrição, por outro lado, visa explicar ao receptor da mensagem como os fatos citados aconteceram e de que maneira eles convergem para comprovar a proposta do locutor, de que Eduardo Cunha tinha interesses pessoais ao aceitar o pedido de impedimento da presidente Dilma Rousseff.

Passando para a análise do modo narrativo, é possível observar que a reportagem traz uma grande narrativa que se inicia no 1º parágrafo, com a proposta de que Cunha não estaria apto para julgar a abertura do pedido de impeachment de Dilma na Câmara, uma vez que estava sendo investigado por corrupção. No decorrer do texto, pequenas narrativas se unem para formar a narrativa principal, demonstrando ao leitor as razões que levaram Cunha a aceitar a abertura do pedido de impedimento da presidente e, ao mesmo tempo, não aceitar o mesmo pedido para o seu correligionário e então vice-presidente Michel Temer.

Foram identificadas na matéria da Carta Capital oito pequenas narrativas, que denominarei N1, N2, N3, N4, N5, N6, N7 e N8. A primeira, ou N1, pode ser observada em meados do 1º parágrafo e traz como actantes principais Eduardo Cunha e Dilma Rousseff, na qual o primeiro age e o segundo sofre a ação. Cunha é, então, um actante oponente à actante Dilma, que é vítima. Ele age de maneira voluntária e direta contra a presidente, pois tem intenção de facilitar a instauração do processo de impedimento. Aqui, os locutores visam mostrar que Cunha está participando de planos e tramas para tirar Dilma do poder, o que poderia tirar a

legalidade do processo, ou comprometê-la. Já no 2º parágrafo, verifica-se a ocorrência da N2, na qual são actantes principais Meirelles e Cunha e, actante secundário, Youssef. Neste trecho, Meirelles age contra Cunha de maneira oponente, voluntária e indireta. Cunha é o actante vítima, pois sofre com as acusações de Meirelles em ocasião do testemunho do mesmo.

A N3 pode ser visualizada no 5º parágrafo do texto e seus actantes principais são Marcelo Nobre, advogado de Cunha, e Meirelles. Nobre é o actante que age de forma oponente a Meirelles, visto que tenta invalidar seu depoimento. Ele o faz de maneira voluntária e direta. Mais adiante, no 6º parágrafo, encontra-se a N4, na qual Cunha é o actante principal que age de forma oponente aos actantes secundários e também vítimas, que são José Carlos Araújo, Sandro Alex e Marcos Rogério. O então presidente da Câmara age de maneira voluntária e direta, uma vez que tenta afastar os políticos de seus cargos no Conselho de Ética, em benefício próprio.

Já no 8º parágrafo, a N5 mostra que Cunha e Miguel Reale Jr. são actantes principais e Dilma é uma actante secundária e implícita. O trecho propõe que Cunha age de forma oponente à presidente, que é vítima. Já Miguel também é um actante que age, porém em benefício de Dilma. Ele o faz de maneira direta e voluntária, visto que afirma ter havido “chantagem explícita” para que o processo fosse aceito. A N6 se encontra no 9º parágrafo e aponta Roberto Jefferson como um actante principal que age em benefício de Cunha, pois defende o “Fora Dilma” e afirma que “torce” para o “bandido Cunha”.

As duas últimas narrativas, N7 e N8, se encontram no 10º e 11º parágrafos, respectivamente. A primeira traz Cunha como actante principal que age em benefício de Michel Temer, ao participar de um “rompimento” de seu partido, PMDB, com o Palácio do Planalto. Temer, por sua vez, é actante secundário implícito e, ao mesmo tempo, beneficiário da ação. E, na N8, verifica-se que Temer e Cunha são actantes principais e que Marco Aurélio Mello é um actante secundário. No trecho, Temer e Cunha são agentes aliados, visto que apesar de o vice ter assinado a liberação de créditos suplementares, Cunha não acatou o pedido de denúncia contra Temer. Assim, Cunha é benfeitor que age de forma voluntária e Temer seu beneficiário.

Sendo assim, percebe-se que todas as narrativas destacadas acima formam a narrativa principal do texto, que irá construir a argumentação de oposição ao impeachment de Dilma, como veremos na análise do modo argumentativo desta reportagem. Antes disso, é válido pontuar que as sequências narrativas da matéria

seguem o princípio de encadeamento de sucessão, visto que uma engrena a seguinte. Quanto ao dispositivo narrativo, o narrado pode ser classificado como autor-indivíduo que convida o leitor a verificar a veracidade dos fatos narrados. Seu ponto de vista sobre as informações apresentadas é externo e objetivo.

Já em relação ao modo argumentativo e levando em consideração os modos analisados acima, é possível perceber que o autor da reportagem se engaja em um quadro de raciocínio a fim de sustentar a tese proposta já no subtítulo da matéria: “O presidente da câmara quer derrubar Dilma para livrar seu próprio pescoço”. No texto, o foco do locutor é construir seu quadro de raciocínio sobre as ações de Eduardo Cunha e como elas afetam o processo de impeachment de Dilma. O modo de encadeamento utilizado é o de causa, visto que o autor visa justificar as razões que o levaram a formular tal tese. Para persuadir o leitor, o sujeito argumentante utiliza alguns modos de raciocínio que constroem a argumentação.

O primeiro deles é o da explicação por silogismo, na qual o autor do texto explica ao leitor que Eduardo Cunha é réu no STF devido às acusações feitas por Meirelles contra ele, em ocasião de seu depoimento na Câmara. Este modo de raciocínio pode ser visualizado no seguinte trecho do 2º e 3º parágrafo respectivamente: “Segundo ele, sua participação na engrenagem teria rendido a Cunha 5 milhões de dólares, fruto de chantagem contra um lobista atuante na Petrobras” e “Camargo teria sido achacado por Cunha: ou pagava os 5 milhões de dólares ou haveria uma devassa, por meio da Câmara dos Deputados em contratos da Mitsui com a estatal”. Em relação aos procedimentos semânticos, as passagens acima demonstram que o locutor utilizou o domínio de avaliação do ético, questionando a honestidade de Cunha. Por outro lado, também é possível verificar que o domínio do pragmático e do ético também está presente no trecho, visto que questiona o modelo de comportamento do presidente da Câmara.

Outro modo de raciocínio que o locutor usa é o da explicação pragmática, que pode ser notada no 5º parágrafo do texto, quando o autor propõe que Eduardo Cunha não aprovou a solicitação de Meirelles para que a Câmara custeasse sua ida a Brasília para depor contra o mesmo: “Entende-se o motivo de o deputado esforçar-se para evitar o comparecimento de Meireles ao Conselho. O depoente pagou do bolso sua passagem a Brasília, pois Cunha não respondeu à solicitação para a Câmara bancar a viagem, uma praxe. O pedido chegou-lhe em 31 de março e só na quarta-feira 6 ele tomou uma providência. Mandou o caso ao vice-presidente da Câmara, Waldir

Maranhão, do PP”. Neste trecho o procedimento semântico usado pelo locutor foi o do ético, fundado no valor da responsabilidade, a qual Cunha não teria cumprido com a sua enquanto presidente da Câmara.

Mais adiante, no 6º parágrafo, o trecho seguinte traz o modo de raciocínio escolha alternativa e está relacionado ao julgamento das ações de Cunha enquanto Presidente da Câmara: “No Conselho, há quem considere ser possível apurar a ética de Cunha sem restringir-se no exterior, caso do líder Rede, Alessandro Molon Para outros, talvez de para enquadrar o hipotético recebimento de 5 milhões de dólares no escopo ‘mentira ou omissão’, pois a fortuna não teria sido declarada à Receita Federal, caso de Júlio Delgado, do PSB”. Nesta passagem, em relação aos procedimentos semânticos, o locutor fundamenta sua argumentação no modelo de comportamento de Cunha e também dos políticos envolvidos no Conselho.

No 7º parágrafo destaca-se o modo de raciocínio de explicação por silogismo, visto que o locutor demonstra ao leitor como a tentativa de tirar membros do Conselho de Ética foi uma estratégia de Cunha para se proteger: “[...] Cunha tentado recentemente um lance ousado. O peemedebista queria mudar as regras internas da Casa para afastar do Conselho o atual presidente, José Carlos Araújo, do PR e o vice, Sandro Alex, do PPS, e o relator do processo, Marcos Rogério, do DEM”. O locutor, em relação aos procedimentos semânticos, utiliza mais uma vez o domínio do ético.

No 9º parágrafo, o autor utiliza como modo de raciocínio a dedução pragmática, como pode ser visualizado nesta passagem, que aponta a opinião do advogado geral da União, José Eduardo Cardozo sobre a aceitação da cassação de Dilma: “O ministro classificou o encaminhamento do pedido de cassação da presidenta como ‘um clamoroso desvio de poder’ por parte do presidente da Câmara, que ‘usou de sua competência para fazer uma vingança e uma retaliação’. O peemedebista aceitou o pedido em 2 de dezembro, cerca de quatro horas depois de o PT anunciar voto a favor de sua cassação no Conselho”. Aqui, percebe-se também o procedimento semântico de valor no que se refere ao ético.

Nos parágrafos seguintes, o locutor segue sua argumentação usando o modo de raciocínio de explicação pragmática, como pode ser visualizado nos trechos a seguir. No 10º parágrafo: “A rapidez dos trabalhos da comissão especial é resultado de um presidente escolhido com patrocínio do peemedebista, Rogério Rosso, líder do PSD. Arantes também chegou à relatoria com a bênção do presidente da Câmara.

Apresentado na quarta-feira 6, o parecer pró-cassação foi redigido com o apoio de um advogado da confiança de Cunha, Renato Oliveira Ramos, contratado pelo peemedebista em dezembro para defende-lo e à Casa em causas perante o STF”. No 11º parágrafo: “A votação do impeachment no plenário em um domingo ou em um feriado, dias escolhidos para facilitar a presença de antipetistas em Brasília, também é obra de Cunha” e “O rompimento do PMDB com o Palácio do Planalto, jogada infrutífera em suas pretensões de funcionar como ‘efeito manada’ capaz de derrubar o governo, é outro lance anti-Dilma com o dedo de Cunha, em parceria com o vice-presidente Michel Temer”.

Assim, de um modo geral, o quadro de raciocínio argumentativo construído pelo locutor é feito a partir de uma situação de troca monologal e o contrato de comunicação é explícito, visto que se trata de uma reportagem. Já a posição do sujeito argumentante é feita por meio da tomada de posição deste a favor da proposta e ele se engaja em uma argumentação polêmica. Em relação aos procedimentos discursivos, o autor produz uma descrição narrativa dos fatos a fim de comprovar a tese apontada inicialmente. Ele também utiliza a citação, como já citado no modo descritivo, e a acumulação de argumentos por gradação, a fim de concluir seu quadro de raciocínio argumentativo. Por fim, no que tange os procedimentos de composição, verifica-se uma composição linear em etapas.

Em relação à análise da imagem, analisamos as cinco fotografias presentes ao longo das quatro páginas da reportagem. Na página 26, observamos a foto preta e branca de Leonardo Meirelles, importante figura a acusar Eduardo Cunha de corrupção. Na imagem, que representa o signo icônico, Meirelles aparece de perfil, vestindo terno e gravata, sentado em uma espécie de bancada e com microfone à sua frente. A angulação da foto mostra que ela foi tirada espontaneamente, sem que Meirelles percebesse. Sua expressão não é tranquila, visto que a testa está enrugada e aparenta preocupação ou discordância por parte de Meirelles. A imagem ainda traz a seguinte legenda: “Meirelles, parceiro de Youssef, detalhou ao Conselho de Ética o caminho dos 5 milhões de dólares repassados à Cunha.” Notamos que essa imagem busca provocar no leitor uma sensação de sobriedade em relação ao assunto, revelando as feições do acusador de Cunha, ressaltando sua importância ao se apresentar bem vestido. A expressão de Meirelles também visa causar um efeito de perversidade ou de culpa mostrando, ao mesmo tempo, que Cunha está envolvido

com pessoas de má índole e que Meirelles faz parte do esquema ao qual denuncia Cunha de participação.

Já na página 27, observamos duas fotografias com grande destaque, dividindo a mesma folha. A primeira delas aparece em tons de preto, cinza e amarelo e traz as figuras de Cunha e Temer. Eles foram fotografados sentados, conversando, ambos com uma das mãos tapando a boca, como se cochichassem. Seus olhares não se cruzam e, enquanto Temer olha para baixo, Cunha olha vagamente para a sua esquerda. Junto desta imagem, na parte inferior, também aparece uma espécie de subtítulo em destaque: “Sem conseguir controlar o Conselho de Ética, que reúne cada vez mais provas contra ele, o peemedebista manobra para apressar o julgamento da presidenta”.

Abaixo, nos deparamos com a segunda imagem da página 27, que aparece em preto e branco. O cenário parece ser a Câmara dos Deputados, em um momento que há, aparentemente, mais de 30 pessoas na foto. Algumas estão de costas sentadas, outras de pé, comemorando. Outros estão em pé, de frente para a foto de braços erguidos ou batendo palmas. Também é possível notar duas placas, uma com os dizeres “Fora Cunha” e outra escrito #NÃO VAI TER GOLPE. Na legenda, que parece se referir às duas imagens da página 27, o texto: “Enquanto afronta uma decisão do STF e protege o correligionário Temer, o deputado determina o tom e o ritmo do impeachment na Câmara”.

Analisando o conjunto das fotografias, do subtítulo e da legenda, percebemos que a diagramação da matéria teve a intenção de confirmar a tese do locutor, de que Cunha acatou o pedido de impeachment visando ocultar provas contra ele mesmo. A foto junto de Temer, que já revelou seu rompimento com Dilma, visa provar para o leitor que ambos estão ‘conspirando’ contra o governo Dilma. Já a segunda imagem demonstra um momento de vitória do grupo pró-Dilma, o que se contradiz com a legenda que afirma que Eduardo Cunha, importante membro da oposição ao governo Dilma, ainda é responsável pelas decisões do impeachment no âmbito da Câmara dos Deputados. Sendo assim, o efeito causado pela primeira imagem, de comprovação da tese do locutor, pode vir a se confundir com a segunda imagem.

A quarta imagem desta reportagem aparece dividida entre as páginas 28e 29. Ela traz em tons de cores vibrantes e com destaque para o vermelho, a imagem de Dilma e outras quatro mulheres. Duas delas posam ao lado da presidente e, as outras duas, estão em um segundo plano. Na foto, Dilma aparece erguendo um quadro

escrito # MAIS DILMA MENOS MACHISMO e com um símbolo bem presente no Movimento Feminista, a imagem de uma mulher que representa o poder feminino. Também observamos outro subtítulo em destaque, com o texto: “O peemedebista voltou a ser um incômodo para os defensores do “Fora Dilma”. Por isso, a alternativa TSE surgiu no horizonte”. Bem próximo a esta fotografia, a quinta imagem aparece na página 29. Trata-se de uma foto frontal do ministro Marco Aurélio Mello, em preto e branco, em que ele aparece sorrindo e olhando para o seu lado esquerdo. Uma legenda também serve as duas fotos: “Dilma continua a reunir apoio na sociedade. E o ministro Mello determinou que Cunha não atropelasse as normas da Câmara”.

A partir da análise das duas últimas imagens, percebe-se que elas têm o objetivo de causar no leitor um efeito positivo, demonstrando que apesar de Cunha controlar as decisões da Câmara, ele precisa respeitar as suas normas. Também visa provocar no leitor a ideia de que Dilma possui aliados e que, com base em causas defendidas por ela, como o feminismo, ela tem grandes chances de não enfrentar o processo de impeachment até o fim.

- FASE 2

Reportagem 3 - A imprensa mundial não caiu no golpe - Veja (anexo III)

A terceira reportagem analisada traz o imaginário do golpe contra Dilma, mas não a favor da presidente, e sim para refutá-lo. Essa refutação é baseada em trechos de editoriais de veículos internacionais renomados, que abordam a legitimidade do processo de impeachment em curso no Brasil. Apesar de ser possível notar um ponto de vista do locutor nesta matéria, ele aparece de maneira bem implícita, por meio de citações, que foram retiradas por periódicos internacionais para construir um raciocínio persuasivo, como veremos adiante.

Na reportagem há maior recorrência do comportamento delocutivo. Esse comportamento pode ser observado já no título auxiliar, que faz a seguinte asserção: “Jornais estrangeiros censuram Dilma por falar em golpe onde não há golpe, mas também criticam a justificativa para o impeachment e a biografia dos protagonistas”. Essa asserção é feita pelo jornalista Duda Teixeira, autor do texto, com base em diversas publicações de jornais internacionais. Para dar suporte ao seu discurso, ele utilizou diversas imagens de capas de jornais com destaque de frases veiculadas por esses mesmos veículos e que parecem ser manchetes ou trechos de matérias jornalísticas. Porém, um leitor mais atento irá perceber que, dentre os seis trechos

destacados, cinco foram retirados de Editoriais, ou seja, fazem parte de textos e discursos que revelam o posicionamento político desses jornais e não de um fato jornalístico. Também vale destacar que os veículos utilizados como “fontes” na notícia são, em sua maioria, veículos de esquerda e que, não só criticaram o uso da palavra golpe pela presidente Dilma, como a justificativa do impeachment e os protagonistas desse processo. Ou seja, houve uma apropriação apenas parcial do posicionamento desses jornais.

Os veículos de comunicação destacados pela matéria da Veja são: o inglês *The Economist*, o estadunidense *The New York Times*, o britânico *The Financial Times*, o espanhol *El País*, o também estadunidense *The Washington Post* e o francês *Le Monde*. O primeiro deles, o *The Economist*, é um veículo considerado de centro-esquerda ou radical, por apoiar idéias e causas liberais, assim como o *El País*, que se assume social-democrata. Já o *The New York Times*, assim como o *The Washington Post* são considerados jornais de esquerda, mas perpetuam uma imagem de veículo isento. Já o *The Times*, é um jornal moderado, se posicionando bem ao centro e tem como público tanto os conservadores como os liberais. Por fim, o *Le Monde* é considerado um jornal de esquerda.

No texto, a primeira voz destacada pelo jornalista foi a do jornal *Le Monde*. Ele usou o título do editorial, “Brasil: não é um golpe de Estado”, publicado pelo periódico, duas semanas antes da votação do impeachment na Câmara dos Deputados para, desde o começo da matéria, tentar convencer o leitor de que o discurso do golpe não é verdadeiro. Além disso, o jornalista relata o conteúdo do texto do editorial de maneira integrada, ou seja, o discurso de origem é totalmente integrado ao dizer do locutor e também faz uso de trechos utilizados no editorial. O trecho a seguir mostra a voz do jornal *Le Monde*, segundo o jornalista: “O texto afirma que a retórica usada por Dilma e Lula é lamentável, uma vez que o impeachment está sendo ‘planejado e supervisionado pela Constituição brasileira’. O *Le Monde* também lembra que o Palácio do Planalto procurou defender a presidente por meio de instrumentos jurídicos, ainda que sem sucesso, o que comprova a legalidade do processo”.

Tudo isso nos leva a crer que as intenções do locutor podem comprometer o grau de fidelidade com o discurso de origem publicado pelo *Le Monde* e que não é conhecido pelo interlocutor/leitor da *Veja*. Mesmo nos trechos em que o autor do texto faz uso de citações diretas, elas são usadas fora do contexto do editorial. Outro destaque importante é em relação aos verbos utilizados pelo locutor. “Afirma” e

“lembra” são considerados verbos que demonstram diferentes níveis de adesão do jornalista ao que foi publicado pelo periódico. Também é interessante ressaltar o uso da palavra “retórica”, que tem uma conotação negativa e nos remete a um tipo de discurso que tem como finalidade a persuasão e do adjetivo “lamentável”, que não oferece clareza sobre sua procedência: seria a mesma palavra usada pelo Le Monde para qualificar o discurso de Lula ou seria uma qualificação feita pelo próprio autor da notícia da Veja?

A segunda, a terceira e a quarta voz, pontuadas na reportagem, são, respectivamente, a do The Economist, do Financial Times e do Washington Post. Segundo o autor “O respeito às leis também foi ressaltado pela revista The Economist e pelo jornal Financial Times, ambos da Inglaterra, e pelo Washington Post, diário americano, que elogiou a maturidade das instituições do país e sentenciou: ‘O voto contra ela na Câmara dos Deputados no domingo foi feito respeitando a Constituição Brasileira’”. Mais uma vez, essa utilização conjunta de um discurso narrativizado e as citações diretas, revelam uma intenção, por parte do locutor, de convencer o interlocutor sobre o conteúdo original publicado pelas mídias internacionais.

O discurso indireto também aparece no 2º parágrafo da página 55, no trecho “Algumas publicações aproveitaram para puxar a orelha da presidente e a de Lula por usarem um termo tão carregado de significados históricos no país e na América Latina” e faz uso da expressão “puxar a orelha” na tentativa de demonstrar a desaprovação, dos veículos e do próprio locutor, em relação ao uso do termo “golpe”. Esse trecho é seguido por dois discursos diretos, que expressam as vozes dos jornais O Post e Le Monde. Destaque para as expressões “foi didático” e “foi mais duro”, usadas antes das citações dos veículos e que demonstram uma adesão do jornalista ao discurso dos jornais.

Por outro lado, a reportagem da Veja também faz uso do comportamento elocutivo ao dizer, tanto no texto quanto no título da matéria, que “A imprensa mundial não caiu no golpe”, que pode ser considerada uma declaração de um fato do qual o interlocutor é testemunha. Essa declaração se desdobra em uma afirmação, pois o locutor declara como verdadeiro um saber e assume uma posição de autoridade. Além disso, ao fazer essa afirmação, o jornalista generaliza as vozes citadas como fontes ao longo da notícia como se elas fossem ‘toda a imprensa

internacional' e não existissem outros veículos que eram contra o processo de impeachment de Dilma.

Outra voz evidenciada na matéria foi a do El País, que aparece em forma de discurso relatado indireto e citação, como aponta o trecho “[...] afirmou não haver motivo para Dilma falar em golpe, lembrou que políticos de todos os partidos estão envolvidos em corrupção e que o impeachment se baseia em um tecnicismo, ‘a prática ilegal de recorrer a empréstimos de bancos públicos para equilibrar o Orçamento’”. A reportagem também utiliza a categoria de língua asserção, como no caso do trecho “Os políticos encarregados do processo de impeachment foram criticados por diversos veículos” e indica um apagamento de vestígios do locutor e do interlocutor. A expressão “diversos veículos” é considerada vaga, pois não cita quais são eles. Posteriormente, o autor usa novamente as vozes dos periódicos The Economist e do Washington Post para confirmar o trecho anterior. Por meio do discurso relatado indireto, o locutor indica quais foram as críticas realizadas pelos veículos “A The Economist escreveu que Renan Calheiros, presidente do Senado, é acusado de levar 6 milhões de dólares em propina de uma fornecedora de plataformas de petróleo e que Eduardo Cunha, líder da Câmara, é investigado por corrupção e lavagem de dinheiro. As suspeitas em relação a Cunha também foram citadas pelo Post, que falou de suas contas na Suíça”.

No último parágrafo da reportagem, o autor encerra seu discurso utilizando asserções e, posteriormente, uma voz de autoridade. O trecho “Sem um respaldo digno de nota, a narrativa golpista foi derrotada. Os leitores também entenderam dessa forma. Tanto que, nos Estados Unidos, para cada busca no Google, em abril, com os termos Brazil e coup (Brasil e golpe), foram feitas dez com as palavras Brazil e impeachment” aponta para uma tentativa do jornalista de finalizar o debate criado em torno do termo “golpe”, porém, ao refletirmos sobre essa afirmação, poderíamos supor que a busca mais intensa pelo termo impeachment se deu pois, este, é o nome do processo instaurado contra a presidente e que os veículos que tratam dessa temática evitam usar a palavra “golpe”, por ser um termo levantado pelos grupos políticos favoráveis ao governo Dilma. Outra possibilidade é a de que o autor tenha pretendido passar uma ideia de credibilidade ou aparente isenção do seu ponto de vista em relação ao assunto abordado. Finalmente, o locutor encerra a matéria com uma citação direta do embaixador Rubens Barbosa, como destacado no trecho ““A campanha de Dilma não tem consequências dentro ou fora do país. Só servirá para

manter a militância mobilizada””. Tal citação foi utilizada de maneira intencional pelo jornalista para, além de dar fim no debate sobre a imagem do Brasil, também dar como certo o impeachment da presidente.

No que se refere ao modo descritivo, é possível perceber que o locutor denomina de duas maneiras o processo que visava afastar e destituir a presidente Dilma Rousseff de seu cargo. Essas denominações são também contrapontos entre dois grupos políticos: o que chama o processo de golpe e o que chama o processo de impeachment. Apesar de impeachment ser o nome oficial dado a esse processo, o grupo favorável ao governo Dilma acusa uma ilegitimidade na sua procedência. Eles usam que o argumento de que somente as “pedaladas fiscais” não seriam motivo para instauração do impeachment, pois também foi praticado por outros presidentes e, por isso, a tentativa de destituição da presidente seria considerada um golpe.

Outra denominação relevante para esta análise é a generalização dos veículos usados como fontes da notícia como “imprensa mundial”. Tratam-se de veículos renomados, porém localizados em países americanos e europeus. Ao contrário do que se imagina, o locutor não traz como fontes veículos jornalísticos localizados na América do Sul ou em países Asiáticos. Sendo assim, podemos perceber que o autor selecionou apenas os trechos e os veículos de comunicação que sustentam o seu discurso.

O locutor também denomina os veículos jornalísticos utilizados como fontes da matéria e algumas pessoas que ele cita para dar credibilidade ao seu texto. São eles: “a presidente Dilma Rousseff”, os “editoriais”, o jornal “Le Monde”, a revista “The Economist”, o jornal “Financial Times”, o jornal “Washington Post”, o ex-sindicalista “Lula”, o jornal “El País”, o presidente do senado “Renan Calheiros”, o líder da Câmara dos Deputados “Eduardo Cunha” e o embaixador “Rubens Barbosa”. Os efeitos causados por esse procedimento são o de saber e o de realidade e ficção. O primeiro, porque visa levar ao conhecimento do leitor quem são as fontes usadas para confirmar o ponto de vista do locutor e, o segundo, porque ao nomear personalidades e veículos jornalísticos internacionais, o locutor comprova a veracidade das informações. Também é relevante comentar as razões que levaram o locutor a nomear o ex-presidente Lula como “ex-sindicalista Lula”. Seria uma tentativa de omitir a relevância do cargo já ocupado por Lula durante dois mandatos ou sua intenção foi enfatizar que o ex-presidente já foi adepto as idéias sindicalistas?

O procedimento de localizar ou situar pode ser observado nitidamente nas imagens dos trechos retirados dos jornais, onde o locutor aponta a data da publicação. Também é enfatizado nestes trechos: “[...] a retórica usada por Dilma e Lula é lamentável”; “[...] o Le Monde, da França, publicou no fim de março, duas semanas antes da votação na Câmara dos Deputados [...]” e “O jornal El País, da Espanha, que em editorial publicado no fim de março [...]”. Essas localizações produzem um efeito de realidade e ficção, pois apontam a existência de publicações jornalísticas, o que compõe um fato real.

Já o procedimento de qualificar é realizado pelo locutor por meio de adjetivos. Os trechos a seguir confirmam essa afirmação: “O Post foi didático [...]”; “A imprensa mundial não caiu no golpe, mas fez críticas ácidas [...]” e “[...] as célebres pedaladas fiscais [...]”. Essas passagens demonstram como a reportagem causa um efeito de realidade e ficção no leitor e, ao mesmo tempo, demonstram uma construção subjetiva do mundo pelo locutor, que exprime sua opinião por meio da qualificação.

Em relação ao modo narrativo, é possível verificar que a narrativa é interna ao texto e aparece acompanhada de comentários do autor. Esses recursos foram utilizados a fim de comprovar uma argumentação de que a tese do “golpe”, anunciada pela presidente Dilma em relação ao processo de impeachment que a mesma estava enfrentando, seria uma “farsa”.

Na narrativa interna da reportagem, destacam-se 13 actantes. São eles: a equipe de Dilma Rousseff; a presidente Dilma; o jornal francês Le Monde; o ex-presidente Lula; o Palácio do Planalto; a revista The Economist; o jornal Financial Times; o jornal The Washington Post; o jornal O Post; o jornal espanhol El País; o então presidente do Senado Renan Calheiros; o então líder da Câmara Eduardo Cunha e o embaixador Rubens Alves. Todos esses actantes estão ligados pelos seus dizeres em relação ao processo de impeachment da presidente instaurado no país.

Em um primeiro momentos da narrativa, identificamos a equipe da presidente como um actante que exerce a ação de levar Dilma para um tour no exterior e esta, um actante que sofre a ação de ser levada. Nesta sequência, a equipe da presidente é uma benfeitora e Dilma é beneficiária da ação. Por outro lado, não é possível identificar de que forma a presidente reage à ação que sofre. Ambos os actantes são principais.

Mais adiante, outra parte da narrativa conta sobre o título do editorial publicado pelo Le Monde, que é um actante que age como um benfeitor que busca informar o leitor e o faz de maneira direta. Quem sofre a ação são os actantes Dilma e Lula, que possuem “retórica lamentável”, segundo o Le Monde. Estes o fazem maneira involuntária e são vítimas da ação, pois são afetados negativamente pela publicação. Também não é exposto aqui se as vítimas reagem à ação. Os três actantes são considerados principais.

Outra sequência narrativa evidencia os actantes The Economist, Financial Times e Washington Post como agentes que “ressaltaram” o respeito à lei na instauração do processo de impeachment. Além disso, este último também seria agente da ação de “elogiar” a maturidade das instituições do país e de “sentenciar” que a votação do processo na Câmara respeitou a Constituição brasileira. Esses actantes agem como benfeitores e o fazem de maneira voluntária e direta. Porém, neste trecho da narrativa, o actante que sofre a ação está oculto, mas poderíamos inferir que seria o governo vigente ou a própria presidente. Assim, não é possível perceber de que maneira este actante oculto sofre a ação.

Outro trecho da narrativa traz como actantes agentes o Post e novamente o Le Monde. Esses actantes estão vinculados por seus discursos contrários ao que tem sido chamado de “golpe”. Eles agem de maneira voluntária e direta, atuando como benfeitores. De maneira implícita, também identificamos Dilma e seus aliados, que frisam a ideia de um golpe contra seu governo. Esse actante implícito poderia ser classificado como uma vítima dos actantes explícitos, porém não é possível identificar de que maneira eles reagem as publicações.

Numa posterior sequência, destacam-se os actantes El País e Dilma. O primeiro age sobre o segundo como um oponente, visto que contradiz o discurso desse segundo. Ele o faz de maneira direta e Dilma, é um actante vítima, mas não expressa nenhuma reação dentro dessa parte da narrativa.

Adiante, identificamos outro trecho narrativo que aponta o actante The Economist como agente e Renan Calheiros e Eduardo Cunha como vítimas. O primeiro actante exerce a ação de destacar em sua publicação acusações que pairavam sobre esses políticos. Neste trecho também aparece o actante O Post, que “citou” suspeitas em relação a Cunha. Todos os agentes destas sequências agiram como oponentes dos actantes Renan Calheiros e Eduardo Cunha e, estes, são vítimas porque são afetados negativamente pelas palavras expressas nas publicações. Os

agentes agem de maneira voluntária e direta e, por outro lado, não é possível identificar a reação das vítimas.

Um último trecho narrativo traz o actante Rubens Alves, que é agente de uma fala contrária a campanha de Dilma em relação ao “golpe”. Ele o faz de maneira voluntária e indireta. Já em relação ao actante Dilma, que é vítima da ação do embaixador, não é possível perceber no texto sua reação.

Todas essas sequencias narrativas são regidas pelo princípio de encadeamento de paralelismo, se entendermos que as sequencias são regidas por actantes-agentes diferentes, mas se convergem no final. Por fim, também podemos considerar que o princípio da localização aparece internamente na narrativa, pois trata de veículos de comunicação internacionais (espaço) e explicita publicações que foram feitas no período de instauração do processo de impeachment (tempo).

Sobre os procedimentos de configuração da lógica narrativa, esta reportagem demonstra que eles estão ligados à motivação intencional, visto que as publicações se configuram como agentes, agindo de maneira voluntária. Também é possível observar o procedimento de condensação, que está ligado ao ritmo, pois o relato sobre os dizeres desses veículos são feitos de forma condensada e não em sua íntegra. Observam-se, da mesma maneira, procedimentos ligados à situação no espaço, pois faz um apanhado do que o autor chama de publicações da “imprensa mundial” e sobre a situação política interna do Brasil.

Nesta situação de comunicação destacam-se também os componentes da lógica narrativa. O autor do texto é o jornalista Duda Teixeira, que fala em nome da revista Veja. Ele também é o narrador das ações dos jornais e revistas evidenciados. Assim, podemos entender que ele é um narrador-historiador, que recolhe fatos da realidade histórica e constrói uma história fiel a essa realidade. Seu estatuto corresponde a um autor que conta a história de outro, ou seja, um narrador que está externo aos fatos narrados. Seu ponto de vista é externo e objetivo. Já em relação ao leitor destinatário, ele é convocado a receber e verificar a história contada pelo narrador como história real. Esse leitor real corresponde ao público que teve acesso à notícia.

Na reportagem, o modo argumentativo se apresenta de maneira explícita e em uma situação de troca monologal. O dispositivo argumentativo é composto por um quadro de raciocínio persuasivo, no qual o locutor tenta justificar duas teses. A primeira de que a imprensa mundial não acreditou ou não comprou a ‘idéia’ de que o

impeachment seria um golpe para tirar Dilma da presidência da república. E a segunda de que o impeachment é legítimo e não se trata de um golpe, como anuncia a presidente Dilma. Sua argumentação é construída sobre citações de trechos de editoriais de alguns veículos de comunicação internacionais.

Logo no 1º parágrafo, o jornalista toma posição contra o que vem sendo colocado como golpe e se engaja realizando uma argumentação polêmica. Ele levanta a tese de que a equipe de Dilma está estudando levá-la para um tour no exterior e justifica que “A viagem ao exterior parece mesmo necessária, pois, a julgar pelo noticiário da imprensa internacional, a denúncia do golpe não colou”. Neste trecho, podemos observar que o locutor utiliza como modo de raciocínio a explicação pragmática, pois a razão dela ir ao exterior seria a necessidade de explicar aos estrangeiros o que está sendo chamado de golpe. Em relação aos procedimentos semânticos ele utiliza os domínios da verdade, visto que tenta comprovar sua argumentação citando a imprensa e o domínio do pragmático, demonstrando que a ida da presidente ao exterior é “necessária”. Sobre os procedimentos discursivos, o locutor faz uso da citação de um saber, pois a mídia representaria uma autoridade em termos de confiabilidade. Já o procedimento de composição é linear e em etapas.

Nos três parágrafos seguintes, o locutor visa sustentar sua tese de que a imprensa internacional “não caiu no golpe”. Em relação à posição do sujeito, o locutor não toma posição e não se engaja, utilizando assim uma argumentação racional. Seu modo de raciocínio é construído através da explicação por cálculo, visto que utiliza diversos trechos ou comenta sobre parte dos editoriais de jornais estrangeiros. Dessa maneira, o procedimento semântico tange o domínio de verdade, o procedimento discursivo é a citação, ora de um dizer e ora de um saber e o procedimento de composição é linear e com tempos fortes, bem como a composição classificatória conta com resumos.

Tal tese pode ser verificada nos seguintes trechos: “Brasil: não é um golpe de Estado” foi o título do editorial que o Le Monde, da França, publicou no fim de março, duas semanas antes da votação na Câmara dos Deputados. O texto afirma que a retórica usada por Dilma e Lula é lamentável, uma vez que o impeachment está sendo “planejado e supervisionado pela Constituição brasileira”; “[...] Washington Post, diário americano, que elogiou a maturidade das instituições do país e sentenciou: ‘O voto contra ela na Câmara dos Deputados no domingo foi feito respeitando a Constituição brasileira’” e “O Post foi didático: ‘Esse respeito ao

estado de direito não tem nada a ver com as tomadas de poder pelos generais e outros homens poderosos que mancharam a história do Brasil'. O Le Monde foi mais duro: 'Falar em golpe em um país que há trinta anos saiu de uma ditadura militar é de gosto duvidoso. O golpe de 1964 levou à suspensão dos direitos civis e das liberdades, ao estabelecimento da Justiça Militar para civis, à prisão e tortura de opositores, à censura da imprensa e a execuções. Dilma e o ex-sindicalista Lula sabem disso, pois foram vítimas nesse período. Esperávamos deles uma escolha melhor de palavras''.

No início do 4º parágrafo, o locutor cumpre seu papel de jornalista ao apontar também argumentos desfavoráveis à maneira como o processo de impeachment em curso estava sendo conduzido. O trecho "A imprensa mundial não caiu no golpe, mas fez críticas ácidas às justificativas para o impeachment – as célebres pedaladas fiscais – e seus protagonistas" demonstra essa tese, na qual o autor utiliza a citação de um dizer para sustentar sua argumentação. Essa citação pode ser observada no trecho "O jornal El País, da Espanha, que em editorial publicado no fim de março afirmou não haver motivo para Dilma falar em golpe, lembrou que políticos de todos os partidos estão envolvidos em corrupção e que o impeachment se baseia em um tecnicismo, 'a prática ilegal de recorrer a empréstimos de bancos públicos para equilibrar o Orçamento''.

Já no último parágrafo, o autor conclui sua argumentação com a tese de que "a narrativa golpista foi derrotada". Assim, utiliza a explicação por cálculo como modo de raciocínio e a citação de um dizer como procedimento discursivo, como pode ser percebido nos dois trechos, respectivamente: "[...] nos Estados Unidos, para cada busca no Google, em abril, com os termos Brazil e coup (Brasil e golpe), foram feitas dez com as palavras Brazil e impeachment" e "Diz o embaixador Rubens Alves: 'A campanha de Dilma não tem consequências dentro ou fora do país. Só servirá para manter a militância mobilizada''. Nestas duas passagens podemos identificar que toma uma posição contra a proposta de golpe e se engaja com argumentações polêmicas, mostrando como o termo impeachment é muito mais buscado, sinalizando que as pessoas dão credibilidade ao processo. Também utiliza a fala de outra pessoa, uma citação, para argumentar que não importa o quanto se fale em golpe, apenas os militantes da causa acreditam nessa tese.

Desta maneira, conclui-se que a reportagem "A imprensa mundial não caiu no golpe" é predominantemente narrativa e argumentativa, pois apresenta o ponto de

vista de diversas fontes. A intenção do locutor é comprovar a verdade a partir das informações apresentadas. Por outro lado, esse locutor não apresenta pontos de vista divergentes daquele que ele constrói seu raciocínio argumentativo, expressando assim seu caráter opinativo. Porém, por se tratar de uma reportagem escrita por um jornalista e pela mesma apresentar citações, a idéia de verdade pode ser mais aceita pelo leitor.

A respeito das imagens, analisamos sete delas presentes na reportagem. Entre elas, seis são a reprodução de trechos retirados de periódicos estrangeiros e uma delas uma fotografia em cores. Na página 54, observamos uma imagem colorida da capa do *The Economist*, com a seguinte manchete: “The betrayal of Brazil”, ou em português “A traição do Brasil”. Junto da imagem, o autor destacou o trecho “O STF, apesar de estar lotado de indicados do PT, definiu os ritos, mas não se antecipou ao Legislativo no mérito do caso contra a presidente”. Ao lado, observa-se também a imagem da capa do *The New York Times*, mas ao invés da manchete, o autor apresenta um trecho de editorial em destaque: “O caso contra Rousseff é sobre muito mais do que adotar liberalidades para equilibrar o Orçamento”. Abaixo, uma terceira imagem com a capa do *The Times*, com destaque para trecho também de editorial: “Rousseff diz que a tentativa de impeachment é um golpe. Um golpe de Estado requer um Estado, e suas políticas desmantelaram as instituições estatais implacavelmente”.

Da mesma maneira, mais três capas de periódicos internacionais parecem na página 55 da reportagem: o *El País*, o *The Washington Post* e o *Le Monde*. Todos eles também trazem trechos de editoriais, destacados como se fossem manchetes destes jornais. São elas, respectivamente: “Que este (o processo do impeachment) esteja sendo mal utilizado pela oposição não justifica de nenhuma forma que a chefe de Estado o qualifique como um golpe”; “Dilma Rousseff insiste que o impeachment contra ela é um golpe contra a democracia, Claramente, não o é”; e “Brasil: não é um golpe de Estado”.

Neste sentido, verificamos que o texto visa convencer o leitor de que Dilma é culpada, aos olhos dos veículos de informação internacionais. A grande maioria dos trechos citados pelo locutor traz uma opinião da linha editorial dos periódicos destacados e não o resultado de uma análise investigativa feita a partir de fontes e fatos jornalísticos. Sendo assim, estas imagens têm a intenção de corroborar para a

tese defendida pelo locutor durante o texto e, também, de ressaltar as críticas negativas feitas pelos veículos internacionais ao governo de Dilma.

Por fim, temos ainda a imagem fotográfica presente nesta reportagem. Ela apresenta uma mesa com Dilma sentada ao centro e, ao seu redor, jornalistas estrangeiros. Segundo a legenda, a presidente se encontrava na ocasião em Nova York, onde concedeu entrevistas. Tal imagem vem reafirma todas as passagens destacadas nas outras imagens e também a tese defendida, de que mesmo acusando o processo de golpe, a presidente ainda assim foi criticada pela imprensa internacional. A imagem de Dilma junto aos jornalistas comprova a tese defendida já no título da reportagem: de que a imprensa mundial não caiu no golpe.

Reportagem 4 - Sobre a imagem do Brasil - Carta Capital (anexo IV)

Esta reportagem possui grande variação de comportamentos enunciativos e de categorias de língua, na qual o locutor frequentemente expressa eu ponto de vista. É assinada por Celso Amorim, diplomata brasileiro filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), duas vezes ministro das Relações Públicas, nos anos 1993-1995 e 2003-2010 e ministro da Defesa durante o governo Dilma, no período de 2011-2014. Para o leitor leigo, talvez a autoria do texto passasse despercebida. Mas, para os leitores com maior conhecimento de política, uma matéria jornalística (ou, nesse caso, de opinião) assinada pelo diplomata já seria um indício de que o conteúdo teria um tom tendencioso.

A matéria, que aborda a visão dos estrangeiros sobre os eventos políticos que vem acontecendo no Brasil, possui, predominantemente, um comportamento elocutivo, que pode ser observado pelo uso de categorias de língua como a constatação, a declaração, apreciação, opinião e acordo/desacordo. O trecho “[...] (quando escrevo, Dilma Rousseff ainda é a presidenta do Brasil e espero que assim continue ou volte a ser, quando o processo se completar) [...]” é um exemplo de como o autor do texto utiliza o ponto de vista do modo de saber (a constatação) e o ponto de vista da motivação, quando demonstra seu querer.

Outra marca do comportamento elocutivo pode ser observado no trecho “[...] o equilibrado e racional embaixador George Alvares Maciel [...]”, onde o locutor utiliza a apreciação para exibir seu ponto de vista de avaliação sobre o embaixador, que é a principal fonte à qual ele recorre para fazer uma analogia entre o atual período político e a ditadura militar. Já a declaração é expressa pelo autor no trecho

“[...] nutro grande implicância com o que está por trás do conceito de ‘imagem no exterior’, nada mais que uma das muitas faces do complexo colonial característico da nossa elite”.

A opinião do locutor é expressa no trecho “[...] a verdadeira natureza do processo em curso no Brasil: uma transferência ilegítima do poder de um grupo político a outro, com base em alegações pouco substanciosas sobre o manejo do Orçamento”. Por fim, o autor demonstra desacordo neste trecho “[...] essa percepção, infelizmente, corresponde à realidade de um sistema político-eleitoral que produz congressistas que falam em nome de Deus ou da família, quando, na verdade, defendem interesses pessoais ou paroquiais”.

Em segundo lugar, o locutor também utiliza o comportamento delocutivo, com uso de asserções e do discurso relatado direto e indireto. Já no título auxiliar – texto ou frase que fica logo abaixo do título da reportagem – o autor expressa um discurso indireto sobre a temática da notícia, como pode ser observado no trecho em questão “O que denigre o País no exterior não é uma "campanha" para desacreditá-lo. São os fatos internamente produzidos”. Entre as vozes utilizadas na matéria, a primeira delas aparece como um discurso relatado indireto de “Parlamentares e editorialistas”, que estariam preocupados com os discursos e entrevistas de Dilma possam ter afetar a visão dos estrangeiros sobre o Brasil. A referência a essas vozes aparecem de maneira generalizada, por isso, não passam tanta credibilidade ao leitor. Outra voz evidenciada no texto foi a do embaixador George Alvares Maciel, que aparece na forma de discurso relatado direto ou citação. A fala é demonstrada nestes dois trechos: ““Eu tenho uma ideia para melhorar a imagem do Brasil”” e ““Diga para o governo acabar com a tortura””. Essas citações apontam para uma analogia entre os períodos políticos, o atual e o da ditadura, que o locutor utiliza para reforçar a ideia de que a culpa da imagem ruim do Brasil tem a ver com as condições de instauração do processo de impeachment.

Já no trecho “Durante a ditadura, cidadãos foram perseguidos por contribuírem para denegrirem a ‘imagem do Brasil’, ao divulgar fatos que a nossa própria imprensa não podia publicar, mas que mais tarde teve de reconhecer” podemos identificar a utilização do saber de crença do interlocutor, pois o autor do texto fala de fatos historicamente conhecidos pelo público em geral. Por fim, foi observada a ocorrência de asserções, tais como “Nos Estados Unidos (sempre um

padrão), Richard Nixon não foi substituído por um democrata” e “Mesmo no Brasil, a saída de Collor não trouxe ao poder líderes de esquerda”.

É importante destacar que, em todo o texto, a palavra “imagem” e as expressões “imagem no exterior” e “imagem do Brasil” aparecem entre aspas. Tal comportamento aponta uma ironia utilizada pelo locutor sobre o que seria essa imagem do Brasil para as pessoas que estão preocupadas com ela. A ideia é que o interlocutor entenda que essa imagem do Brasil no exterior nada mais é do que uma tentativa de maquiar a realidade do momento político que o país vivia na época. Outro ponto que vale a pena ressaltar é o tipo de linguagem utilizada pelo locutor. Com vocabulário rebuscado e tom extremamente formal, o texto da reportagem é de difícil compreensão até mesmo para intelectuais. Esse tipo de discurso pode ser justificado pelo perfil do público-alvo do periódico.

O locutor inicia o texto utilizando o procedimento de nomear para identificar daqueles que se preocupam com a imagem do país, sendo eles os “parlamentares e editorialistas”. Também no 1º parágrafo ele identifica a presidente com o nome próprio “Dilma Rousseff”. Nessa mesma perspectiva, mais adiante, ele denomina um antigo chefe seu e embaixador, também pelo nome próprio “George Alvares Maciel”. E, por fim, já no penúltimo parágrafo da matéria, o locutor denomina diversos políticos, brasileiros e norte-americanos, identificados pelos nomes próprios “Richard Nixon”, “Bill Clinton”, “Collor” e “Itamar”.

Outro procedimento utilizado pelo locutor, este em maior recorrência, é o de qualificação. Seja por adjetivos ou pela descrição, o autor da notícia qualifica, segundo o seu ponto de vista, tanto os indivíduos nomeados, como o impeachment de Dilma Rousseff e os eventos políticos relacionados ou não ao processo. Essa qualificação pode ser observada neste trecho, sobre a elite brasileira: “Para ela, não importa o que somos, mas o que outros (especialmente norte-americanos e europeus) pensam sobre nós, pois no fundo ‘elas’ (as elites) gostariam de ser ‘eles’”. Em outro trecho, o locutor também utiliza esse procedimento para qualificar. Embora não seja sua opinião, mas comentários de outros que ele não identificou, ele pontua o cinema brasileiro como “[...] nocivo à percepção que se fazia do Brasil, pois mostrava muita pobreza”. Mais adiante, o locutor utiliza novamente a qualificação do embaixador George Alvares Maciel e um diplomata não identificado, como podemos confirmar no trecho “[...] o equilibrado e racional embaixador George Alvares Maciel, e um diplomata de alto escalão que veio chefiar uma delegação a uma reunião da OEA”.

Outros trechos, que destaco a seguir, qualificam Maciel e o diplomata: “Maciel, que não tinha papas na língua [...]” e “Entre cético e surpreso, o autor da prelação indagou [...]”. E, no trecho “[...] uma transferência ilegítima do poder de um grupo político a outro, com base em alegações pouco substanciais sobre o manejo do Orçamento”, o locutor qualifica o processo de impeachment de Dilma Rousseff.

Ainda em relação ao procedimento de qualificação, destacam-se dois trechos do 4º parágrafo da reportagem: “[...] o espetáculo solene da votação para a abertura do impeachment na Câmara dos Deputados” e “[...] um sistema político-eleitoral que produz congressistas que falam em nome de Deus ou da família, quando na verdade defendem interesses pessoais ou paroquiais, aos quais se soma uma indisfarçável ojeriza à mudança social empreendida pelos governos Lula e Dilma”. No início do 5º parágrafo, o locutor qualifica também os governos petistas como “[...] administrações voltadas para o povo e, sobretudo, para a diminuição da brutal desigualdade que caracteriza a sociedade brasileira”. Neste mesmo parágrafo, ele também faz uma qualificação do preconceito contra a mulher, como “lamentável” e dos ricos que “[...] como em um quadro de Hieronymus Bosch, vociferavam impropérios, cada vez que um orador manifestava oposição ao impeachment”. Já no último parágrafo, temos outro exemplo de qualificação dos governos de Dilma e Lula que, segundo o locutor, era “[...] objeto de admiração e respeito praticamente universais”.

Esses dois procedimentos citados acima, o de identificação e o de qualificação, produzem sobre o leitor alguns efeitos. Dentre estes efeitos, dois são visados na reportagem da Carta Capital. O primeiro deles é o efeito de realidade e de ficção, que produzem uma imagem dupla do autor da notícia, que em certos momentos está exterior ao que é descrito e em outro é parte interessada no que ele denomina ou qualifica. O segundo efeito visado é o de confiança, que aparece quando o locutor exprime sua apreciação pessoal sobre as fontes ou acontecimentos relatados.

Retomando os procedimentos utilizados no modo descritivo, o autor desta reportagem também faz uso do localizar ou situar. Este procedimento pode ser observado no trecho que destaco a seguir: “[...] o ‘milagre brasileiro’ nos anos 70 não resgatou”. Ao utilizar um fato histórico, o autor causa um efeito de gênero realista, próprio de matérias jornalísticas, pois usam dados reais.

Diferentemente do esperado, por se tratar de uma matéria jornalística, nesta notícia não predomina o modo narrativo. Porém, o locutor utiliza narrativas ao longo do texto a fim de demonstrar fatos que comprovem a sua argumentação em torno da ‘imagem do Brasil no exterior’. Foram identificadas 6 narrativas ao longo da notícia, as quais nomearei N1, N2, N3, N4, N5 e N6. Além disso, também podemos perceber comentários do locutor durante todo o texto.

A N1 possui quatro actantes, sendo eles: cidadãos (brasileiros); governo (que está implícito); o narrador/locutor; e os reacionários. Nessa narrativa, os dois primeiros actantes estão ligados pela perseguição do governo contra aqueles cidadãos que denegriam a “imagem do Brasil” ao divulgar fatos que a imprensa não podia divulgar. Sendo assim, em relação à natureza dos actantes, os cidadãos são actantes que sofrem a ação de ser perseguido e, o governo, é o actante agente, que exerce a ação de perseguir. Assim, os cidadãos são vítimas de um governo agressor, que exerce a perseguição de maneira voluntária. Por outro lado, não é possível saber se o actante que sofre a ação reage à ela.

O terceiro e o quarto actantes estão ligados pelo testemunho do narrador/locutor, sobre comentários feitos por “reacionários” sobre o cinema brasileiro da época. Dessa forma, os reacionários são actantes agentes, que exercem a ação de comentar o cinema brasileiro e o narrador é um actante que sofre a ação de ouvir o que era comentado por eles. Quanto ao ponto de vista de importância, os dois actantes podem ser considerados principais. Os reacionários exercem a ação de maneira oponente ao cinema, de forma voluntária. Já o narrador é vítima, pois escuta os comentários e reage com uma fuga, pois ele evita o afrontamento.

Ainda sobre a N1, podemos inferir que os princípios de organização que regem essas sequências são o de coerência e o de localização. O de coerência pois a sequência iniciada pelo trecho “Durante a ditadura, cidadãos foram perseguidos [...]” tem função de abertura da narrativa e, a sequência iniciada pelo trecho “Os mais desavergonhadamente reacionários chegavam a dizer [...]” tem função de fechamento. Já o de localização, pois as sequências tratam de questões que aconteceram no Brasil (espaço) durante a ditadura (tempo).

A N2 é composta por dois actantes: o embaixador George Alvares Maciel e um diplomata de alto escalão não identificado. Eles estão ligados por um processo narrativo que conta sobre a ‘imagem’ do país no período da ditadura. Nesse contexto, ambos os actantes são principais e também agentes, pois tanto o diplomata quanto o

embaixador George Alvares Maciel praticam ações. O primeiro faz uma prelação sobre a situação brasileira da época e, o segundo, faz comentários em relação a esta situação exposta pelo primeiro, que trata da questão da a tortura que acontecia no país. Nestas sequências, o princípio de organização é o de encadeamento de sucessão, pois se constituem de maneira linear e consecutiva. Também podemos observar o princípio da localização, pois se trata do mesmo período e espaço: a ditadura no Brasil.

Em relação à N3, destacam-se dois actantes: o sistema político-eleitoral e os congressistas. Ambos são principais, sendo que o primeiro é um actante agente e o segundo um actante que sofre a ação. O processo que liga esses agentes é o de produção, no qual o sistema político-eleitoral se desenvolve de tal maneira que os congressistas são apenas frutos do que é imposto. Assim, o sistema político-eleitoral é um agressor em relação aos congressistas. Ele ‘age’ de maneira involuntária em relação aos congressistas, que são vítimas e reagem por meio da fuga, evitando o confronto ao sistema. As sequências dessa narrativa estão ligadas pelo princípio do encadeamento de sucessão, pois elas se sucedem de maneira linear e consecutiva, engendrando umas as outras. Também podemos citar o princípio de localização no espaço, pois as sequências situam acontecimentos do congresso brasileiro.

Já a N4 também é composta por três actantes, sendo eles Richard Nixon, Bill Clinton e o Senado americano. Os dois primeiros actantes sofrem a ação não serem substituído, no caso do primeiro, ou sucedido, no caso do segundo. Já o Senado é o agente, que julga o afastamento desses presidentes. Richard Nixon e Bill Clinton são actantes principais e vítimas do Senado, porém não é possível identificar a maneira como eles reagem à ação sofrida. Os actantes encontram-se ligados pela questão do afastamento de seus cargos pelos presidentes e o Senado como responsável por julgar as questões que implicaram esse afastamento. Em relação à organização desta narrativa, as sequências seguem o princípio de encadeamento de encaixe, pois são duas micro sequências incluídas no interior de uma mais ampla e têm como objetivo detalhar aspectos desta. Também podemos considerar o princípio da localização, tento em vista que tratam-se de governos exercidos nos Estados Unidos (espaço).

A N5 se configura em torno de dois actantes, (Fernando) Collor e Itamar (Franco). Nestas sequências, Collor é um actante agente e principal. Já Itamar não realiza e nem sofre nenhum tipo de ação e pode ser considerado um actante secundário, que apenas é citado. Collor exerce a ação de sair do governo, de maneira

voluntária, pois renunciou ao cargo de presidente devido ao processo de impeachment que estava sofrendo. Os actantes desta narrativa estão ligados por um processo que pontua os governos presidenciais que deixaram o poder antes do fim do mandato. Essas sequências também estão ligadas pelos princípios de encadeamento, de encaixe e de localização, como na N4. De encaixe porque tratam de um tema maior, a saída dos presidenciáveis e a substituição por novos governantes com propostas diferentes. E de localização porque tratam de governos exercidos no Brasil (espaço).

Por fim, a N6 é composta por dois actantes, o noticiário ou mídia brasileira e o governo. Esse segundo actante encontra-se implícito no texto, apesar de ser agente e exercer a ação de encomendar o que ficou conhecido como “milagre brasileiro”. Já a mídia sofre a ação de receber a encomenda de uma notícia que tente ocultar a tortura que acontecia no país naquela época. Sendo assim, a mídia é um actante beneficiário e reage retribuindo o governo de maneira benéfica, ou seja, produzindo uma boa “imagem do País” nos noticiários. Ambos os actantes são principais e o governo é um actante agente agressor, que comete um malefício. Ele o faz de maneira voluntária, ou seja, consciente, segundo a narrativa. Estes actantes estão ligados por um processo de mascaramento da “imagem do Brasil” durante os anos 70. Os princípios que regem a organização dessas sequências são o de encadeamento de sucessão e o de localização, pois trata de um período histórico (tempo) no Brasil (espaço).

Em relação aos procedimentos de configuração da lógica narrativa, a reportagem demonstra que eles estão ligados à motivação intencional, mesmo que por vezes os actantes não tenham consciência de suas tomadas de decisão. Também é possível observar os procedimentos de expansão, que está ligado ao ritmo e o de situação, ligado à localização espaço-temporal. De expansão, pois a narrativa é diversas vezes interrompida pelo narrador/locutor que comenta os fatos citados e de situação, tenha visto a recorrência de lembranças e fatos passados citados pelo locutor/narrador.

Nesta situação de comunicação que é a reportagem, também é possível perceber quais são os componentes da lógica narrativa. O autor do texto é um diplomata que fala em nome da revista Carta Capital, Celso Amorim. Ele é o narrador do texto e pode ser classificado como autor-indivíduo, que testemunha uma história pessoal em contexto sócio-histórico, visto que ele conta acontecimentos

presenciados por ele em meio a fatos reais que aconteceram no país. Ele se faz presente no texto por meio de comentários de caráter ideológico e de situações em que o mesmo vivenciou. Seu estatuto corresponde a um autor que conta sua própria história, ou seja, que se faz presente na narrativa e seu ponto de vista é interno e subjetivo.

Por outro lado, temos um leitor destinatário real, que é convocado a receber e verificar a veracidade dos fatos em função da sua experiência. Esse leitor real é todo o público que teve acesso a reportagem, ou seja, pode abranger o público alvo da revista e também outros públicos que tiveram acesso a essa reportagem e que podem não estar de acordo com a narração feita pelo locutor.

Já o modo argumentativo aparece de maneira explícita nesta reportagem e a situação de troca é monologal. O locutor da notícia faz sua proposta sobre o que tem causado uma má impressão do país no exterior, posicionando contra o impeachment e negando a tese formulada pelos políticos que são favoráveis a saída de Dilma. Sua argumentação é construída em torno de um suposto complexo colonial da elite brasileira e de como a votação do impeachment tem sido conduzida com espetacularização, apoiada pela mídia nacional. O sujeito alvo da persuasão é o público leitor. Em relação aos componentes da encenação argumentativa, o sujeito argumentante toma posição contra a tese e se engaja por meio de uma argumentação polêmica.

Nos dois primeiros parágrafos do texto o sujeito argumentante apresenta um quadro de raciocínio sobre o conceito de “imagem no exterior” e o que, na verdade, seria a verdadeira razão pela qual a elite brasileira estaria preocupada com essa “imagem”. O modo de raciocínio é construído por meio da associação de contrários e pela explicação pragmática, como pode ser observado nos seguintes trechos, respectivamente: “[...] o que está por trás do conceito de “imagem no exterior”, nada mais que uma das muitas facetas do complexo colonial característico da nossa elite. Para ela, não importa o que somos, mas o que os outros (especialmente norte-americanos e europeus) pensam de nós, pois no fundo, ‘elas’ (as elites) gostariam de ser ‘eles’” e “[...] defensores do Brasil, que, quais os fariseus da antiguidade, demonstram indignação com a “campanha” que, alegam, visaria desacreditar nossas instituições (Na verdade, elas desacreditam apenas um processo específico)”.

Ainda sobre os trechos acima, foram utilizados como procedimentos da encenação argumentativa o domínio do pragmático. Seu valor é fundado na norma

como modelo de comportamento, ou seja, os locutores tentam criar a ideia de que tal comportamento não é positivo e precisa ser revisto. Em relação aos procedimentos de composição, percebemos que é construído de forma linear, em etapas.

A partir do 4º parágrafo, o locutor chama a atenção do leitor para o processo de votação da abertura do impeachment na Câmara dos Deputados. Ele propõe que a imagem do Brasil teria sido prejudicada por “um sistema político-eleitoral que produz congressistas que falam em nome de Deus ou da família”. Seu modo de raciocínio é construído através de uma concessão restritiva, muito presente em análises e comentários jornalísticos ou colunas de opinião. Esse raciocínio pode ser percebido no trecho “[...] quando, na verdade, defendem interesses pessoais ou paroquiais aos quais se soma uma indisfarçável ojeriza à mudança social empreendida pelos governos Lula e Dilma”.

Em relação à proposta apresentada, o sujeito argumentante se posiciona contra e apresenta um engajamento e argumentação polêmica. Já sobre os procedimentos semânticos, o autor utiliza o domínio do ético, com valores ligados à justiça e à responsabilidade. Como procedimento discursivo, o locutor utiliza a definição de um comportamento e a descrição narrativa, esta última explícita no trecho que segue o citado acima: “Com acertos e erros (esses sempre existem), foram administrações voltadas para o povo e, sobretudo, para diminuição da bruta desigualdade que caracteriza a sociedade brasileira”. Assim, os procedimentos de composição nos trechos retirados do 4º e 5º parágrafo são lineares e em tempos fortes.

Já no 6º parágrafo, o autor inicia um quadro de raciocínio sobre o sistema político eleitoral brasileiro e a necessidade de tornar as eleições mais baratas e “mais representativas e dos anseios do povo”. Sua argumentação visa persuadir o leitor e sua posição é a favor da proposição, com engajamento e argumentação polêmica. O modo de raciocínio é construído com base na dedução condicional e na explicação, que pode ser observada no trecho: “Por essa razão, entre outras, é inócua a sugestão de antecipação de eleições presidenciais, sem que, ao mesmo tempo, se proceda a uma renovação em profundidade do sistema político e eleitoral, tarefa que somente uma Assembleia Constituinte pode operar”.

Sobre os trechos anteriormente citados, podemos notar que é utilizado, como procedimento semântico, o domínio do pragmático. Seu valor se funda na norma da quantidade, pois a argumentação é para beneficiar e representar a maioria dos

brasileiros e a necessidade da participação da população nas questões políticas do país. Como procedimento discursivo ele utiliza a incitação a fazer e, como procedimento de composição, usa a argumentação linear em etapas.

Ainda dentro do quadro de raciocínio a respeito do sistema político eleitoral brasileiro, o autor defende que o impeachment não é legítimo pois tem como objetivo a tomada do poder por um partido político adversário. Tal tese pode ser percebida no trecho: “[...] é justamente a substituição de um grupo político por outro: uma mudança de rumo que substitui um projeto reformador, consagrado nas urnas, por uma visão socialmente conservadora, característica de quase todos os governos anteriores ao de Lula”. Ele constrói seu raciocínio com base na dedução por cálculo, como podemos concluir através do trecho seguinte que fala sobre outros processos de impeachment: “Na maioria absoluta dos casos comumente lembrados, não foi disso que se tratou” e na associação de idênticos. Nesta passagem, ainda podemos citar o uso do procedimento discursivo de comparação por dessemelhança, entre os dois tipos de governo, um liberal e outro conservador.

Em relação aos trechos acima, verificamos que o sujeito argumentante toma posição contra a proposta de “substituição de um grupo político por outro” e produz uma argumentação racional. Como procedimento semântico ele se baseia no domínio da ética, visto que destaca que Dilma foi eleita democraticamente e, quanto ao procedimento discursivo, ele utiliza a comparação por semelhança e a descrição narrativa, como pode ser verificado no trecho que segue o citado anteriormente: “Nos Estados Unidos (sempre um padrão), Richard Nixon não foi substituído por um democrata. Nem um político republicano teria sucedido a Bill Clinton se o julgamento do Senado norte-americano fosse diverso daquele que foi. Mesmo no Brasil, a saída de Collor não trouxe ao poder líderes da esquerda”.

Por fim, no 7º parágrafo, o autor retoma o quadro de raciocínio inicial sobre a “imagem do Brasil” na visão estrangeira. Ele argumenta que causará estranheza, “o fato de que o projeto de uma sociedade mais igualitária de um país mais autônomo e participante nas questões internacionais, levado adiante pelos governos Lula e Dilma e objeto de admiração e respeito praticamente universais, dê lugar a um enorme retrocesso em direção a antigas posturas de submissão aos poderosos, no plano externo, e de complacência com a injustiça, no plano interno, não por meio de uma decisão do voto popular, mas de manobras de cúpula, conduzida por personagens sobre os quais ‘pesam acusações muito mais graves do que as chamadas pedaladas

fiscais””. O modo de raciocínio utilizado pelo locutor nesta passagem é a escolha alternativa entre positivo/negativo.

Já sobre os procedimentos semânticos, no trecho acima, ele utiliza o domínio da verdade, do ético e do hedônico, sendo seus valores fundamentados na solidariedade. Tais procedimentos visam defender os governos petistas, usando as políticas públicas distributivas criadas por ambos os presidentes do PT e seus bons relacionamentos com outros países e, por outro lado, acusa o partido que irá assumir o poder de ser submisso a poderosos, aceitar injustiças e de estarem dando um golpe para a tomada do poder, apesar de possuírem acusações judiciais.

Sendo assim, é possível concluir que a reportagem da Carta Capital assume uma postura opinativa e que visa convencer o leitor do seu ponto de vista, e não apenas apresentar os fatos. A proposta de convencimento é construída sob os pontos de vista do locutor e, visam a adesão do leitor. Poderíamos classificar, então, esse texto como um artigo de opinião disfarçado.

Sobre a análise da imagem, a única figura que acompanha esta reportagem da Carta Capital é a parte de uma pintura feita por Hieronymus Bosch e intitulada “Cristo carregando a cruz”. Diferentemente do tom original da tela, a imagem representada na página 25 aparece em tons de vermelho, destacando três figuras que estariam na diagonal esquerda do quadro. Os três aparecem com semblante negativo, olhares arregalados e furiosos. Segundo a legenda da imagem: “Estes estavam ao pé da cruz na pintura de Bosch. Mas poderiam frequentar o Congresso Brasileiro”. A referência feita pelo quadro é uma analogia da figura de Jesus e dos traidores à figura de Dilma e dos políticos que traíram sua confiança e a fizeram culpada de ‘um crime que não cometeu’. Sendo assim, ela estaria pagando pelos pecados destes traidores.

- FASE 3

Reportagem5 - À espera do desfecho - Veja (anexo V)

A reportagem é de autoria dos jornalistas Giuliano Guandalini e Bianca Alvarenga. A matéria foi divulgada durante o governo interino de Michel Temer, 14 dias antes da conclusão do processo de impeachment. O texto tem como tema as medidas de contenção de despesas propostas por Temer e a cobrança dos empresários e investidores de reformas nas políticas econômicas. O modo enunciativo aparece nesta reportagem a partir de comportamentos elocutivos, que são utilizados para mascarar opiniões e desejos dos locutores e provocarem no leitor uma

ideia de verdade, que é compartilhada por todos, e delocutivos, que apresentam a voz de pessoas externas, como fontes e especialistas.

No 1º parágrafo do texto, os locutores fazem uma constatação que demonstra um modo de saber, característico do comportamento elocutivo. Essa constatação pode ser observada no trecho “Mesmo com o caixa exaurido, o governo acenou com transferências bilionárias para os governadores do Nordeste e do Norte, ao mesmo tempo em que desidratou as exigências de austeridade dos governos estaduais”. No 2º parágrafo, a passagem “Na verdade, o governo não parece estar cedendo nos princípios. Apenas mudou de tática. Vem tentando fazer o melhor dentro das condições políticas do momento – e ninguém espera que um governo ainda interino proceda como se não fosse. O ponto chave é um só: o impeachment ser sacramentado”, demonstra um comportamento elocutivo, ou melhor, uma estratégia dos locutores para fazer parecer verdade algo que é apenas uma opinião.

Já no 4º parágrafo, o comportamento elocutivo pode ser observado em trechos nos quais os locutores expressam uma opinião, mas o fazem de implícita. Na referida passagem, os locutores comentam que os empresários que se reuniram com Temer para se certificarem de que as reformas iriam de fato ocorrer e, de acordo com o trecho, “Voltaram convencidos de que sim – ainda que saibam, muito bem, das dificuldades pela frente, mesmo depois do impeachment”. Também está evidente, no último parágrafo do texto, um desejo ou querer dos locutores de que o clima político se estabilize após o impeachment de Dilma, que já é dado como certo. Esse desejo pode ser percebido no trecho “A esperança é que o clima político, no pós-impeachment, permita que o governo aproxime o discurso da prática”. Porém, também nota-se que esse querer não é atribuído a ninguém. O comportamento utilizado pelos locutores foi o elocutivo, demonstrando uma relação do leitor consigo mesmo e generalizando o sujeito que deseja que “o governo aproxime o discurso da prática”.

Também muito presente na reportagem, o comportamento delocutivo aparece por meio de discursos relatados e discursos diretos, as citações. No 2º parágrafo os locutores usam duas citações de um “executivo do setor financeiro” que não é identificado. Apesar de pecar ao não citar a fonte das informações, nota-se que os locutores dão voz ao “setor financeiro”, demonstrando a importância e o poder de influência da economia sobre o processo de impeachment e sobre o governo interino. As citações utilizadas pelos locutores são: “Ao ceder às pressões, o governo perde a

chance de fazer os ajustes em condições internacionais favoráveis” e “Sem o controle da dívida pública, o país poderá ficar exposto quando houver uma piora nos mercados externos”. Mais adiante, no 3º parágrafo, é possível constatar um discurso relatado: “A falta de iniciativas concretas para conter o rombo das finanças nacionais poderá reverter essas expectativas, advertem os analistas, mas só depois do impeachment”.

No início do 4º parágrafo, os locutores, novamente, trazem a citação de fonte não identificada, desta vez “um dos organizadores do encontro” com Michel Temer, que pode ser observada no trecho “Tínhamos o receio de que o governo estivesse fraquejando”. O discurso relatado é utilizado de maneira generalizada no quinto parágrafo, como pode ser comprovado na passagem: “Além de manifestar suas preocupações com relação à estabilidade das finanças públicas, o empresariado enfatizou a necessidade de enfrentar a reforma da Previdência, modernizar as leis trabalhistas e simplificar o sistema tributário”. Pode-se citar ainda que, os verbos “enfrentar”, “modernizar” e “simplificar”, utilizados pelos locutores, demonstram uma visão positiva dos mesmos em relação às reformas, sendo assim, comprovam também a adesão dos locutores e da revista à todas essas questões políticas citadas acima.

Em seguida, no mesmo parágrafo, o discurso relatado é o de “Sicupira, da Ambev” que, segundo os locutores, “relatou que sua empresa, no ano passado, precisou lidar com 29.000 procedimentos fiscais referentes somente à cobrança do ICMS, o imposto de alçada estadual. Nos Estados Unidos, como comparação, foram 1300, levando em conta tributos federais, estaduais e municipais”. Em relação ao trecho anterior, não é possível perceber se a comparação com o exterior é feita por Sicupira ou pelos próprios locutores, para entendimento do público.

No final do 6º parágrafo, o discurso relatado pelos locutores é o do ministro da Fazenda sobre as negociações das dívidas de estados, como pode ser visto na passagem: “Meirelles afirmou que o essencial foi preservado – ou seja o teto para o aumento dos gastos”. Logo após o trecho anterior, no parágrafo sétimo, há a utilização do discurso direto, citação do “diretor para a América Latina da consultoria política Eurasia”, João Augusto de Castro Neves. Segundo ele, “É papel da equipe econômica mirar mais alto e propor medidas radicais para aumentar o poder de barganha na negociação com o Congresso”. Outras duas citações encerram a notícia, no 8º parágrafo. A primeira citação é do diretor Castro Neves e trata da

aproximação do discurso do governo com a prática: “Nesse caso, um acordo é melhor que um não acordo”. A segunda de Silvia Matos, economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV): “o mercado deu o benefício da dúvida ao governo. No entanto, essa paciência só vai durar se a equipe econômica demonstrar força no jogo político”.

Nesse sentido, é perceptível ao longo de todo o texto que os locutores expressam, por meio dos comportamentos enunciativos, apenas a versão e o posicionamento da revista *Veja* (implícito), que é favorável ao ponto de vista do empresariado e do governo interino. Essa conclusão é tomada com base na falta de vozes oponentes às que foram elucidadas na matéria como, por exemplo, depoimentos de trabalhadores ou políticos da oposição. Assim, o leitor só toma conhecimento do problema de maneira unilateral e, devido à predominância do comportamento delocutivo, a expressão do pensamento dos locutores não fica evidente para ele, que toma o texto como verdade.

O modo descritivo também se faz presente nesta reportagem, de duas formas. Primeiro, por meio de uma construção objetiva do mundo pelos locutores, que utilizam um resumo do “Vaivém no acordo da dívida dos estados”, na página 55 da edição, com finalidade de explicar aos leitores como vai o andamento do processo de renegociação. E segundo, por meio dos procedimentos de nomear e de localizar-situar, presentes em diversos trechos da matéria analisada. O procedimento de nomear é feito para reconhecer e informar o leitor sobre os atores do discurso e, sendo assim, destacam-se: o presidente interino Michel Temer; os governadores do Nordeste e do Norte; o ministro da Fazenda Henrique Meirelles; os empresários Pedro Moreira Salles (Itaú Unibanco), Luiz Carlos Trabuco (Bradesco), Jorge Guerdau (Guerdau), Josué Gomes da Silva (Coteminas), Pedro Passos (Natura), Carlos Alberto Sicupira (Ambev), Edson Bueno (Amil) e Carlos Jereissati (La Fonte); o presidente da Câmara Rodrigo Maia, João Augusto de Castro Neves; e Silvia Matos.

Já o procedimento de localizar-situar foi utilizado pelos locutores, em várias passagens, para explicar aos leitores onde e quando aconteceram os fatos narrados na reportagem. No 1º parágrafo, eles indicam uma data e um local no trecho “Na terça-feira, antes de o projeto de renegociação da dívida dos estados ser votado na Câmara, Temer autorizou os deputados de sua base a retirar cláusulas com contrapartidas classificadas como ‘inegociáveis’, no dia anterior, pelo ministro da Fazenda,

Henrique Meirelles”. Neste outro trecho do 3º parágrafo, pode-se observar a data e local de uma reunião política, além do claro procedimento de qualificação utilizado pelo locutor: “Um grupo de pesos-pesados do empresariado nacional foi a Brasília, na última quarta-feira, para reunir-se com Temer e certificar-se que os recursos são meras táticas”. Outro local de reunião pode ser percebido neste trecho do quinto parágrafo: “[...] Rodrigo Maia, que recebeu os executivos acompanhado de lideranças dos maiores partidos no Congresso”. Por fim, na comparação dos procedimentos fiscais do Brasil e dos Estados Unidos, no ano passado, em trecho do 5º parágrafo já citado acima.

O modo narrativo se manifesta de maneira predominante no texto analisado, como é esperado de uma reportagem jornalística. Além da narrativa geral, a matéria é composta por outras narrativas internas ao texto, que serão divididas em N1, N2, N3 e N4, para esta análise. A N1 pode ser observada no trecho seguinte, do 1º parágrafo do texto, e vem acompanhada de um comentário (questionamento) do autor para o leitor: "A sequência de recursos do presidente interino Michel Temer nas iniciativas destinadas ao controle dos gastos públicos deixou os investidores e grandes empresários brasileiros receosos. Teria o novo governo abandonado os ajustes prometidos anteriormente em prol de sua própria popularidade? Mesmo com o caixa exaurido, o governo acenou com transferências bilionárias para os governadores do Nordeste e do Norte, ao mesmo tempo em que desidratou as exigências de austeridade dos governos estaduais. Na terça-feira, momentos antes de o projeto de renegociação da dívida dos estados ser votado na Câmara, Temer autorizou os deputados de sua base a retirar cláusulas com contrapartidas classificadas como “inegociáveis”, no dia anterior, pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles”. Neste trecho, o actante principal Michel Temer age de maneira oponente ao ministro da Fazenda Henrique Meirelles, fazendo-o de maneira voluntária visto que ele cede às pressões externas e contraria o plano anterior. Assim, Meirelles é um actante principal e vítima, porém não é possível identificar sua reação.

Outro ponto que vale a pena destacar sobre o trecho anterior são as escolhas lexicais dos locutores. Para se referirem ao caixa da União, os jornalistas utilizaram a palavra exaurido, sinônimo de esgotado e que quer dizer ‘sem nenhuma gota’. Já as “exigências de austeridade dos governos estaduais”, segundo os autores da notícia, foram desidratadas pelo governo. A palavra “desidratou”, significa perda de água ou fluído. Assim, um olhar mais minucioso, poderia entender como uma crítica à forma

de agir de Temer que, mesmo com as dívidas dos estados, emprestou dinheiro para o Norte e o Nordeste do país, regiões estas que diversas vezes sofreram preconceito das outras e são julgadas pobres e atrasadas.

A N2 está localizada no 3º parágrafo do texto: “A credibilidade da nova equipe econômica, comandada por Meirelles, contribuiu decisivamente para o aumento da confiança dos investidores. A falta de iniciativas concretas para conter o rombo das finanças nacionais poderá reverter essas expectativas, advertem os analistas, mas só depois do impeachment”. Nesta passagem, o actante principal é a equipe econômica comandada por Meirelles, que age como aliada voluntária a Temer, visto que por possuírem credibilidade, suas decisões como ministro da Fazenda do governo interino beneficiam o presidente interino. Considera-se voluntária visto que Meirelles aceitou o cargo que foi oferecido a ele. Por outro lado, Temer é um actante principal e beneficiário, que retribui mantendo Meirelles como ministro da Fazenda em seu governo. Esta reação do actante beneficiário é implícita ao texto.

Na N3, que é composta pelo 5º parágrafo na íntegra, pode-se observar que os actantes principais são o empresariado ou grupo de empresários e que estes agem como aliados de Meirelles e do presidente da Câmara Rodrigo Maia, pois apoiam as medidas de contenção propostas por Meirelles. Eles se aliam de forma voluntária. Já o actante beneficiário é Meirelles, pois é afetado de forma positiva com o apoio. E, na N4, composta pelo 6º parágrafo na íntegra, percebe-se que os actantes são os governadores, que agem de forma aliada voluntária ao governo, pois “havia entrado em acordo com o governo para incluir contrapartidas como a suspensão de contratação de servidores e o congelamento dos salários por dois anos”. Porém, em um segundo momento desta narrativa, os governadores agem de maneira oponente e involuntária contra o governo, visto que não conseguiram convencer suas bancadas à apoiarem o projeto na votação da Câmara. Sendo assim, Meirelles é um actante vítima, que reage por meio da negociação, tentando neutralizar as consequências. Essa negociação está nítida no trecho “Procurando dissipar a impressão de derrota, Meirelles afirmou que o essencial foi preservado – ou seja, o teto para o aumento dos gastos”.

Por fim, entendendo a reportagem como uma grande narrativa, a N5 engloba todo o texto analisado. Os actantes principais são Michel Temer, Henrique Meirelles, os empresários e investidores e os governadores dos estados. Os actantes secundários

são os governadores do Nordeste e do Norte, Carlos Alberto Sicupira da Ambev e as fontes utilizadas no texto João Augusto de Castro Neves e Silvia Matos. Num contexto geral, os empresários e investidores, bem como os governadores dos estados, agem de maneira oponente ao governo interno na narrativa visto que, cada um destes actantes, cobra de Michel Temer um posicionamento. Sendo assim, Temer e Meirelles são vítimas e reagem tentando neutralizar a situação com ambos os lados. O princípio de organização que rege essa narrativa é o da coerência, pois os fatos são narrados sequencialmente, levando a uma cronologia contínua. O ritmo da narrativa é dado por meio da expansão, visto que a narrativa principal é interrompida por citações de fontes e narrativas internas ao texto. Com relação ao narrador, podemos notar que o seu ponto de vista é objetivo e seu status é de narrador-historiador, pois recolhe fatos da realidade histórica e constrói uma história (uma versão da história) fiel a essa realidade.

O modo argumentativo aparece em diversos trechos da reportagem, porém esse modo de organização não se encontra totalmente explícito no texto. Nesta reportagem, a argumentação se apresenta também por meio de outros modos de organização, como nas narrativas e na descrição, que são usadas para constituir o todo argumentativo da matéria. A tese central, defendida pelos locutores, é a de que o Michel Temer ainda não teria conseguido resolver os problemas econômicos do país devido ao fato de ele estar em um governo interino. Para fins de análise, foram divididos em quatro trechos, no qual as argumentações se procedem de maneiras diferentes. O trecho 1, “Na verdade, o governo não parece estar cedendo nos princípios. Apenas mudou de tática. Vem tentando fazer o melhor dentro das condições políticas do momento – e ninguém espera que um governo ainda interino proceda como se não o fosse. O ponto-chave é um só: o impeachment ser sacramentado”, apresenta a primeira argumentação dos locutores com relação à postura de Temer de voltar atrás em algumas cláusulas da negociação das dívidas dos estados. Os procedimentos utilizados nessa lógica argumentativa são a explicação hipotética e a concessão restritiva, pois ao mesmo tempo que acreditam que “o governo não parece estar cedendo”, eles justificam que um governo interino não consegue articular antes da decisão do impeachment, ou seja, somente depois do fim do julgamento do processo, pode ser cobrado de Michel Temer uma postura firme.

O trecho 2, “A resistência desses setores atravanca a agenda de ajustes não apenas na escala federal, mas também na estadual. Por isso, na renegociação das

dívidas dos estados, os governos haviam entrado em acordo com o governo para incluir contrapartidas como a suspensão de contratação de servidores e congelamento dos salários por dois anos. Mas, na hora H, os governadores não se empenharam nas negociações com suas bancadas”, traz a argumentação dos locutores, que é favorável à pauta do “poder e a influência de corporações e grupos organizados no Congresso”. O procedimento utilizado por eles foi a concessão restritiva, que aceita como verdadeira uma asserção para contestar a asserção seguinte. E no trecho 3, “A dificuldade em aprovar os primeiros projetos de maior importância torna incerto o andamento de questões mais delicadas e que exigem maior quórum, como a aprovação do teto para as contas do governo federal e a reforma previdenciária”, os autores da reportagem tentam pontuar razões para a não aprovação dos projetos econômicos do governo interno, argumentando através da explicação por silogismo.

No trecho 4, “A esperança é que o clima político, no pós-impeachment, permita que o governo aproxime o discurso da prática. ‘Nesse caso, um acordo é melhor que um não acordo’, analisa Castro Neves. Segundo Sílvia Matos, economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), “o mercado deu o benefício da dúvida ao governo. No entanto, essa paciência só vai durar se a equipe econômica demonstrar força no jogo político”, podemos observar que o locutor associa o sucesso do governo a conclusão do impeachment. Depois, propõe que a permanência do interino no governo do Brasil somente seria possível se a equipe econômica do presidente entrasse em acordo com o mercado, ou melhor, com os investidores. Tal entendimento foi inferido da citação da economista Sílvia Matos, utilizada pelos locutores para encerrar a reportagem.

Sendo assim, nesta matéria, podemos pontuar que a situação de troca é monologal, pois se trata de uma reportagem jornalística e o contrato de comunicação é explícito. Os sujeitos produtores da reportagem tomam posição a favor da proposta, produzindo um quadro de raciocínio persuasivo através do engajamento e da argumentação polêmica. Em relação aos domínios de avaliação presentes na reportagem, temos o domínio do ético e do pragmático, baseados nos valores de esforço e superação, na diferença e na singularidade e da racionalidade contra o acaso. Como procedimentos discursivos, os locutores utilizam o questionamento de verificação de um saber, a citação de dizeres e de saberes de fontes e a acumulação simples, sendo vários argumentos para uma prova.

Em relação à imagem, nossa análise é baseada na única fotografia presente nesta reportagem. Na página 54, ela aparece antes do início da matéria, abaixo do título e subtítulo, com grande destaque em tons suaves e neutros. Na foto aparecem 14 homens sentados em uma sala luxuosa. Todos eles são brancos e possuem meia idade ou mais. Dentre eles, dois estão em pé, um segurando uma fonte de luz e outro fazendo anotações, dando a impressão que fazem parte da imprensa. Os outros são Michel Temer e mais 11 senhores, todos bem vestidos de terno e gravata. Eles estão ao redor de uma mesa, com papéis e copos às suas frentes. Sendo assim, a ideia construída pelo leitor é que o presidente interino se encontra em reunião com homens importantes na ocasião. A legenda explica: “É pra valer? Empresários apresentam sugestões e quiseram saber de Temer se o ajuste será de fato realizado”.

Concluimos a partir da fotografia que o objetivo do uso desta imagem foi provocar uma sensação de conforto ao leitor, de que apesar das complicações, Temer está se saindo bem e está conseguindo lidar com as pressões do mercado e da economia. Todos os presentes aparentam tranquilidade e sobriedade, causando um efeito positivo no leitor. Por outro lado, um efeito que pode não ter sido esperado pelo locutor é de que a imagem não possui nenhuma representatividade, mostrando apenas senhores brancos e bem vestidos, uma crítica constante que os ministérios do governo Temer recebeu. Por outro lado, visto que se trata de uma publicação da Veja que tem como público leitor empresários e uma elite conservadora, a foto possivelmente deve ter causado efeitos negativos.

Reportagem 6 - Temer se acha mas... - Carta Capital (anexo VI)

A reportagem ocupa seis páginas da edição de 17 de agosto de 2016 da Carta Capital. Assinada por André Barrocal, repórter do periódico, ela traz uma série de eventos políticos relacionados ao governo interino, mostrando a baixa popularidade de Temer na política e as alianças que ele vem tentando firmar para garantir sua permanência na presidência no caso de aprovação final do impeachment de Dilma.

O modo enunciativo se manifesta na reportagem, principalmente, por meio comportamento delocutivo, onde há apagamento do ponto de vista dos locutores. Porém, nota-se com a análise que esse ponto de vista é apenas implícito, para conseguir o efeito de verdade exigido pelo jornalismo. André Barrocal inicia o texto com um comportamento elocutivo ao fazer uma constatação, que pode ser observada no trecho “Tudo para impedir ou abafar vaias ao presidente interino diante das

autoridades presentes e dos bilhões de pessoas a assistir pela tevê”. Na passagem citada, o locutor comenta sobre o “vexame” que Temer sofreu na ocasião da abertura das Olimpíadas. Mais adiante, ele usa a categoria de língua possibilidade para demonstrar o seu ponto de vista sobre o mundo: “[...] episódio a alimentar rumores entre diplomatas de que o embaixador foi espionado pelo aparelho de segurança de Temer e punido por ‘dilmismo’”. Este último trecho também pode ser interpretado como uma ironia e gozação por parte do locutor.

No começo do 2º parágrafo, observa-se um comportamento alocutivo, na qual o interlocutor é quem exerce uma relação de força sobre o locutor, quando este último o interroga: “Terá mais sorte em outra “operação blindagem”?”. Logo em seguida, aparece o comportamento delocutivo, que se manifesta por meio da asserção: “[...] podem até aborrecer o interino no noticiário e no Congresso, mas sem consequências judiciais”. No final do 3º parágrafo, nota-se outra constatação no trecho: “[...] apesar do inegável desejo parlamentar de degolar Dilma Rousseff”. Ainda neste parágrafo, mais uma asserção: “desiludido com as derrotas do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o “mercado” ameaça tirar o aval a Temer”.

Iniciando o 4º parágrafo, notamos o comportamento delocutivo na constatação: “Por causa dessa combinação de interesses políticos e econômicos, nem com o triunfo do impeachment Temer poderá sentir-se seguro de comandar o País até 2018”. Também no 5º parágrafo, é possível constatar a utilização do comportamento delocutivo, quando o locutor faz uso do discurso direto, ou citações, do cientista político Fábio Wabderley Reis, da Universidade Federal de Minas Gerais. No parágrafo seguinte verifica-se o comportamento elocutivo, quando o locutor manifesta sua opinião no trecho: “De qualquer forma, ele luta para consolidar-se no poder e proteger-se para o que der e vier na seara judicial”. Outro trecho, no final do parágrafo, traz mais uma citação. Desta vez, as palavras exatas escritas pelo procurador-geral da República Rodrigo Janot em despacho ao STF.

No 6º parágrafo, o locutor utiliza o discurso relatado de sete parlamentares que representaram no STF a favor do afastamento de Temer. O comportamento delocutivo citado pode ser vislumbrado no trecho: “Para eles, há “fortes indícios” de corrupção contra o interino, o qual estaria atrás de um ‘salvo-conduto para se eximir’”. Seguindo no texto, o mesmo comportamento aparece no 10º parágrafo da reportagem. Ele se apresenta por meio de uma asserção do locutor: “Já Temer, mais uma vez, não fez cerimônia. Cabalou votos para o impeachment feito candidato em

campanha, e não um vice à espera do desenrolar de acontecimentos dramáticos”. Na sequência da passagem anterior, o locutor usa o discurso relatado do próprio Temer para fazer uma apreciação do mesmo, comportamento elocutivo: “Afinal, para o interino, não importa se há razão jurídica para depor a mandatária, apenas se é conveniente do ponto de vista político, conforme disse em uma entrevista à agência Reuters”.

No 11º parágrafo destaque para mais um comportamento elocutivo, que se manifesta através da constatação: “Uma tentativa de cativar senadores do Nordeste, região campeã do “Fora Temer” [...]”. Em meados do 12º parágrafo o comportamento delocutivo pode ser observado no discurso relatado, ou indireto, que pode ser observado no trecho: “Para ele, a deposição de Dilma move-se a neoliberalismo- austeridade, privatizações, agenda social de direita -, explicação para o ministério de homens brancos de Temer”. No parágrafo seguinte, verifica-se o mesmo comportamento, porém através do discurso direto, em duas citações de Bernie Sanders, descritas nos seguintes trechos: “Os Estados Unidos não podem sentar-se em silêncio enquanto as instituições democráticas de um dos nossos aliados mais importantes são minadas” e “Precisamos nos levantar pelas famílias trabalhadoras do Brasil e exigir que esta disputa seja resolvida com eleições democráticas”.

O locutor inicia o 14º parágrafo da reportagem, também com um comportamento delocutivo, por meio da asserção: “O front externo constranger Temer e o impeachment não é novidade, como se sabe pelo noticiário e pela diplomacia”. Mais adiante, ele manifesta seu ponto de vista de maneira implícita, utilizando o comportamento elocutivo. Após o número de líderes mundiais presentes nas Olimpíadas do Rio ter sido muito abaixo do esperado, o locutor faz a seguinte constatação: “Ninguém se aventurou a posar para fotos ao lado de Temer”. No final do mesmo parágrafo, por meio do discurso relatado, na seguinte passagem: “Segundo eles, há um “golpe” em curso e este conta com a cumplicidade do Congresso e do Judiciário, daí ser inútil arriscar ações no Brasil”, também constata-se a presença do comportamento delocutivo.

No 15º parágrafo, sobre o adiamento do julgamento de Eduardo Cunha, o locutor ainda se mantém o comportamento delocutivo, usando a asserção: “Ótima notícia para Temer, receoso de uma eventual vingança do velho parceiro”. No parágrafo seguinte, o comportamento elocutivo demonstra o ponto de vista implícito

do locutor quando ele declara que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia é responsável pelo adiamento do julgamento de Cunha: “Tramoia de fácil compreensão. Proteção ao interino. Maia é genro de um dos notáveis do governo provisório. Moreira Franco, o homem das privatizações. E parece fechado com Temer”. No mesmo parágrafo, mais adiante, o autor convoca o discurso direto de Maia sobre Temer: “É a única candidatura que pode unificar a base do governo”. Para confrontar a citação referida anteriormente, o locutor traz uma voz da oposição, o depoimento do deputado Marcus Pestana: “Essa ideia de reeleição é algo que não deveria ter sido dita agora. Não se sabe quem estará no jogo em 2018 nem quais serão os resultados do governo”.

Nos três parágrafos seguintes, o locutor utiliza um comportamento predominantemente delocutivo, alternando entre os discursos diretos e indiretos. Em um dos discursos indiretos, no 17º parágrafo, a fonte é ocultada pelo locutor e, somente sabemos que: “Um deputado do PMDB, ex-ministro, acha que a mosca azul picou os “temeristas”. No 19º parágrafo o discurso direto é de um economista da Universidade Federal do Rio de Janeiro, João Sicsú e que pode ser observado nas citações: “O poder econômico cumpriu sua parte no impeachment, agora Temer tem de entregar a dele” e “O programa dele é baseado em arrocho salarial, suspensão de direitos sociais, neoliberalismo. Pode até gerar algum crescimento, mas continua com aumento da concentração de renda e redução de mercado de consumo”.

No 20º parágrafo o comportamento delocutivo aparece na asserção: “a celebração do impeachment não assegura Temer no Planalto até 2018. Caso se convença de que ele não tem serventia imaginada, a elite política econômica poderá usar a Justiça Eleitoral para livrar-se do peemedebista”. Com isso, assume o comportamento delocutivo e faz nova asserção: “O que explica o interino namorar o presidente do TSE desde as primeiras horas no poder. Literalmente. Temer assumiu o poder ao amanhecer de 12 de maio e, quando o sol se pôs, correu à posse de Gilmar Mendes no comando da corte, seu primeiro compromisso oficial à frente do Palácio do Planalto”.

No 22º parágrafo, o autor não deixa explícito o seu ponto de vista sobre o mundo, mas faz uma asserção para comentar um jantar na casa de Gilmar Mendes em que Temer esteve presente. Na ocasião, o motivo do encontro seria a celebração de acordos de “antigas negociações entre Brasil e EUA sobre comércio de carne bovina” e o autor evoca o seguinte saber: “Mas, segundo relatos, o cardápio foi a

conjuntura política”. No 24º e último parágrafo da reportagem, a constatação do locutor: “O peemedebista chegou lá. Mas parece cercado, em um beco sem muitas saídas” também reforça a predominância do comportamento delocutivo.

O modo descritivo aparece de maneira bem evidente na reportagem analisada. Por se tratar de um texto mais extenso, ele faz uso de todos os procedimentos discursivos. Para informar o leitor, o locutor utiliza a identificação de pessoas e, para contar e explicar o fato, o locutor faz uma construção objetiva e também subjetiva do mundo. Essas finalidades discursivas são inerentes a textos e relatos jornalísticos, bem como artigos de imprensa. Sendo assim, em relação à finalidade de informar, procedem as seguintes identificações no texto, referentes a cada fonte ou sujeito. Referindo-se a Michel Temer, “interino”. A Fernando Igreja, “chefe do cerimonial da Rio-2016”. A Marcelo Odebrecht, “empreiteiro”. A Sergio Machado, “ex-presidente da Transpetro”. Eduardo Cunha foi identificado apenas pelo nome e sobrenome, assim como Gilmar Mendes, Fabio Wanderley, Lindbergh Farias e outros políticos. A Henrique Meirelles, “ministro da Fazenda”. A Edinho Silva, “tesoureiro dilmista”. A Rodrigo Janot, “procurador-geral da República”. A Lula, “ex-presidente”. Dilma foi apenas identificada por seu primeiro nome. Alguns deputados, pelo partido de filiação: “Fátima Bezerra, do PT”; “Vanessa Grazziotin, PCdoB”; “Randolfe Rodrigues, da Rede”; “Antônio Carlos Valadares, do PSB de Sergipe” e “Otto Alencar, do PSD da Bahia”. Também nomeou uma senadora pelo estado e pelo partido, Lúcia Vânia do PSB, como “senadora goiana”.

Já a construção objetiva do mundo é realizada por meio da descrição de uma série de eventos, que servem como provas do raciocínio construído pelo locutor. Tais eventos são descritos a fim de mostrar ao leitor como eles se ligam ao impeachment da presidente Dilma e também a culpa de Temer nos eventos que culminaram no afastamento da presidente. Na descrição, o locutor utiliza o procedimento de localiza-situar, citando locais e datas a fim de comprovar a veracidade dos fatos e facilitar a construção de seu raciocínio argumentativo, como veremos adiante. Para fins de exemplificação, citaremos alguns dos eventos descritos a partir dos seguintes trechos da reportagem: “Na segunda-feira 8, sete parlamentares levaram à Procuradoria uma representação a cobrar de Janot que entre no STF com um pedido de afastamento de Temer da Presidência e que investigue o peemedebista”; “Na madrugada de quarta-feira 10, após 17 horas de sessão, o Senado transformou Dilma em ré por crime de responsabilidade”; “Na abertura das Olimpíadas na sexta-feira 5,

havia bem menos líderes mundiais (abaixo de 20) que o esperado [...]”; “[...] a cassação dele será decidida no plenário da Câmara apenas em 12 de setembro. Uma segunda-feira, dia de poucos deputados em Brasília [...]”; “Temer assumiu o posto no amanhecer de 12 de maio [...]”; e “Em julho de 2015, o magistrado foi a um café da manhã na casa do então presidente da Câmara Eduardo Cunha”.

No que se refere à construção subjetiva do mundo, o locutor qualifica os personagens e suas atitudes na narrativa jornalística. Elas podem ser vislumbradas nos trechos seguintes: “[...] desfecho para o qual atua com paixão”, se referindo ao desejo de Temer ver Dilma afastada definitivamente; “homem-bomba”, como adjetivo para instabilidade de Eduardo Cunha; “Indócil com a demora do governo [...]” e “[...] desiludido com as derrotas do Ministro da Fazenda [...]”, sobre o mercado em relação as promessas de Temer; “[...] indisfarçável pendor tucano [...]” sobre as inclinações partidárias de Gilmar Mendes; “[...] tão previsível quanto as medalhas de Michael Phelps”, sobre o resultado do processo de impeachment de Dilma; “[...] feito candidato em campanha”, sobre a atitude de Temer de “cabalar” votos para o impeachment ao invés de apoiar a presidente; “[...] um plano requeitado de revitalização [...]”, sobre o projeto de Temer para revitalizar a Bacia do São Francisco; “[...] desagradável surpresa internacional [...]”, sobre os impactos do pronunciamento de Bernie Sanders sobre a situação política do Brasil; “front externo”, sobre a opinião do exterior em relação as ações de Temer; “[...] genro de um dos notáveis do governo provisório [...]”, sobre Rodrigo Maia ser genro de Moreira Franco; e “[...] beco sem muitas saídas [...]” sobre a situação de Temer enquanto presidente provisório.

Assim como o modo descritivo, o modo narrativo também se encontra evidente na maior parte da reportagem. O texto jornalístico é composto de diversas narrativas sobre a forma como Temer tem conduzido o governo interino. Juntas, essas sequências narrativas formam a narrativa central, que trata da desconfiança do PSDB e do mercado, bem como do TSE em relação aos projetos de Temer. As narrativas, para fins de análise foram divididas em N1, N2, N3, N4, N5, N6, N7, N8, N9, N10, N11, N12, N13 e N14.

A N1 se inicia junto com o 1º parágrafo da reportagem e pode ser observada neste trecho “Michel Temer foi à abertura da Olimpíada no Maracanã sob um esquema preparado para protegê-lo de um vexame global. Seu nome não seria anunciado antes de declarar o início dos Jogos, seu discurso seria relâmpago e logo

em seguida o volume de uma música subiria ao máximo. Tudo para impedir ou abafar vaias ao presidente interino diante das autoridades presentes e dos bilhões de pessoas a assistir pela tevê”. Na passagem, podemos considerar que Temer é um actante vítima que sofre ação de um actante implícito, o governo. O governo, actante agente, exerce a ação de maneira aliada a Temer, pois é responsável pelo esquema que o protegeu de “um vexame global”, agindo de maneira voluntária. Já o presidente interino é beneficiário da ação, que aceita o benefício.

A N2 pode ser percebida no final do 6º parágrafo e é composta pelo seguinte trecho: “No ano passado, após uma delação na Lava Jato citar Dilma, Janot arquivou o caso. ‘Há total impossibilidade de investigação do presidente da República na vigência de seu mandato sobre atos estranhos ao exercício de suas funções’, escreveu em despacho ao Supremo Tribunal Federal (STF)”. Nesta narrativa, o actante agente é Janot, que exerce a ação de arquivar o caso de investigação contra Dilma. O actante beneficiário, neste caso, está implícito e é Michel Temer que, assim como Dilma durante seu mandato, não sofreu a ação de ser investigado por estar em um cargo privilegiado no governo. Nesta narrativa age de maneira involuntária, pois quando arquivou o processo o fez em benefício de Dilma e não de Temer, porém sua decisão deve ser a mesma pois trata-se de caso análogo. Em contrapartida, Temer aceita o benefício.

Já no começo do 7º parágrafo, identificamos mais uma narrativa, a N3: “Na segunda-feira 8, sete parlamentares levaram à Procuradoria uma representação a cobrar de Janot que entre no STF com um pedido de afastamento de Temer da Presidência e que investigue o peemedebista. Para eles, há ‘fortes indícios’ de corrupção contra o interino, o qual estaria atrás de um ‘salvo-conduto para se eximir’”. Os actantes agentes são os sete parlamentares, que agem de maneira oponente a Temer, que é vítima da ação de possível afastamento. Nesta passagem não foi identificado se o actante vítima reage à ação.

Em meados do 10º parágrafo, a N4 é a seguinte: “Na madrugada da quarta-feira 10, após 17 horas de sessão, o Senado transformou Dilma em ré por crime de responsabilidade. Será julgada ali mesmo, na última semana de agosto, provavelmente. Resultado tão previsível quanto as medalhas de ouro do nadador Michael Phelps. O placar mostrou uma folga maior para Temer do que quando do afastamento da petista em maio, 59 votos a favor da deposição e 21 contrários (o escore anterior fora de 55 a 22)”. O actante agente é o Senado, que age de maneira

voluntária e condena Dilma, actante vítima, por crime de responsabilidade fiscal. A actante vítima tenta neutralizar a agressão sofrida, porém sem sucesso.

No início do 11º parágrafo, a N5 é esta que sucede: “Dilma acompanhou a sessão no Palácio da Alvorada, onde jantou com Lula, a discutir os termos de uma carta à nação até agora não divulgada. Já Temer mais uma vez não fez cerimônia. Cabalou votos para o impeachment feito candidato em campanha, e não um vice à espera do desenrolar de acontecimentos dramáticos”. No trecho citado, o actante agente é Temer, que age de maneira oponente à Dilma ao tentar destituir a presidente de seu cargo para ocupá-lo. Ele age de maneira direta, por meio de afrontamento. Dilma, por sua vez, além de vítima da ação de Temer, também é actante em uma ação paralela, a de acompanhar a sessão e a de jantar com Lula. Ela age de maneira aliada a Lula, que é um actante secundário.

A N6 é composta pelo 12º parágrafo da reportagem: “Pela manhã, Temer lançou no Planalto um plano requeitado de revitalização da Bacia do Rio São Francisco, o ‘Novo Chico’, batismo por certo inspirado na novela global Velho Chico, em exibição. Uma tentativa de cativar senadores do Nordeste, região campeã do ‘Fora Temer’, como Antonio Carlos Valadares, do PSB de Sergipe e pró-impeachment, e Otto Alencar, do PSD da Bahia e que se manteve pró-Dilma, ambos presentes ao evento. De quebra, o interino aproveitou para anunciar que mandara o Ministério do Planejamento pagar todas as obras de até 10 milhões de reais, uma festa para parlamentares autores de emendas ao orçamento. No fim da tarde, abriu o gabinete para a senadora goiana Lúcia Vânia, do PSB, uma suposta indecisa que na hora H foi de Temer”. Nesta narrativa, o actante agente é Michel Temer que age de maneira aliada aos senadores que eram, até então, a favor da permanência de Dilma no governo. Por outro lado, Temer também atua como agente oponente à Dilma e o faz de maneira direta, por afrontamento. Nos dois casos, Temer é consciente e age de maneira voluntária. Enquanto os senadores são beneficiados, Dilma é vítima do agente.

O 13º e o 14º parágrafo trazem a N7 da análise, que pode ser observada no trecho a seguir: “Na véspera da sessão, uma desagradável surpresa internacional para o interino. Bernie Sanders, o velhinho socialista que quase arrancou este ano uma candidatura presidencial nos EUA pelo Partido Democrata, manifestou-se sobre a situação brasileira. Para ele, a deposição de Dilma move-se a neoliberalismo – austeridade, privatizações, agenda social de direita –, explicação para o ministério de

homens brancos de Temer. Sanders acredita que a Casa Branca deveria levar em conta que muitos brasileiros e observadores apontam um ‘golpe’ sem razões jurídicas. ‘Os Estados Unidos não podem sentar-se em silêncio enquanto as instituições democráticas de um dos nossos aliados mais importantes são minadas’, disse ele em nota. ‘Precisamos nos levantar pelas famílias trabalhadoras do Brasil e exigir que esta disputa seja resolvida com eleições democráticas’. Não foi capaz de mudar o rumo da votação do impeachment, mas entrou para os anais do Senado brasileiro, citado por Grazziotin”. Na narrativa, o actante agente é Bernie Sanders, que age de forma oponente ao presidente interino. Ele o faz por meio de afrontamento direto. Já a vítima, Michel Temer, evita o afrontamento.

No final do 15º parágrafo, está disposta a N8: “Na abertura da Olimpíada, havia bem menos líderes mundiais (abaixo de 20) do que o esperado pelo Itamaraty (acima de 40) e do que nos Jogos de Londres em 2012 (mais de 90). Ninguém se aventurou a posar para fotos ao lado de Temer. O presidente francês, François Hollande, deixou o Maracanã antes do fim da festa”. O actante agente é o presidente francês, que age de maneira oponente indireta ao actante vítima Temer, ou seja, por meio de fingimento.

O 17º e 18º parágrafos compõem a N9: “Um desses protagonistas, Eduardo Cunha, obteve uma vitória daquelas, horas depois da votação no Senado. Até segunda ordem, a cassação dele será decidida no plenário da Câmara apenas em 12 de setembro. Uma segunda-feira, dia de poucos deputados em Brasília, chance de o réu por corrupção salvar o mandato. Ótima notícia para Temer, receoso de uma eventual vingança do velho parceiro. O caso Cunha cozinha em banho-maria graças ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia, do DEM. Ele leu o processo no plenário na segunda-feira 8, o que projetaria uma votação para o dia seguinte, mas na surdina tramou outro desfecho. Tramoia de fácil compreensão. Proteção ao interino. Maia é genro de um dos notáveis do governo provisório, Moreira Franco, o homem das privatizações. E parece fechado com Temer. Em um rompante de franqueza e otimismo, lançou o peemedebista à reeleição, em entrevista ao Estado de S. Paulo de 30 de julho. ‘É a única candidatura que pode unificar a base do governo’, teorizou”. O actante agente é Rodrigo Maia, que age de maneira aliada a Cunha, que é actante beneficiário e, de maneira indireta, a Temer, que se beneficia através de uma não retaliação de Cunha.

A N10 tem início no começo do 19º parágrafo e se estende até meados do mesmo: “Temer telefonou para o presidente do partido, Aécio Neves, a fim de desfazer o mal-estar. Antes de ir ao Rio para ser vaiado no Maracanã, programou um jantar com caciques tucanos no Palácio do Jaburu. Em vão. Os convidados não se esforçaram para permanecer em Brasília na noite da quarta-feira 3”. Na narrativa, o agente é Temer, que age de maneira aliada indireta ao convidar Aécio Neves para jantar. O actante beneficiário é Aécio Neves, porém ele recusa o benefício não aceitando o convite não comparecendo ao jantar.

A N11 aparece no final do 21º parágrafo: “Nos últimos tempos, o ‘mercado’ passou a desconfiar da disposição de Temer para levar adiante tal agenda. Foi sintomático um artigo publicado em 27 de julho no jornal Valor pelo economista-chefe do CreditSuisse, Nilson Teixeira, intitulado ‘Confiança pode acabar em novembro’, no qual sugere que a paciência com Temer está no fim. Argumento repetido ultimamente por tucanos no Congresso, caso do líder no Senado, Cássio Cunha Lima”. Na passagem, Temer é agente vítima em três situações. Uma na qual ele sofre a desconfiança do “mercado”, que age de maneira retribuidora, executando uma “punição”. Esse mercado citado pelo locutor é um agente implícito para os financiadores do governo Temer, em razão de suas propostas de ajuste econômico para o país. E outra na qual ele sofre crítica do economista Nilson Teixeira, que age de maneira oponente direta, realizando a ação de escrever um artigo criticando o governo interino de Temer. A terceira situação, é a qual o líder dos tucanos no Senado, Cassio Cunha, age de maneira oponente ao presidente interino ao criticar o possível não cumprimento do ajuste econômico.

No final do 23º parágrafo e no 24º, a N12 é a seguinte: “Temer assumiu o posto no amanhecer de 12 de maio e, quando o sol se pôs, correu à posse de Gilmar Mendes no comando da corte, seu primeiro compromisso oficial à frente do Palácio do Planalto. De lá para cá, a dupla já teve ao menos mais dois encontros. Um foi no escurinho de um sábado no Palácio do Jaburu, a residência oficial do vice-presidente. Deve ter sido só coincidência o tête-à-tête ter ocorrido logo após o primeiro abalo sofrido por Temer, a divulgação da delação premiada de Sérgio Machado, a acusar o interino de ter pedido grana para a campanha de um peemedebista à Prefeitura de São Paulo em 2012. Para todos os efeitos oficiais, a conversa versou sobre o orçamento do TSE”. Na narrativa, Temer é um actante agente que atua de forma aliada a Gilmar Mendes, tendo comparecido na ocasião de sua posse como presidente

do TSE no mesmo dia em que assumiu o governo interino. Por outro lado, Temer é actante vítima de Sergio Machado, por ter sido acusado em depoimento prestado pelo senador.

A N13 pode ser encontrada no 25º parágrafo da reportagem: “[...] no início de agosto, um jantar no aconchego de Gilmar Mendes. Também havia outros presentes, como o ministro da Agricultura, senador Blairo Maggi, e a justificativa propalada, foi celebrar o fim de antigas negociações entre Brasil e EUA sobre o comércio de carne bovina. Mas, segundo relatos, o cardápio foi a conjuntura política. Ali, por exemplo, Temer deixou claro que trabalharia para antecipar o julgamento de Dilma, inclusive pediria o apoio do presidente do Senado, seu ex-desafeto Renan Calheiros, prestes a emplacar o deputado peemedebista Marx Beltrão, seu conterrâneo de Alagoas, no Ministério do Turismo, apesar de este ser réu no STF por falsidade ideológica”. Nesta outra passagem, o actante agente é Michel Temer que atua de maneira aliada à Renan Calheiros, antes seu oponente, para antecipar o julgamento de Dilma. Neste caso, à Dilma é vítima da ação dos actantes Temer e Calheiros. Já em outra situação, Calheiros é actante agente que age como agressor, cometendo um malefício ao tentar tornar o deputado Marx Beltrão ministro, mesmo este tendo caráter duvidoso, sendo réu em um processo judicial.

A última narrativa, a N14, pode ser vislumbrada no seguinte trecho: “Em julho de 2015, o magistrado foi a um café da manhã na casa do então presidente da Câmara Eduardo Cunha para discutir o assunto. Perto da votação do processo pelos deputados, almoçou com o atual chanceler José Serra e o economista Arminio Fraga em Brasília. Dias depois, deu uma liminar contra a posse de Lula na Casa Civil, última grande cartada do PT contra o impeachment, enquanto em entrevistas Serra e Fraga anunciavam alvíssaras econômicas no caso de ascensão de Temer ao poder”. Nesta passagem, há duas situações. Em uma, o actante é Gilmar Mendes, que é identificado apenas como magistrado. Ele atua de forma aliada a Eduardo Cunha em relação ao impeachment de Dilma Rousseff. Neste caso, Dilma é um actante vítima de Mendes e Cunha, que articularam sobre o e julgamento do processo sofrido pela mesma. Em outra situação, ele é um actante age de maneira aliada à Serra e Fraga quando impede a posse de Lula como ministro da Casa Civil durante os últimos momentos do governo Dilma. No último caso, Lula foi vítima e Temer beneficiário da ação de Mendes.

Os princípios que norteiam a organização da narrativa geral da reportagem são o de localização e de encadeamento. O princípio de localização, pois o locutor, André Barrocal, narra e descreve uma série de eventos políticos com finalidade provar ao leitor que o que ele diz é verdade e pertinente. E o princípio do encadeamento de sucessão, com sequências narrativas que motivam outras sequências decorrentes das anteriores e em cronologia. A cronologia é descontínua em alternância, pois algumas sequências de menor importância interrompem a narrativa maior a fim de explicar os fatos citados pelo locutor. Nesta matéria, podemos dizer que o locutor é um autor-escritor, que testemunha um projeto de escritura através de um processo de narração. Assim, o leitor possível é convocado a reconhecer o projeto de escritura e precisa ter competência de leitura.

O modo argumentativo também é bem evidente nesta reportagem, utilizando a descrição narrativa para construção de um quadro de raciocínio e a argumentação de autoridade para fundamentar sua tese. Assim, a tese construída pelo locutor é de que Michel Temer é a favor do impeachment de Dilma para que ele possa assumir o cargo de presidente do Brasil e, assim, ganhar o benefício de “blindagem judicial”. Para comprovar a tese, o autor da reportagem utiliza diversos argumentos e modos de raciocínio ao longo do texto. Já no 1º parágrafo, o locutor utiliza a dedução, seguida de explicação, para argumentar como o presidente interino já possuía um esquema para livrá-lo de possíveis “vexames” na abertura das Olimpíadas 2016. Tais modos de raciocínio podem ser vislumbrados neste trecho: “Tudo para impedir ou abafar vaias ao presidente interino diante das autoridades presentes e dos bilhões de pessoas a assistir pela tevê. Para dar certo, uma semana antes o governo demitira o chefe do cerimonial da Rio-2016, Fernando Igreja, episódio a alimentar rumores entre diplomatas de que o embaixador foi espionado pelo aparelho de segurança Temer e punido por ‘dilmismo’”.

No 2º parágrafo, observa-se a dedução por silogismo no trecho “Se assumir a Presidência de forma plena com aprovação do impeachment, desfecho para o qual atua com paixão, evitará de ser investigado em tramas suspeitas”. Já no 3º parágrafo, o locutor faz uso da explicação pragmática no trecho: “A busca por blindagem ajuda a entender porque o peemedebista e seus articuladores políticos querem liquidar o impeachment no Senado logo, até o fim de agosto”. Na sequência, o 4º parágrafo traz uma explicação por cálculo: “Por causa dessa combinação de interesses políticos e econômicos, nem com o triunfo do impeachment Temer poderá sentir-se seguro de

comandar o País até 2018”. Passando para o 6º parágrafo, nota-se que o locutor faz uma dedução pragmática acerca do presidente interino: “De qualquer forma, ele luta para consolidar-se no poder e proteger-se para o que der e vier no seara judicial”. Todos esses argumentos demonstram a finalidade persuasiva do texto e a tentativa do locutor de comprovar a tese defendida.

Mais adiante na reportagem, o locutor faz duas associações de idênticos. A primeira, em meados do 10º parágrafo, sobre a votação do processo de impeachment de Dilma no Senado: “Resultado tão previsível quanto as medalhas de ouro do nadador Michael Phelps”. A outra, já no 11º parágrafo, sobre a forma como o presidente interino agiu durante as votações do processo: “Já Temer mais uma vez não fez cerimônia. Cabalou votos para o impeachment feito candidato em campanha, e não um vice à espera do desenrolar de acontecimentos dramáticos”. No parágrafo seguinte, o locutor faz uso da explicação hipotética sobre a apresentação do projeto “Novo Chico” por Michel Temer: “Uma tentativa de cativar senadores do Nordeste, região campeã do “Fora Temer”, como Antonio Carlos Valadares, do PSB de Sergipe e pró-impeachment, e Otto Alencar, do PSD da Bahia e que se manteve pró-Dilma, ambos presentes no evento”.

Já no 16º parágrafo, o seguinte trecho apresenta a explicação pragmática sobre a postura de adiar o julgamento de Eduardo Cunha: “O caso Cunha cozinha em banho-maria graças ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia, do DEM. Ele leu o processo no plenário na segunda-feira 8, o que projetaria uma votação para o dia seguinte, mas na surdina tramou outro desfecho. Tramoia de fácil compreensão. Proteção ao interino. Maia é genro de um dos notáveis do governo provisório, Moreira Franco, o homem das privatizações. E parece fechado com Temer”. No 21º parágrafo o autor da reportagem também usa a explicação, porém a hipotética, para explicar o excesso de encontros entre Temer e Gilmar Mendes: “Caso se convença de que ele não tenha a serventia imaginada, a elite política econômica poderá usar a Justiça Eleitoral para livrar-se do peemedebista. O que explica o interino namorar o presidente do TSE desde as primeiras horas no poder, literalmente”.

O mesmo modo de raciocínio usado acima pode ser vislumbrado no início do 24º parágrafo da reportagem. O locutor utiliza a explicação hipotética no trecho seguinte: “Mendes envolver-se desta forma no impeachment, abertamente e perfilado em uma das trincheiras, também é história conhecida. Em julho de 2015, o magistrado foi a um café da manhã na casa do então presidente da Câmara Eduardo

Cunha para discutir o assunto”. No último parágrafo e frase final da reportagem, o trecho “O peemedebista chegou lá. Mas parece cercado, em um beco sem muitas saídas” traz uma concessão restritiva do locutor. Sendo assim, todas as passagens acima sustentam a tese de que Michel Temer busca uma “blindagem judicial” como benefício do impeachment de Dilma.

Dessa maneira, é possível perceber que a reportagem carrega diversas marcas do raciocínio argumentativo, como a ironia e a associação. Esse raciocínio tem o objetivo de comparar os fatos ou acontecimentos às diversas situações olímpicas, como podemos perceber nos trechos: “aparelho de segurança de Temer” e “as medalhas de Michael Phelps”, respectivamente. Outra marca argumentativa é a citação de fontes que trazem a tese do “golpe”, tão enfatizado nas diversas publicações da Carta Capital sobre o impeachment, como pode ser observado nos seguintes trechos: “Sanders acredita que a Casa Branca deveria levar em conta que muitos brasileiros e observadores apontam um “golpe” sem razões jurídicas” e “Enquanto uma nova etapa do impeachment era votada no Senado, os deputados petistas Pauto Teixeira, Paulo Pimenta e Wadih Damous recorreram Organização dos Estados Unidos (OAE) para tentar anular o processo de deposição de Dilma. Segundo eles, há um “golpe” em curso e este conta com a cumplicidade do Congresso e do Judiciário, daí ser inútil arriscar ações no Brasil”.

Finalmente, no que se refere à análise da imagem, iremos considerar as nove imagens presentes ao longo das seis páginas ocupadas pela reportagem. Todas elas são signos icônicos, pois se tratam de nove fotografias. A primeira delas divide as páginas 34 e 35 e trazem o presidente interino Michel Temer no palanque de discurso durante a abertura das Olimpíadas no Rio. Na imagem, Temer aparece de perfil, com rosto sem expressão aparente e vestindo terno escuro. Ele aparece na ponta direita da foto, com um microfone à sua frente e olhando para uma multidão de pessoas presentes no Maracanã. A imagem apresenta tons escuros e Temer está nítido em primeiro plano, enquanto o público presente aparece em segundo plano de forma apagada.

Abaixo desta imagem, aparecem duas outras fotografias de personalidades que, segundo a reportagem, são ameaças à tomada de poder pelo presidente e sua consequente blindagem judicial, tese levantada pelo locutor no texto publicado na Carta Capital. Na página 34 a fotografia é de Marcelo Odebrecht, condenado na Operação Lava Jato. O empresário aparece de perfil, sentado e trajando terno. Na

imagem, ele sorri um pouco sem jeito e apresenta um olhar arregalado. O fundo da imagem é difícil de identificar, mas ele parece estar dentro de uma sala, com uma janela aberta ao fundo. Ao seu lado, na página 35, outra personalidade citada na reportagem. Sérgio Machado, também condenado na Lava Jato, aparece de frente para a foto, vestindo terno, com olhar tranquilo e meio sorridente. Atrás do senador, observamos um vidro que mostra, ao fundo, um porto com navios ancorados. A legenda, que se refere as três imagens, diz: “Contrastes. As vaias irrecorríveis na inauguração das Olimpíadas, enquanto Marcelo Odebrecht e Sérgio Machado abrem a boca”.

As fotografias descritas acima trazem uma representação das informações apresentadas ao longo da reportagem. Com a imagem de Temer durante a abertura das Olimpíadas, apesar de não ser possível ouvir as vaias, traz uma proximidade do leitor com o momento. A falta de expressão do presidente interino na ocasião do registro da imagem demonstra que ele não está confortável na posição ocupada naquele momento. Detalhe também para as pessoas que estão mais próximas de Temer, ao fundo, elas estão sentadas, e não de pé para ouvir um presidente discursar. Por outro lado, a finalidade das fotos dos delatores da Lava Jato, pode ser encarada como uma tentativa do locutor criar no público uma aproximação com os envolvidos na reportagem. Elas aparecem com menor destaque e apenas compõem a diagramação da matéria, sem grandes impactos.

Nas páginas 36 e 37, quatro outras fotografias se apresentam. A de maior destaque divide as duas páginas e traz uma foto, tirada de cima para baixo, do Senado Federal. Nela estão algumas pessoas sentadas, outras em pé e algumas, ainda, em grupos, como se discutissem algum assunto. Pelo ângulo e que foi tirada, não é possível identificar as quem são as pessoas e nem qual a ocasião, mas é possível contar cerca de 50 pessoas presentes. À direita desta imagem, outra fotografia. Nesta aparece o político americano Bernie Sanders discursando, com a mão direita levantada e junto de uma placa com alguns dizeres em inglês que parecem ser o slogan de sua campanha. Abaixo da imagem, ainda notamos uma frase em destaque: “Sanders taxativo: os EUA não podem calar diante do golpe. Democrata iludido”.

Ainda temos, na página 36, a fotografia do procurador-geral Rodrigo Janot, vestido com terno. Ele aparece com a mão esquerda levantada, como se fizesse um juramento e, à sua frente, notamos um microfone. Sua expressão é séria e sua boca esboça uma pronúncia. Ao seu lado, na página 37, observamos a fotografia do

presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Ele aparece fotografado de frente, mas olhando para o lado distraído. No momento da foto, ele está vestindo terno e gravata e está com a mão direita na cabeça. Sua expressão é de preocupação. A legenda, que atende as duas últimas fotografias citadas acima, bem como a imagem do Senado, diz o seguinte: “Em marcha. O Senado encaminha o impeachment. Janot muda de opinião e Maia apoia o novo sonho eleitoral do interino, que tanto incomoda os tucanos”.

As quatro fotografias apresentadas nas páginas 36 e 37 têm finalidades parecidas. A de Bernie Sanders, que aparece acompanhada de uma legenda ou frase em destaque, demonstra que importantes políticos de outras nações também acreditam que o impeachment de Dilma é um golpe, posição defendida pela Carta Capital e exposta na reportagem, ainda que de forma pouco explícita. O locutor ainda usa a expressão “democrata iludido” ao final da legenda para causar no leitor a sensação de que o golpe já está em fase final e não há muito que fazer em relação ao quase certo afastamento definitivo de Dilma. Já a fotografia do salão do Senado Federal, juntamente com a de Janot, a de Maia e a legenda, demonstra que o locutor já se encontra conformado com o afastamento de Dilma e que, o foco agora, é na consolidação do golpe com Temer assumindo o poder.

As duas últimas fotografias aparecem, respectivamente, nas páginas 38 e 39. A primeira é traz o economista Nilson Teixeira enquadrado da cintura para cima. Ele se apresenta de terno e gravata, em pé e com os as mãos posicionadas com a palma para cima, próximas ao peito. Sua expressão facial é séria e ele estava, provavelmente, pronunciando algo. O fundo da imagem é uma parede azul. Abaixo da foto ainda é possível notar uma legenda em destaque: “Diz Nilson Teixeira, do CreditSuisse: a confiança em Temer ‘pode acabar em novembro’”.

Entendemos que a finalidade deste signo icônico foi dar ênfase a uma fala do economista, provocando no leitor uma ideia de que Temer corre risco de não conseguir se manter na presidência após novembro, tempo limite, segundo Nilson Teixeira, para Temer “adotar uma política fiscal mais firme e, no primeiro momento, impopular, mas comprometida com a consolidação fiscal”.

4.2. Comparação e Interpretação

Reportagem 1 (Veja) x Reportagem2 (Carta Capital)

Neste momento, faremos uma comparação entre as reportagens 1 e 2 visando analisar quais os procedimentos discursivos utilizados pelas revistas para construir os

imaginários acerca do momento político vivido pelo Brasil no período da publicação. A data de veiculação destes textos foi 13 de abril de 2016, ou seja, quatro dias antes da data da votação do prosseguimento do processo de impeachment de Dilma, na Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016.

A revista *Veja* traz um posicionamento favorável ao impeachment e, por isso, naquele momento seu foco era denegrir a imagem da presidente, justificando assim a necessidade do prosseguimento do processo de impeachment. Já a *Carta Capital* é contrária ao impeachment e, por considerar que as pedaladas fiscais não são motivo de destituir uma presidente eleita democraticamente, afirma que o processo contra Dilma é um golpe. Para justificar a tese do golpe, a revista tenta denegrir a imagem de Eduardo Cunha, presidente da Câmara e um dos principais responsáveis pela instauração do processo de impedimento.

Em relação a organização discursiva utilizada pelos periódicos, notamos que a *Veja* possui um discurso mais simples, voltado para o grande público. Por sua vez, a *Carta Capital* utiliza uma linguagem formal. Esse tipo de linguagem, como dito anteriormente, pode ser explicada pelo público leitor da revista, considerado intelectualizado e culto. Destaque também para os saberes elucidados em ambos os textos, que são saberes de crença e não de conhecimento e, por isso, o ponto de vista dos locutores é subjetivo.

Por fim, ressaltamos a forte utilização de imagens nas reportagens, que visam reforçar as teses defendidas por cada um dos veículos. Na *Veja*, a tentativa é de apontar Dilma como “diabólica”, envolvida em corrupção, em esquemas de troca de cargos por votos e como uma governante inexperiente que irá “liquidar” o governo. Por outro lado, na *Carta Capital*, vislumbramos uma associação de Cunha com Michel Temer, na tentativa de golpe contra a presidente. Vale destacar, ainda, que neste primeiro momento, que precede a 1ª votação do processo, o foco da *Carta Capital* não era dizer que o processo é um golpe, mas sim deslegitimá-lo para evitar seu prosseguimento.

Conforme a descrição realizada acima, foi possível perceber que o procedimento enunciativo elocutivo foi predominante na reportagem da *Veja*, demonstrando que os locutores exercem uma relação ‘consigo’ mesmo, realizando avaliações de comportamento e se engajando na construção dos imaginários sobre a presidente Dilma Rousseff. Por outro lado, na reportagem da *Carta Capital*, o comportamento mais recorrente foi o delocutivo. Apesar desse comportamento

predominar, notamos que há um apagamento do ponto de vista do locutor, pois ele utiliza o discurso relatado por terceiros em favor da sua argumentação, por meio da seleção das ‘falas’ das fontes da matéria.

As reportagens também divergem nos procedimentos discursivos utilizados pelos locutores durante a descrição. Na *Veja*, os locutores fazem uso, principalmente, do procedimento de nomear, promovendo uma identificação dos envolvidos. Mas, diferente do que propõe Charaudeau (2014), acreditamos que o objetivo não é informar apenas, mas, acima de tudo, incitar e persuadir o leitor. Também muito recorrente, foi a utilização do procedimento de localizar-situar, procedendo uma construção objetiva do mundo com as finalidades de contar e explicar ao leitor as razões de os locutores defenderem a tese de que Dilma está colocando o governo em “liquidação”. Já na *Carta Capital*, o locutor investe no uso do procedimento de localizar-situar, com as finalidades de contar e de incitar o leitor a comprovar a tese defendida. Para isso, descreve vários acontecimentos que demonstram a participação de Cunha no ‘golpe’ contra Dilma.

Ambas as reportagens apresentam, além de uma narrativa geral que visa defender uma tese, oito pequenas narrativas que abordam episódios políticos relevantes ou uma construção discursiva de persuasão, que tenta convencer o leitor da tese abordada nos textos. As narrativas da reportagem da *Veja* são ligadas pelo princípio da intencionalidade, visto que uma sequência motiva a próxima e assim por diante. Tal princípio nos mostra que o objetivo dos locutores é realmente construir uma narrativa persuasiva, no qual o leitor termine sua leitura concordando com a tese defendida. No texto da *Carta Capital*, as sequências são ligadas pelo princípio de encadeamento de sucessão. Esse princípio combina a intencionalidade e a coerência e, apesar de uma sequência não depender da anterior, elas são dispostas de forma que o raciocínio seja construído de maneira linear e contínua.

Por fim, a argumentação proposta nos textos nos permitiu identificar quais os imaginários sociodiscursivos utilizados pelas revistas para defender seus posicionamentos editoriais. Na *Veja*, observamos o imaginário de que Dilma é associada ao Diabo e essa associação é feita a partir do questionamento de sua ética. Esse imaginário, que é reforçado pelas imagens presentes na reportagem, é percebido quando os locutores defendem que ela ‘troca cargos por votos’ contra o seu impedimento e de que ela está envolvida com políticos que respondem processos de corrupção. Também notamos que ao utilizar as palavras “liquidação” e “saldão”, os

locutores criam o imaginário de que a presidente quer liquidar, saldar, acabar com o governo. Assim, além da imagem negativa pessoal de Dilma, que está relacionada a sua ética, também há uma depreciação de sua imagem enquanto administradora e governante do país. Todos esses imaginários têm como finalidade legitimar o processo de impeachment de Dilma Rousseff.

Na Carta Capital, por sua vez, os imaginários propostos também estão relacionados à ética, porém o alvo é Eduardo Cunha. Para deslegitimar o processo e defender a tese do golpe, a revista acusa o presidente da Câmara de abusar do poder e facilitar a instauração do processo de impedimento de Dilma, visando tirar de si o foco pelos dez processos aos quais ele respondia. O texto coloca Dilma como vítima e defende a tese de que Cunha é o grande responsável pelo processo que a presidente irá enfrentar, tendo se associado a Michel Temer para dar um golpe no governo, do qual ambos se beneficiariam. Sendo assim, a matéria defende o imaginário do afastamento de Dilma como golpe, resultante da articulação de políticos inescrupulosos que se beneficiarão do processo. Há, ainda, a promoção do imaginário do campo político como espaço de disputas, intrigas, conluios.

Concluimos que, mais do que apresentar os fatos e fazer uma interpretação dos mesmos, as reportagens da Veja e da Carta Capital assumem seus posicionamento de forma engajada e explícita, através da tentativa de persuadir o leitor a concordarem com as teses defendidas. Por se tratar de um contexto político, a ética dos envolvidos é constantemente colocada à prova, por meio do julgamento de suas atitudes e comportamentos. Esse questionamento quanto à ética dos envolvidos permite que o leitor possa acompanhar o raciocínio dos locutores e, ao final do texto, concordar ou não com a tese defendida.

Reportagem 3 (Veja) x Reportagem 4 (Carta Capital)

Da mesma forma que as reportagens anteriores, iremos comparar as reportagens 3 e 4, que foram publicadas em 4 de maio de 2016, sete dias antes da 2ª votação do processo de impeachment, no Senado Federal. Na época, a expectativa era saber se o processo realmente seria aberto e Dilma afastada por 180 dias para as investigações. Assim, o foco das reportagens de Veja e Carta Capital, naquele momento, era mostrar como estava a imagem do Brasil para as outras nações, em função do cenário político que se apresentava. Foi neste período que as revistas começaram a assumir argumentações mais consistentes em relação ao que os

apoiadores do PT chamaram de golpe contra a presidente e contra a democracia. Até mesmo a revista *Veja*, que apoiou o impedimento de Dilma, usou o termo golpe em seu texto, com objetivo de refutá-lo.

Seguindo o formato discursivo das reportagens 1, a reportagem 3 também apresenta um texto mais claro e objetivo. O locutor aposta em citações diretas e indiretas para comprovar a tese de que não existe golpe e que o processo de impeachment é legítimo e seguiu os ritos da Constituição. Já a *Carta Capital* mantém seu padrão formal, com uma organização textual de difícil interpretação para os mais leigos, pelo conhecimento intertextual exigido do leitor, pela organização sintática e pelo vocabulário utilizado. A argumentação do locutor é pautada em suas opiniões individuais e na vivência deste enquanto diplomata. Ele visa comprovar a tese do golpe destacando a vitória democrática de Dilma nas eleições e o governo igualitário promovido por ela.

Na reportagem 3, o procedimento encuniciativo predominante é o delocutivo, havendo um certo apagamento do ponto de vista do locutor. Para convencer o leitor da tese defendida, o locutor faz uso de asserções e do discurso relatado dos veículos internacionais. Já na *Carta Capital*, o oposto acontece e a reportagem 4 apresenta um comportamento predominantemente elocutivo, onde o locutor apresenta sua opinião explicitamente. Neste texto, o leitor se depara com um engajamento do locutor em declarações e na aceitação ou recusa de certos comportamentos de Dilma e da elite brasileira.

Em relação aos procedimentos descritivos, a reportagem 3 constrói sua persuasão baseando-se utilização do procedimento de nomear, no qual identifica os veículos internacionais que se manifestaram em relação ao processo de impeachment. Porém, da mesma forma que na reportagem 1, a finalidade não é apenas informar, mas também persuadir o leitor a tomar as informações como verdadeiras visto que foram publicadas por veículos de comunicação de grande importância. Já a concorrente *Carta Capital*, traz o procedimento de qualificar como um dos principais em sua argumentação. Ao qualificar o comportamento da elite brasileira e também as atitudes do governo Lula e Dilma, o locutor demonstra sua opinião em relação a cada um deles. Sendo assim, o locutor procede uma construção subjetiva do mundo com a finalidade de incitar o interlocutor a compartilhar sua opinião e aceitar a tese de que são os acontecimentos produzidos internamente os responsáveis por uma possível imagem negativa do Brasil.

Voltando à reportagem 3, verificamos que o texto aborda uma narrativa central única, a de que os veículos internacionais não compraram tese do golpe, defendida por Dilma e seus apoiadores. As sequências narrativas deste texto se ligam por meio do procedimento de encadeamento de paralelismo, visto que são regidas por diferentes actantes, mas convergem no final. O ponto de vista do locutor é externo e objetivo. Ao contrário, a reportagem 4 apresenta pequenas narrativas internas ao texto, que irão formar a narrativa principal. Neste texto, as sequências estão ligadas pelo princípio do encadeamento de sucessão, pois elas se apresentam de forma linear e consecutiva, uma introduzindo a seguinte. Também verificamos que o princípio da localização norteou as construções narrativas de ambas as reportagens, uma vez que a da Veja apresenta a localização dos veículos de comunicação ao redor do mundo e a Carta Capital trata de um período histórico (tempo) vivido pelo Brasil (espaço). Quanto ao ponto de vista do narrador, na reportagem 4 o locutor está interno ao texto, visto que ele participa da história contada e, portanto, sua construção é subjetiva.

As análises realizadas no tópico anterior nos permitiram extrair os imaginários presentes nas duas revistas. Na Veja, verificamos o imaginário de que o impeachment é legítimo e que, a tese de que o processo trata-se de um golpe não foi aceita pela imprensa internacional. Estes imaginários têm a finalidade de derrubar a tese do golpe, defendida pelos grupos apoiadores do governo Dilma. Além disso, o texto também tenta construir um imaginário de que a presidente desconhece a opinião internacional, fazendo referência a uma falta de percepção da protagonista. Outro imaginário que está presente na reportagem 3 é o de que os veículos estrangeiros são referências que possuem credibilidade e idoneidade. Por fim, ainda verificamos o imaginário de que o impeachment possui mais apoiadores do que os que acreditam que o processo se trata de um golpe, haja vista as buscas do Google pelo termo ‘impeachment’ do que pelo termo ‘golpe’.

Por outro lado, na reportagem 4, verificamos imaginários acerca da elite brasileira e dos governos petistas. Em relação ao primeiro, notamos que os locutores tentam construir um imaginário de que essa elite é alienada, não estando preocupada com os acontecimentos políticos de seu país, mas sim com a imagem que o Brasil terá na visão dos estrangeiros. Ao mesmo tempo, o locutor também produz o imaginário de que a elite brasileira possui complexo de inferioridade. Em relação aos governos de Lula e Dilma, os imaginários são de justiça e igualdade, que visam

fundamentar a tese de que o impeachment é ilegítimo, tratando-se de um golpe. Esta ilegitimidade do processo seria a causadora de uma má impressão dos estrangeiros em relação ao Brasil e está pautado num fundamento de ordem social. Os locutores ainda manifestam um apoio à reforma do sistema político-eleitoral brasileiro, criando um imaginário esse processo seria problemático. Tal imaginário corrobora também para a tese do golpe, uma vez que Dilma foi eleita democraticamente e teria direito de exercer seu mandato até o final.

Com base nos imaginários citados acima, concluímos que as reportagens tratam da opinião de estrangeiros em relação ao processo de impedimento de Dilma. Cada revista utiliza essa imagem do Brasil a seu favor: a *Veja* para defender a continuidade do processo de impeachment e a *Carta Capital* para denunciar o que seria um golpe contra a democracia do país. Nesta comparação, é importante pontuar a participação do locutor na reportagem da *Carta Capital*, na qual ele se posiciona explicitamente e se coloca como participante da história contada e traz uma visão subjetiva e uma forte carga de opinião para o texto.

Reportagem 5 (Veja) x Reportagem 6 (Carta Capital)

As reportagens 5 e 6 foram publicadas em 17 de agosto de 2016, quatorze dias antes da votação final do impeachment no Senado. Na época o impedimento de Dilma já era dado como certo pelas duas revistas e, sendo assim, o foco das matérias é no presidente interino Michel Temer e suas primeiras ações enquanto governante do país. Assim como nas duas reportagens da *Veja* analisadas anteriormente, a reportagem 5 apresenta linguagem simples, porém o texto não possui compreensão fácil, visto que trata de assuntos relativos à economia. Vale destacar que a *Veja* assume uma posição ambígua sobre o governo interino, ora dando crédito a Temer e ora cobrando atitudes mais concretas dele. Já a *Carta Capital* assume uma postura contrária ao governante, inclusive o acusando de se aproveitar do processo de impedimento de Dilma para conseguir blindagem judicial no cargo de presidente.

O texto da *Veja* apresenta uma predominância do comportamento delocutivo, no modo enunciativo. Toda a argumentação é construída com base em discursos relatados por fontes favoráveis ao governo e, também, por empresários receosos em relação à postura contida de Temer. Sendo assim, o locutor pondera as ações de Temer, fazendo críticas ao governo interino e, ao mesmo tempo, justificando as razões para essa atitude cautelosa do presidente. A *Carta Capital* também traz uma

grande recorrência do comportamento delocutivo, que se expressa por meio do discurso relatado e de asserções por parte do locutor. O texto também traz uma retrospectiva de várias atitudes de Temer antes de assumir a presidência de forma interina até o momento atual da reportagem, onde Temer é vaiado na abertura das Olimpíadas no Rio.

No que se refere ao modo descritivo, ambas as reportagens trazem a recorrência do procedimento de localizar-situar, que tem como finalidade demonstrar ao leitor como e onde as ações de Temer ocorreram. Na *Veja*, o procedimento de nomear também aparece com frequência, quando o locutor traz as vozes de empresários e do ministro da Fazenda do governo interino, Henrique Meirelles. Já na *Carta Capital*, o procedimento de qualificar é mais recorrente e é utilizado pelo locutor para denegrir a imagem do interino perante os leitores, desqualificando seu governo.

Retomando o texto da *Veja*, observamos que as quatro narrativas presentes são regidas pelo princípio da coerência, visto que os acontecimentos são pontuados de forma cronológica pelo locutor. O ponto de vista dele é objetivo e externo. Por outro lado, a reportagem 6 é muito mais extensa e traz quatorze narrativas para construir a tese de que Temer busca blindagem judicial para si através do impedimento de Dilma. As sequências desta reportagem são regidas pelo princípio da localização, pois apontam diversas situações vividas por Temer e, ao mesmo tempo, pelo princípio de encadeamento de sucessão, visto que uma sequência motiva a seguinte.

Com base nas análises apresentadas no tópico anterior, também extraímos os imaginários sociodiscursivos sobre Michel Temer, presentes nas duas reportagens. Na *Veja*, o locutor constrói o imaginário de que o governo interino tem sido bem sucedido, uma vez que por se tratar de uma administração provisória do país, ele não teria a obrigação de solucionar todos os problemas. Esses imaginários nos levam a perceber que é construída uma imagem de um interino cauteloso, devido ao momento de incerteza do prosseguimento de seu governo. Outro imaginário presente no texto é que o impeachment devolveria a estabilidade econômica ao país, utilizando assim o discurso de ordem econômica para justificar o impedimento de Dilma.

Por sua vez, a *Carta Capital* apresenta de que um governo golpista é impopular, tendo em vista o vexame vivenciado por Temer na abertura das Olimpíadas, as “tramas” do interino para tirar Dilma do poder e o apoio do mesmo

ao impeachment em razão de favorecimento próprio, com a blindagem judicial. A análise também nos permitiu identificar que a Carta Capital vê o impeachment como certo e, ao invés de defender a inocência de Dilma, opta por desqualificar o governo de Temer. Desta maneira, entendemos que a finalidade das reportagens publicadas no período que antecedeu a conclusão do processo de impedimento era analisar (Veja) e criticar (Carta Capital) o governo interino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme elucidado nos objetivos, esta pesquisa buscou verificar os imaginários sociodiscursivos sobre o processo de impedimento de Dilma Rousseff presentes nas revistas *Veja* e *Carta Capital*. Estes imaginários nos permitiram compreender que, para construir as teses de impeachment e golpe, os periódicos utilizaram argumentações que variaram de acordo com as fases do processo. Antes da votação na Câmara dos Deputados, o foco era legitimar ou deslegitimar o processo e, para isso, voltaram seus focos para os protagonistas do mesmo: Dilma e Eduardo Cunha. Por se tratar de veículos de grande circulação nacional, conquistar a adesão do leitor em seus posicionamentos políticos era essencial para manter as teses defendidas e, ao mesmo tempo, fazer com que os brasileiros se posicionassem a favor ou contra o impedimento da presidente. A discussão sobre a ética dos envolvidos reforça o papel do jornalismo de levar à população informações de interesse público.

No segundo momento analisado, que precedeu a primeira votação no Senado Federal, as reportagens voltaram seu foco para as impressões causadas pelo processo de impedimento da presidente em âmbito internacional. Por um lado, a *Veja* trouxe publicações de veículos internacionais que compartilhavam o seu posicionamento político, refutando a tese do golpe proposta por Dilma e seus aliados. Em contrapartida, a *Carta Capital* tratou das consequências internacionais desse processo, trazendo um comparativo com a Ditadura Militar que, segundo a revista, também foi mal visto pelos estrangeiros, uma vez estaria indo contra a democracia do país. Portanto, a imagem do Brasil, de acordo com os textos analisados, seria uma referência para a legitimação do processo de impeachment ou para a confirmação de que o processo seria um golpe contra a presidente Dilma.

Já às vésperas da votação final do impeachment no Senado, as reportagens analisadas deixaram de lado o processo em si, e voltaram o foco de suas argumentações para o governo interino de Michel Temer. Neste momento, os periódicos e a população brasileira já imaginavam que o processo seria desfavorável à Dilma e, por isso, avaliar as atitudes de Temer enquanto presidente era mais relevante. De um lado, a *Veja* trabalhou seus argumentos de maneira imparcial, tentando mostrar os pontos positivos e negativos dessa mudança de governo. Por se tratar de um período delicado, a revista optou por se manter neutra em relação a

Temer. Ao contrário, a Carta Capital manteve seu posicionamento contra o impeachment ao criticar as atitudes do interino. Com o impedimento de Dilma praticamente concluído, a revista buscou desqualificar Temer, defendendo a tese de que seu governo seria ilegítimo e o presidente em exercício um usurpador de poder.

Além da identificação dos imaginários, também nos propusemos a verificar as formações discursivas do texto por meio dos modos de organização. Esse procedimento de descrição e interpretação dos dados foi essencial para entendermos que, além das funções enunciativas, descritivas, narrativas e argumentativas do texto, os modos de organização serviram para construir um quadro de raciocínio complexo sobre as teses defendidas por cada revista. Sendo assim, concluímos que as reportagens visam manipular o leitor ao apresentarem apenas os fatos e informações relevantes para a construção de suas teses. Desta forma, o leitor de uma ou outra revista não consegue formar sua própria opinião em relação ao processo de impedimento, uma vez que tem acesso somente a um lado da história, ou seja, o posicionamento editorial do periódico.

Avaliamos, através dos dados deste estudo, que a finalidade das reportagens analisadas não foi apenas trazer um panorama do momento político e econômico do país, mas também convencer os leitores das revistas a compartilharem seus posicionamentos políticos. Além disso, para compreender o conteúdo das matérias é preciso que o leitor possua algum conhecimento sobre política e economia, visto que elas trazem uma abordagem parcial dos fatos, na medida em que o leitor toma conhecimento somente das informações que interessam às revistas na confirmação das teses defendidas pelas mesmas.

Destacamos ainda as dificuldades de se trabalhar com temas relacionados ao domínio político, pois compreendemos que o posicionamento das analistas do discurso, da mesma forma que o dos leitores, é definido com base em suas experiências no mundo das práticas sociais. Esse posicionamento muitas vezes interfere na forma como os textos são interpretados, tornando o processo de análise dos dados muito delicado para as autoras desta pesquisa. O não conhecimento das impressões causadas pelas reportagens em suas instâncias de recepção também foi outra dificuldade encontrada durante as análises. A falta destes dados fez com que tenhamos tomado como base as nossas próprias interpretações em relação ao conteúdo das matérias publicadas pela Veja e Carta Capital, bem como nossas próprias experiências sociais.

Outra dificuldade verificada durante a realização deste trabalho foi a definição dos gêneros jornalísticos. Tendo em vista que os gêneros são mutáveis e que a evolução da comunicação e dos aparatos tecnológicos disponíveis, tem sido cada vez mais difícil classificar textos como um ou outro gênero e, muitas vezes, eles não se encaixam em apenas uma categoria, trazendo elementos de dois ou mais gêneros. Isso reflete ainda na problemática da imparcialidade, que é considerada um mito jornalístico, uma vez que a simples escolha de palavras ou de um tema já aponta para uma parcialidade do locutor/autor. Assim, temos o que se chama de “efeito de verdade”, ou melhor, “efeito de gênero” em um texto que é muitas vezes puramente opinativo mas se apresenta como jornalístico.

Por fim, ressaltamos que este estudo não se encerra aqui. Tratando-se de um tema tão polêmico e amplamente discutido no país até os dias de hoje, mais de um ano após a conclusão do processo de impeachment de Dilma Rousseff, sabemos que a pesquisa poderia se estender e se aprofundar ainda mais, tendo em vista a quantidade de dados, bibliografias e textos existentes sobre o assunto. Porém, devido à necessidade de nos atermos ao calendário estudantil do Programa de Pós-graduação em Letras e o tempo disponível para a realização do trabalho, foi preciso restringir nossas análises. Todavia, não deixamos de sugerir e de avaliar a possibilidade de darmos continuidade à pesquisa em um projeto de doutorado. Para esse próximo estudo, uma abordagem mais profunda sobre a análise da imagem e os desdobramentos destas reportagens provocados na instância de recepção seriam caminhos interessantes.

Quanto ao que foi proposto para o presente trabalho, consideramos que o resultado foi positivo. Isto porque as análises das reportagens permitiram a identificação de imaginários sociodiscursivos e a confirmação de que as mídias manipulam através de suas escolhas lexicais, procedimentos discursivos e dos fatos e informações apresentados ao leitor. As teses de impeachment e golpe foram aceitas e não nos compete dizer qual delas está correta. Cada revista, à sua maneira, construiu um discurso sobre o impedimento de Dilma e, por meio deles, conquistaram adeptos para partilharem seus posicionamentos editoriais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Francisco. Fundamentos para a compreensão dos gêneros jornalísticos. Alceu, 2010. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu21_2.pdf>. Acesso em 14 de novembro de 2017.

BALTAR, M. Competência discursiva e gêneros textuais: uma experiência com o jornal de sala de aula. 1 ed. rev. Caxias do Sul: EDUCS, 2004. 173 p.

BARBOSA et. al. Estudo comparativo da linha editorial das revistas Veja e Carta Capital. 2014. 93. Trabalho de conclusão de curso - Universidade Braz Cubas, Mogi das Cruzes, 2014. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/227060800/TCC-Estudo-Comparativo-Da-Linha-Editorial-Das-Revistas-Veja-e-Carta-Capital>>. Acesso em: 12 de setembro de 2016.

BIOGRAFIA Carlos Lacerda. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/discursos-em-destaque/serie-brasileira/decada-1950-59/biografia-carlos-lacerda>>. Acesso em: 20 de junho de 2016.

BLUME, Bruno André. Impeachment de Dilma: uma retrospectiva, 2016. Politize. Publicado em 25 ago. 2016. Atualizado em 1 set. 2016. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/impeachment-de-dilma-retrospectiva/>>. Acesso em: 13 de setembro de 2016.

BRETON, Philippe. **A manipulação da palavra**. 1991. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/336711255/A-Manipulacao-da-Palavra-PHILIPPE-BRETON-pdf>>. Acesso em 18 de abril de 2018.

CASA da Dinda. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. [S.l.]: Wikimedia Foundation, 2006. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Casa_da_Dinda>. Acesso em: 20 de junho de 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das Mídias. 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso Político. São Paulo: Contexto, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. Linguagem e discurso: modos de organização. 2. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321.7.7.1.571-591>>. Acesso em: 10 de abril de 2018.

LAGE, Nilson. A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 6. Rio de Janeiro: Record, 2006.

LAGE, Nilson. Linguagem jornalística. 8.ed. São Paulo: Ática, 2006.

LAGE, Nilson. Ideologia e técnica da notícia. Petrópolis, Vozes, 1979.

LEANDRO, Paulo Roberto e MEDINA, Cremilda. A arte de tecer o presente (o jornalismo interpretativo). São Paulo: Media, 1973.

LINHA do tempo do processo de impeachment de Dilma Rousseff. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. [S.l.]: Wikimedia Foundation, 2006. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Linha_de_tempo_do_processo_de_impeachment_conta_Dilma_Rousseff>. Acesso em: 13 de setembro de 2016.

MARCONDES, Celso. Bem-vindos ao novo site da Carta Capital. Editado pela última vez em 12 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/bem-vindos-ao-novo-site-de-cartacapital>>. Acesso em: 13 de setembro de 2016.

MARQUES DE MELO, José. **Gêneros jornalísticos**: conhecimento brasileiro. In: MARQUES DE MELO, José e ASSIS, Francisco de (orgs.). Gêneros jornalísticos no Brasil. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

MARQUES DE MELO, José. **Gêneros da comunicação de massa**: análise dos gêneros e formatos jornalísticos. 2006b.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MARQUES DE MELO, José. Panorama diacrônico dos gêneros jornalísticos. In: Congresso Brasileiro da Ciência da Comunicação, XXXIII, 2010, Caxias do Sul/RS. Anais eletrônicos. Caxias do Sul: Intercom, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2215-1.pdf>>. Acesso em 3 de dezembro de 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes. 1999. 100p.

PEREIRA, João Marcos Duarte. **Ditadura militar brasileira**: a tentativa de normalização constitucional da ruptura institucional produzida em abril de 1964 e uma breve análise acerca do impeachment de Dilma Rousseff. Disponível em: <<http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/15640/1/Jo%C3%A3o%20Duarte%20-%20TCC.pdf>>. Acesso em 14 de novembro de 2017.

SILVA, C. L. S. VEJA: **O indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)**. 2005. 652. Tese - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/508.pdf>>. Acesso em: 30 de maio de 2016.

UBERREICH, Thiago. Retrospectiva: da reeleição de Dilma Rousseff à votação no Senado. Jovem Pan. Publicado em 11 mai. 2016. Atualizado em 12 mai. 2016. Disponível em: <<http://jovempan.uol.com.br/programas/jornal-da-manha/retrospectiva-da-reeleicao-de-dilma-rousseff-votacao-no-senado.html>>. Acesso em: 13 de setembro de 2016.

VAN DIJK, Teun A. Estruturas da notícia na imprensa. In: VAN DIJK, Teun A. Cognição, discurso e interação. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

ANEXOS

Anexo I - Reportagem 1





**FECHANDO
PARA BALANÇO!**

**ÚLTIMAS
BOQUINHAS!**

CORRA!

Para evitar sua liquidação do governo, Dilma faz uma liquidação de cargos e abre uma estúpida queima de estoque, oferecendo posições ao baixo clero da Câmara – parlamentares como Macedão e Chapadinho já aderiram e viraram o voto contra o impeachment

RODRIGO RANGEL, ROBSON BONIN E DANIEL PEREIRA



tros governantes incorreram na mesma irregularidade. É verdade, embora nenhum deles tenha pedalado tanto quanto a presidente, segundo dados do Banco Central. Faz tempo que o governo considera certa a derrota na comissão especial, uma espécie de batalha preliminar. O toma lá dá cá em curso visa a conquistar soldados para a guerra decisiva do plenário. Governistas e opositores concordam que o desfecho dessa votação é incerto.

Para que o plenário da Câmara determine a abertura de processo contra Dilma, são necessários os votos de 342 dos 513 deputados. O bloco dos defensores do impedimento vem conquistando adesões, como mostra um levantamento diário no site de VEJA. Eles eram pouco mais de 200 no início, mas ao fim da semana já chegavam perto de 300. De acordo com o Datafolha, o número já é 308. A votação está marcada para o próximo dia 17, um domingo. Até lá, como a história ensina, muita mudança há de ocorrer.

Em 1992, na véspera da votação pela Câmara do impeachment do então presidente Fernando Collor, o governo providenciou, além de cargos e verbas,



BARGANHA INÉDITA O parlamentar paraense, depois de ganhar o comando de uma superintendência do Inbra e virar o voto contra o impeachment: "Nunca ganhei nada. Agora que me ofereceram, eu não posso deixar de aceitar"



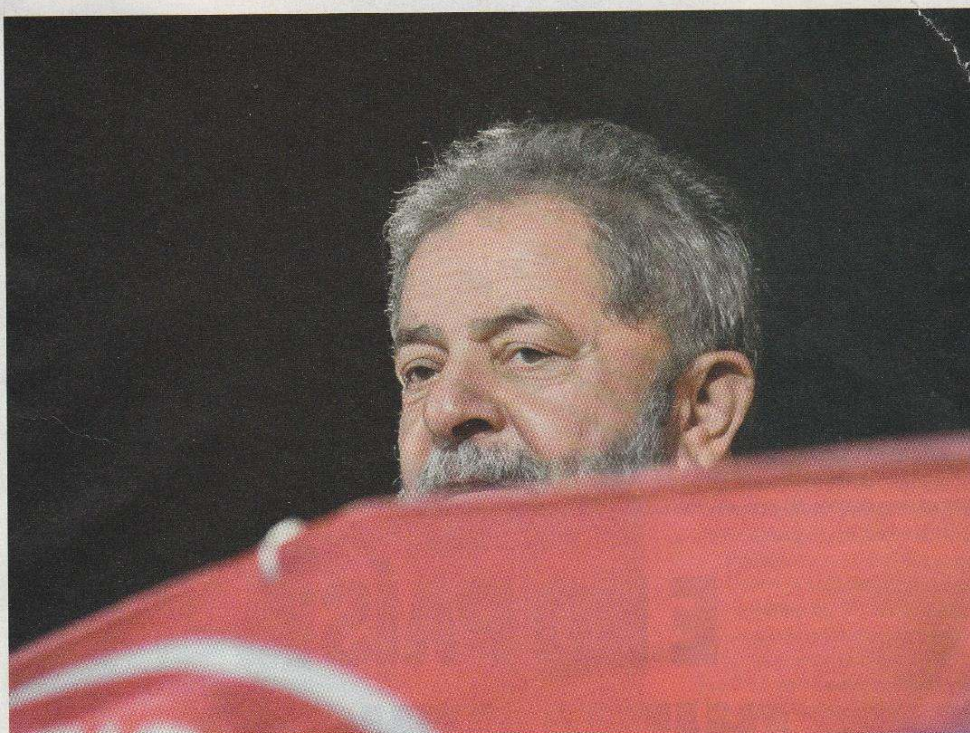
PERTO DO FIM Parlamentares comemoram a recomendação do relator: abrir o processo de impeachment contra Dilma

jatinhos para tirar deputados de Brasília e dificultar a obtenção dos votos exigidos para o impedimento. À medida que a derrota de Collor se tornava clara, excelências voltavam às pressas à capital para votar contra o presidente. A manada, como se sabe, prefere marchar ao lado dos vitoriosos. Não há, portanto, nenhuma garantia de êxito na estratégia de comprar os votos de deputados — mas é uma última tentativa. Tome-se o caso do PP, a quarta maior bancada da Câmara e o partido com mais políticos implicados no petrolão. O governo ofereceu aos caciques da sigla o Ministério da Saúde e a presidência da Caixa Econômica Federal. Na semana passa-

da, brindou, além de Macedão, quadros desconhecidos com postos de segundo escalão. O PP continua no governo, mas alguns deputados do partido foram acometidos de um surto de probidade. “Estão brincando de administração pública. Como tesoureiro do partido, Ricardo Barros (*deputado do PP candidato a ministro*) levou trinta deputados para dentro da investigação da Polícia Federal. Ele não entende de cirurgia, mas entende de operação”, ironizou o notório deputado Paulo Maluf.

A ficha corrida de seus algozes é uma das armas empregadas por Dilma na luta para manter a faixa presidencial no peito. Dilma repete com fre-

quência que uma pessoa honrada como ela, sobre a qual não pesam suspeitas de roubo, não pode ter o mandato abreviado por corruptos. O recado tem alvo certo: Eduardo Cunha, que já é réu no Supremo Tribunal Federal (STF) e acaba de enrolar-se ainda mais com a divulgação dos Panama Papers, o novo escândalo internacional (*veja a reportagem na pág. 74*). Nisso, Dilma tem toda a razão, mas sua cantilena é repleta de notas desafinadas, já que seus principais generais também estão sob investigação. Na semana passada, Lula depôs à força-tarefa da Lava-Jato, que apura se ele recebeu vantagens indevidas de OAS e Odebrecht. O pro-



O FIM ESTÁ PERTO Lula, na semana passada: Janot recomenda que o ex-presidente seja impedido de virar ministro

curador-geral da República, Rodrigo Janot, deu parecer contrário à sua posse na Casa Civil, alegando que a nomeação visou a tumultuar a investigação do petrolão. Ciro Nogueira, fiador do apoio do PP, responde a inquérito no STF por corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha no escândalo da Petrobras. O presidente do Senado, Renan Calheiros, que ameaça sentar em cima do pedido de abertura do impeachment caso passe na Câmara, responde a dez inquéritos no Supremo — sim, uma dezena completa. Nove deles são relacionados ao petrolão. Os sujeitos, portanto, são atacados por uma imaculada rodeada de mal-lava-

dos. A própria imagem da presidente está sob suspeita. Executivos que aderiram à delação premiada já disseram às autoridades que propinas abasteceram as duas campanhas presidenciais da petista, de 2010 e 2014.

O mais recente acordo de colaboração, firmado pela Andrade Gutierrez e homologado na semana passada, confirmou duas informações antecipadas por VEJA. A primeira: a empreiteira repassou 6 milhões de reais, via caixa dois, à campanha de Dilma em 2010. A segunda: o ex-presidente da empreiteira Otávio Azevedo foi pressionado pelo ministro Edinho Silva, tesoureiro da reeleição, a aumentar o valor das doa-

ções no segundo turno de 2014, sob pena de perder seus contratos na Petrobras e no setor elétrico. A mesma acusação de extorsão foi feita por Ricardo Pessoa, da UTC, e José Antunes Sobrinho, da Engevix. A presidente e o ministro Edinho negam. A delação da Andrade será compartilhada com o Tribunal Superior Eleitoral, que analisa um pedido de cassação da chapa Dilma-Temer. A sentença do TSE será proferida depois da decisão da Câmara. Ou seja: mesmo que o impeachment seja rechaçado, a esperança coletiva dos milhões de brasileiros terá uma nova chance. ■

Colaborou Ullisses Campbell

Anexo II - Reportagem 2

CAPA

Cunha corre contra o tempo

O PRESIDENTE DA CÂMARA QUER DERRUBAR DILMA PARA LIVRAR SEU PRÓPRIO PESCOÇO

por ANDRÉ BARROCAL

RÉU POR corrupção, vulgo “Caranguejo” na lista de doações da empreiteira Odebrecht, dramaturgo (ajudar pelas histórias contadas para se defender das acusações), Eduardo Cunha, o presidente da Câmara, merecia mais um epíteto: Senhor Impeachment. Suas digitais estão por todo lado na tentativa de depor Dilma Rousseff, plano que recebeu sinal verde de um relatório de DNA cunhista prestes a ser votado pelos deputados. Enquanto trama para apressar o desfecho do processo contra a presidenta, o peemedebista esperava desfrutar de certo sossego em seu infortúnio pessoal. Errou. A investigação sobre sua falta de decoro avança justamente na reta final do impeachment na Câmara, uma coincidência a expor a natureza vingativa da aceitação do pedido de cassação. Pior para os defensores do “Fora Dilma”.

Após meses travado por manobras de Cunha, o Conselho

de Ética da Câmara ouviu na quinta-feira 7 o primeiro depoimento no processo contra o deputado. A testemunha foi Leonardo Meirelles, sócio-laranja do doleiro Alberto Youssef, preso na Operação Lava Jato. Meirelles tinha empresas e contas no exterior por meio das quais auxiliava o doleiro a distribuir dinheiro sujo a políticos, entre outros. Segundo ele, sua participação na engrenagem teria rendido a Cunha 5 milhões de dólares, fruto de chantagem contra um lobista atuante na Petrobras. Graças ao episódio do achaque, Cunha tornou-se réu no Supremo Tribunal Federal.

Meirelles disse ter recebido 5,1 milhões de dólares em Hong Kong em contas de

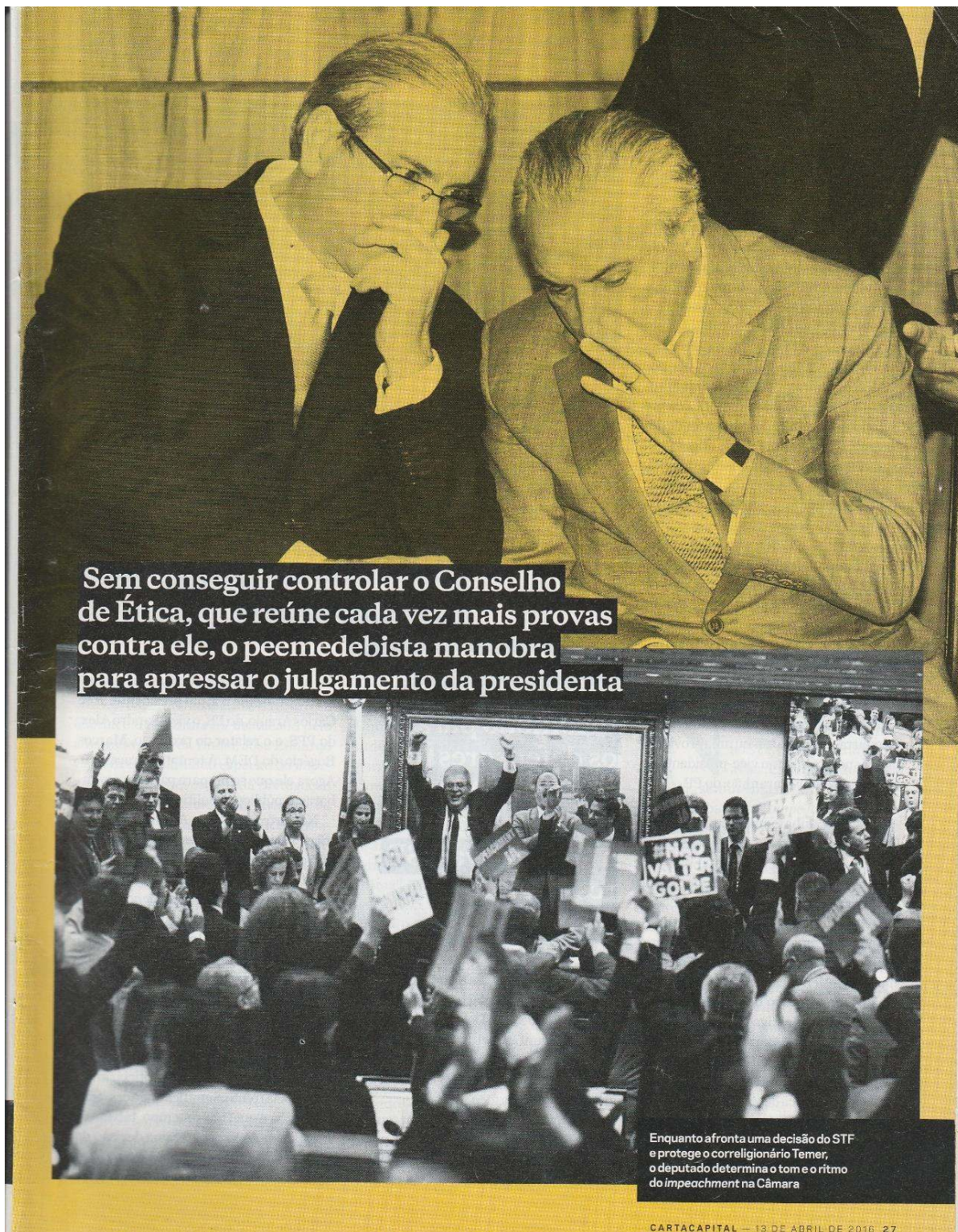
duas *offshore*, a RFY e a DGX, operado para os recursos em reais chegarem ao escritório de Youssef em São Paulo e ouvido do sócio em um almoço que o dinheiro era destinado a Cunha. Os dólares foram depositados em três parcelas, em 2012, pela Vigela Associated, empresa do lobista Julio Camargo, com quem Meirelles firmara um contrato fictício. Antigo representante no Brasil de uma fornecedora da Petrobras, a Mitsui/Samsung, Camargo teria sido achacado por Cunha: ou pagava os 5 milhões de dólares ou haveria uma devassa, por meio da Câmara dos Deputados, em contratos da Mitsui com a estatal. Uma chantagem supostamente praticada pelo peemedebista a pedido de outro personagem do submundo da petroleira, Fernando Baiano, suposta vítima de um calote do lobista.

A história já fora contada por Youssef e Camargo em delações premiadas. Meirelles é,



Meirelles, parceiro de Youssef, detalhou ao Conselho de Ética o caminho dos 5 milhões de dólares repassados a Cunha

ANTONIO FERREIRA LULA/ARQUIVAGEM/AGÊNCIA PTE
WILTON JULIÃO/REUTERS/AGÊNCIA PTE



CAPA

porém, uma desagradável novidade para Cunha. Ele acaba de fechar um acordo de colaboração, recém-homologado pelo STF, segundo seu advogado, Haroldo Nater, e entregou provas à Procuradoria-Geral da República. Em setembro passado, após negociar com o juiz Sérgio Moro, Meirelles viajou a Hong Kong para recolher documentos bancários que respaldam suas afirmações. O material praticamente completa o caminho dos 5 milhões de dólares até Cunha. Dinheiro de origem "ilícita", disse Meirelles no Conselho de Ética.

A entrada do doleiro em cena complicou o peemedebista, e não só na Justiça. Ao falar em público sobre o caso, ele aumentou o risco de cassação de Cunha e reforçou a ideia de que o *impeachment* de Dilma é um ato de vingança do presidente da Câmara. Entende-se o motivo de o deputado esforçar-se para evitar o comparecimento de Meirelles ao Conselho. O depoente pagou do bolso sua passagem a Brasília, pois Cunha não respondeu à solicitação para a Câmara bancar a viagem, uma praxe. O pedido chegou-lhe em 31 de março e só na quarta-feira 6 ele tomou uma providência. Mandou o caso ao vice-presidente da Câmara, Waldir Maranhão, do PP.

Cunha também ingressou com um mandado de segurança no STF para tentar barrar o testemunho. Em vão. A ministra Cármen Lúcia, relatora, negou a liminar. Iniciada a sessão, o advogado do peemedebista, Marcelo Nobre, tentou invalidar o depoimento. As informações de Meirelles, disse, não tinham relação com o motivo de o presidente da Câmara ser investigado, a mentira ou omissão perante os pares e o Fisco a respeito de contas no exterior. Não adiantou. No Conselho, há quem considere ser possível apurar a ética de Cunha sem restringir-se a contas no exterior, caso do líder da Rede, Alessandro Molon. Para outros, talvez dê para enquadrar o hipotético recebimento de 5 milhões de dólares no



O peemedebista voltou a ser um incômodo para os defensores do "Fora Dilma". Por isso, a alternativa TSE ressurgiu no horizonte

escopo "mentira ou omissão", pois a fortuna não teria sido declarada à Receita Federal, caso de Julio Delgado, do PSB. Até um parlamentar fiel a Cunha, Carlos Marun, do PMDB, admite que o "surgimento de provas robustas" pode ensejar uma ampliação do foco.

Com um Conselho de Ética aparentemente fora de seu controle, um dos poucos espaços livres de seu tacação, não surpreende Cunha ter tentado recentemente um

lance ousado. O peemedebista queria mudar as regras internas da Casa para afastar do Conselho o atual presidente, José Carlos Araújo, do PR, o vice, Sandro Alex, do PPS, e o relator do processo, Marcos Rogério, do DEM. A tentativa fracassou. Agora ele que se prepare para novos embaraços públicos e políticos.

Nos próximos dias, Araújo e Rogério irão a Curitiba ouvir presos pela Lava Jato, entre eles Camargo e Youssef. Os depoimentos foram acertados em reuniões da dupla, primeiro com Moro e depois com o ministro Teori Zavascki, relator no STF da ação penal aberta contra Cunha em decorrência da acusação de achaque. Além disso, o Conselho pediu a Zavascki, ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e ao Banco Central o compartilhamento de informações existentes em apurações em curso contra o peemedebista. Todos toparam. Promessa de um farto noticiário negativo pela frente. Significa que a cassação de Cunha é questão de tempo, talvez em maio, quando se espera uma decisão do Conselho? "Se a Dilma cair, talvez a situação dele melhore, ele terá mostrado força



Dilma continua a reunir apoio na sociedade. E o ministro Mello determinou que Cunha não atrepe as normas da Câmara

política e vai querer usar essa força em seu favor”, diz José Carlos Araújo.

O cordão umbilical entre o futuro de Cunha e o de Dilma foi destacado pelo advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, na comissão especial do *impeachment* na antevéspera da divulgação do parecer do relator, Jovair Arantes, do PTB. O ministro classificou o encaminhamento do pedido de cassação da presidenta como “um clamoroso desvio de poder” por parte do presidente da Câmara, que “usou de sua competência para fazer uma vingança e uma retaliação”. O peemedebista aceitou o pedido em 2 de dezembro, cerca de quatro horas depois de o PT anunciar voto a favor de sua cassação no Conselho. No mesmo dia, um dos autores do pedido, Miguel Reale Jr., declarou ter havido uma “chantagem explícita”.

Até aqui, sobram digitais de Cunha no *impeachment*. A rapidez dos trabalhos da comissão especial é resultado de um presidente escolhido com o patrocínio do peemedebista, Rogério Rosso, líder do PSD. Arantes também chegou à relatoria com a bênção do presidente da

Câmara. Apresentado na quarta-feira 6, o parecer pró-cassação foi redigido com o apoio de um advogado da confiança de Cunha, Renato Oliveira Ramos, contratado pelo peemedebista em dezembro para defendê-lo e à Casa em causas perante o STF. Curiosidade: quando o parecer foi conhecido, o ex-presidente do PTB Roberto Jefferson, condenado a sete anos de cadeia no “mensalão” do PT, foi à Câmara defender Arantes e o “Fora Dilma”. Dias antes, afirmara a *O Estado de S. Paulo*: “O bandido pelo qual eu mais torço é o Eduardo Cunha”.

A votação do *impeachment* pelo plenário em um domingo ou em um feriado, dias escolhidos para facilitar a presença de antipetistas em Brasília, também é obra de Cunha. Ele abriu seus planos, até então apenas rumores, ao governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, que na terça-feira 5 foi à Câmara preocupado em saber se teria mesmo de armar algum esquema de segurança especial para o domingo 17 ou a quinta-feira 21. O rompimento do PMDB com o Palácio do Planalto, jogada infrutífera

em suas pretensões de funcionar como “efeito manada” capaz de derrubar o governo, é outro lance anti-Dilma com o dedo de Cunha, em parceria com o vice-presidente, Michel Temer.

Este, aliás, foi protegido por Cunha em um pedido de *impeachment* idêntico ao que está em curso contra Dilma, baseado na assinatura de certos decretos orçamentários. Temer assinou a liberação de créditos suplementares quando a presidenta estava no exterior. O engavetamento foi contestado no STF, e na terça-feira 5 o relator do caso na Corte, Marco Aurélio Mello, deu uma liminar que determina a criação de uma comissão para averiguar a denúncia contra o vice. O presidente da Câmara chamou a decisão de “absurda”. Com aliados, bolou uma forma de driblar a ordem. Líderes partidários afinados com ele não indicarão os integrantes da comissão e na prática ela não será instalada.

No Palácio do Planalto, houve ministro a comemorar a aparente afronta de Cunha ao STF, com a esperança de a Corte agir contra o deputado. Não se alimenta no governo a ilusão de vencer a batalha do *impeachment* na comissão especial. Há tempos o objetivo é derrotar a proposta no plenário, hipótese crescente graças às frenéticas articulações com diversos partidos sob o comando do ex-presidente Lula. Esperança que aumenta diante dos novos apuros de Cunha. Na oposição, há quem reconheça que o deputado hoje atrapalha o sonho de tirar Dilma do poder. Talvez por isso a delação premiada de executivos da Andrade Gutierrez, uma das empreiteiras metidas na Lava Jato, tenha vazado no noticiário com informações a respeito do uso de propina na campanha de Dilma em 2014. Cassar a chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral, onde o ministro Gilmar Mendes se prepara para assumir a presidência, seria uma forma de não ficar nas mãos do “Senhor Impeachment”. •

Anexo III - Reportagem 3

The Economist

The betrayal of Brazil

SOS

The New York Times

VOTE TO IMPEACH BRAZIL'S LEADER PASSES STRONGLY

A STEP CLOSER TO OUSTER

“O caso contra Rousseff é sobre muito mais do que adotar liberalidades para equilibrar o Orçamento.”

Trecho de editorial, 18 de abril

THE TIMES

“Rousseff diz que a tentativa de impeachment é um golpe. Um golpe de Estado requer um Estado, e suas políticas desmantelaram as instituições estatais implacavelmente.”

Trecho de editorial, 15 de abril

“O STF, apesar de estar lotado de indicados do PT, definiu os ritos mas não se antecipou ao Legislativo no mérito do caso contra a presidente.”

Trecho de reportagem de capa, cuja manchete foi “A traição do Brasil”, 23 de abril

A IMPRENSA MUNDIAL NÃO CAIU NO GOLPE

Jornais estrangeiros censuram Dilma por falar em golpe onde não há golpe, mas também criticam a justificativa para o impeachment e a biografia dos protagonistas **DUDA TEIXEIRA**

A EQUIPE da presidente Dilma Rousseff está estudando levá-la para um tour no exterior. A ideia é denunciar ao mundo que a presidente está sendo apeada do poder com um golpe, uma violação da Constituição, uma agressão à democracia. A viagem ao exterior parece mesmo necessária, pois, a julgar pelo noticiário da imprensa internacional, a denúncia do golpe não colou. Em seus editoriais — artigos em que se manifesta a opinião de uma publicação —, os principais veículos internacionais souberam confrontar as acusações com a realidade do processo de impeachment em curso.

“Brasil: não é um golpe de Estado” foi o título do editorial que o *Le Monde*, da França, publicou no fim de março, duas semanas antes da votação na Câmara dos Deputados. O texto afirma que a retórica usada por Dilma e Lula é lamentável, uma vez que o impeachment está sendo “planejado e supervisionado pela Constituição brasileira”. O *Le Monde* também lembra que o Palácio do Planalto procurou defender a presidente por meio de instrumentos jurídicos, ainda que sem sucesso, o que comprova a legalidade do processo. O res-

54 4 DE MAIO, 2016

© ROBERTO STUCKERT FILHO/PR

EL PAÍS

"Que este (o processo do impeachment) esteja sendo mal utilizado pela oposição não justifica de nenhuma forma que a chefe de Estado o qualifique como um golpe."

Trecho de editorial, 30 de março



AO MUNDO Dilma, em entrevista a jornalistas estrangeiros em Nova York

The Washington Post

"Dilma Rousseff insiste que o impeachment contra ela é um golpe contra a democracia. Claramente, não o é."

Trecho de editorial, 18 de abril

peito às leis também foi ressaltado pela revista *The Economist* e pelo jornal *Financial Times*, ambos da Inglaterra, e pelo *Washington Post*, diário americano, que elogiou a maturidade das instituições do país e sentenciou: "O voto contra ela na Câmara dos Deputados no domingo foi feito respeitando a Constituição brasileira".

Algumas publicações aproveitaram para puxar a orelha da presidente e a de Lula por usarem um termo tão carregado de significados históricos no país e na América Latina. O *Post* foi didático: "Esse respeito ao estado de direito não tem nada a ver com as tomadas de poder pelos generais e outros homens poderosos que mancharam a história do Brasil". O *Le Monde* foi mais duro: "Falar de golpe em um país que há trinta anos saiu de uma ditadura militar é de gosto duvidoso. O golpe de 1964 levou à suspensão dos

direitos civis e das liberdades, ao estabelecimento da Justiça Militar para civis, à prisão e tortura de opositores, à censura da imprensa e a execuções. Dilma e o ex-sindicalista Lula sabem disso, pois foram vítimas nesse período. Esperávamos deles uma escolha melhor das palavras".

A imprensa mundial não caiu no golpe, mas fez críticas ácidas às justificativas para o impeachment — as célebres pedaladas fiscais — e seus protagonistas. O jornal *El País*, da Espanha, que em editorial publicado no fim de março afirmou não haver motivo para Dilma falar em golpe, lembrou que políticos de todos os partidos estão envolvidos em corrupção e que o impeachment se baseia em um tecnicismo, "a prática ilegal de recorrer a empréstimos de bancos públicos para equilibrar o Orçamento". Os políticos encarregados do processo de impeachment foram cri-

Le Monde

"Brasil: não é um golpe de Estado."

Título de editorial, 30 de março

ticados por diversos veículos. A *The Economist* escreveu que Renan Calheiros, presidente do Senado, é acusado de levar 6 milhões de dólares em propina de uma fornecedora de plataformas de petróleo e que Eduardo Cunha, líder da Câmara, é investigado por corrupção e lavagem de dinheiro. As suspeitas em relação a Cunha também foram citadas pelo *Post*, que falou de suas contas na Suíça.

Sem um respaldo digno de nota, a narrativa golpista foi derrotada. Os leitores também entenderam dessa forma. Tanto que, nos Estados Unidos, para cada busca no Google, em abril, com os termos *Brazil* e *coup* (Brasil e golpe), foram feitas dez com as palavras *Brazil* e *impeachment*. Diz o embaixador Rubens Barbosa: "A campanha de Dilma não tem consequências dentro ou fora do país. Só servirá para manter a militância mobilizada". ■

CAPA

SOBRE A IMAGEM DO BRASIL

O QUE DENIGRE O PAÍS NO EXTERIOR NÃO É UMA "CAMPANHA" PARA DESACREDITÁ-LO. SÃO OS FATOS INTERNAMENTE PRODUZIDOS

por CELSO AMORIM

HÁ UMA NOVA obsessão com a imagem do Brasil. Parlamentares e editoriais revelam grande preocupação com os efeitos que discursos e entrevistas da nossa presidenta (quando escrevo, Dilma Rousseff ainda é a presidenta do Brasil e espero que assim continue ou volte a ser, quando o processo se completar) possam ter na visão que os estrangeiros, naturalmente os dos Estados Unidos e Europa, têm do nosso país. Desde cedo, na minha vida política e profissional, nutro grande implicância com o que está por trás do conceito de "imagem no exterior", nada mais que uma das muitas faces do complexo colonial característico da nossa elite. Para ela, não importa o que somos, mas o que outros (especialmente norte-americanos e europeus) pensam de nós, pois no fundo "elas" (as elites) gostariam de ser "eles".

Esse parece ser o arcabouço mental dos falsos defensores do Brasil, que, quais os fariseus da antiguidade, demonstram indignação com a "campanha" que, alegam, visaria a desacreditar nossas instituições. (Na verdade, elas desacreditam apenas um processo específico.) Ademais, os indivíduos ou entidades que se dizem preocupados com a "imagem" supõem uma total desconexão entre esta e a realidade. Durante a ditadura, cidadãos foram perseguidos por contribuírem para denegrir a "imagem do Brasil", ao divulgar fatos que a nossa própria imprensa não podia publicar, mas que mais tarde teve de reconhecer. Nessa mesma época, ao tempo em que presidi a Embrafilme, ouvia, por vezes, outro comentário ainda mais aterrador. O cinema brasileiro era nocivo à percepção que se fazia do Brasil, pois mostrava muita pobreza. Os mais desavergonhadamente reacionários chegavam a dizer "mostrava muitos negros" (*sic*).

Recordo-me de um diálogo entre o meu então chefe, o equilibrado e racional embaixador George Alvares Maciel, e um diplomata de alto escalão que veio chefiar uma delegação a uma reunião da OEA. Por volta de 1972 ou 73. O enviado do governo aproveitou a ocasião para fazer aos funcionários da repartição uma preleção sobre a situação brasileira, em que sobressaiu especialmente a preocupação com a "imagem". Maciel, que não tinha papas na língua, disse ao fim: "Eu tenho uma ideia para melhorar a imagem do Brasil". Entre cético e surpreso, o autor da preleção indagou: "Qual, por favor, me diga". Maciel foi singelo: "Diga para o governo acabar com a tortura". Hoje, os "guardiães da imagem" gostariam de evitar que se consolide a visão sobre a verdadeira natureza do processo em curso no Brasil: uma transferência ilegítima do poder de um grupo político a outro, com base em alegações pouco substanciais sobre o manejo do Orçamento.

Como esse tema foi sobejamente discutido, chamo a atenção para um ou dois pontos que, penso, só foram mencionados de maneira indireta. O primeiro diz respeito à questão da imagem propriamente. Nada fez tão mal à percepção que se tem do nosso país quanto o espetáculo soturno da votação para a abertura do *impeachment* na Câmara dos Deputados. E essa percepção, infelizmente, corresponde à realidade de um sistema político-eleitoral que produz congressistas que falam em nome de Deus ou da família, quando, na verdade, defendem interesses pessoais ou paroquiais, aos quais se soma uma indisfarçável ojeriza à mudança social



Estes estavam ao pé da cruz na pintura de Bosch. Mas poderiam frequentar o Congresso Brasileiro

empreendida pelos governos Lula e Dilma.

Com acertos e erros (esses sempre existem), foram administrações voltadas para o povo e, sobretudo, para a diminuição da brutal desigualdade que caracteriza a sociedade brasileira. Esse "ódio de classe", que não é privilégio só dos muito ricos, mas é também um traço de todos os que querem manter distância daqueles que estão em um patamar abaixo do seu, além do lamentável preconceito contra a mulher, estava estampado no rosto de vários que, como em um quadro de Hieronymus Bosch, vociferavam impróprios, cada vez que um orador manifestava oposição ao *impeachment*.

Esse sistema político tem de ser mudado, para baratear as eleições e torná-las mais representativas dos anseios do povo brasileiro, seja pelo voto em lista, que fortaleceria os partidos, seja pelo distrital misto (modelo alemão), que associa o alinhamento a determinada ideologia à representação mais próxima das comunidades. Por essa razão, entre outras, é inócua a sugestão de antecipação de eleições presidenciais, sem que, ao mesmo tempo, se proceda a uma renovação em profundidade do sistema político e eleitoral, ta-

NUNCA, COMO AGORA, UM IMPEACHMENT VISAVA INSTALAR NO PODER UM GRUPO DERROTADO NAS URNAS

refa que somente uma Assembleia Constituinte exclusiva pode operar.

Outro ponto que apenas implicitamente apareceu até aqui, mesmo nas comparações muito bem feitas com situações passadas ou de outros países, é justamente o da substituição de um grupo político por outro: uma mudança de rumo que substitui um projeto reformador, consagrado nas urnas, por uma visão socialmente conservadora, característica de quase todos os governos anteriores ao de Lu-

la. Na maioria absoluta dos casos comumente lembrados, não foi disso que se tratou. Nos Estados Unidos (sempre um padrão), Richard Nixon não foi substituído por um democrata. Nem um político republicano teria sucedido a Bill Clinton se o julgamento do Senado norte-americano fosse diverso daquele que foi. Mesmo no Brasil, a saída de Collor não trouxe ao poder líderes da esquerda. Com efeito, a despeito da tendência nacionalista de Itamar e de sua sensibilidade social, a política neoliberal foi mantida, só que com maior eficiência e resultados mais palpáveis, ao menos no que toca à macroeconomia.

O que não deixará de ser motivo de espanto e estranheza para a opinião pública mundial é o fato de que o projeto de uma sociedade mais igualitária e de um país mais autônomo e participante nas questões internacionais, levado adiante pelos governos Lula e Dilma e objeto de admiração e respeito praticamente universais, dê lugar a um enorme retrocesso em direção a antigas posturas de submissão aos poderosos, no plano externo, e de complacência com a injustiça, no plano interno, não por meio de uma decisão do voto popular, mas de manobras de cúpula, conduzidas por personagens sobre os quais (mesmo mantida a indispensável presunção de inocência) pesam acusações muito mais graves do que as chamadas "pedaladas fiscais". É esse espanto e essa estranheza que "ofensivas midiáticas", ainda que com grande apoio de boa parte da nossa mídia, não conseguirão apagar, da mesma forma que o noticiário encomendado sobre o "milagre brasileiro" nos anos 70 não resgatou a "imagem" do País, conspurcada pela tortura. •

À ESPERA DO DESFECHO

Enquanto o impeachment não vem, o governo Temer cede nas medidas de contenção de despesas, e os empresários estão ficando receosos **GIULIANO GUANDALINI E BIANCA ALVARENGA**



É PARA VALER? Empresários apresentaram sugestões e quiseram saber de Temer se o ajuste será de fato realizado

A SEQUÊNCIA de recuos do presidente interino Michel Temer nas iniciativas destinadas ao controle dos gastos públicos deixou os investidores e grandes empresários brasileiros receosos. Teria o novo governo abandonado os ajustes prometidos anteriormente em prol da sua própria popularidade? Mesmo com o caixa exaurido, o governo acenou com transferências bilionárias para os governadores do Nordeste e do Norte, ao mesmo tempo em que desidratou as exigências de austeridade dos governos estaduais. Na terça-feira, momentos antes de o projeto de renegociação da dívida dos

estados ser votado na Câmara, Temer autorizou os deputados de sua base a retirar cláusulas com contrapartidas classificadas como “inegociáveis”, no dia anterior, pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

“Ao ceder às pressões, o governo perde a chance de fazer os ajustes em condições internacionais favoráveis”, diz um executivo do setor financeiro, que alerta: “Sem o controle da dívida pública, o país poderá ficar exposto quando houver uma piora nos mercados externos”. Na verdade, o governo não parece estar cedendo nos princípios. Apenas mudou de tática. Vem

tentando fazer o melhor dentro das condições políticas do momento — e ninguém espera que um governo ainda interino proceda como se não o fosse. O ponto-chave é um só: o impeachment ser sacramentado.

A credibilidade da nova equipe econômica, comandada por Meirelles, contribuiu decisivamente para o aumento da confiança dos investidores. A falta de iniciativas concretas para conter o rombo das finanças nacionais poderá reverter essas expectativas, advertem os analistas, mas só depois do impeachment. Um grupo de pesos-pesados do empresariado na-

cional foi a Brasília, na quarta-feira, para reunir-se com Temer e certificar-se de que os recuos são mera tática.

“Tínhamos o receio de que o governo estivesse fraquejando”, disse um dos organizadores do encontro. Participaram da reunião, entre outros, Pedro Moreira Salles (Itaú Unibanco), Luiz Carlos Trabuco (Bradesco), Jorge Gerdau (Gerdau), Josué Gomes da Silva (Coteminas), Pedro Passos (Natura), Carlos Alberto Sicupira (Ambev), Edson Bueno (Amil) e Carlos Jereissati (La Fonte). Na conversa, os empresários questionaram se o compromisso com as reformas é para valer. Voltaram convencidos de que sim — ainda que saibam, muito bem, das dificuldades pela frente, mesmo depois do impeachment.

O grupo reuniu-se também com Meirelles e com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que recebeu os executivos acompanhado de lideranças dos maiores partidos no Congresso. Além de manifestar suas preocupações com relação à estabilidade das finanças públicas, o empresariado enfatizou a necessidade de enfrentar a reforma da Previdência, modernizar as leis trabalhistas e simplificar o sistema tributário. Sicupira, da Ambev, relatou que sua empresa, no ano passado, precisou lidar com 29 000 procedimentos fiscais referentes somente à cobrança do ICMS, o imposto de alçada estadual. Nos Estados Unidos, como comparação, foram 1 300, levando em conta tributos federais, estaduais e municipais.

Outro assunto na pauta: como frear o poder e a influência de corporações e grupos organizados no Congresso. A resistência desses setores atrapalha a agenda de ajustes não apenas na escala federal, mas também na estadual. Por isso, na renegociação das dívidas dos estados, os governadores haviam

O VAIVÉM NO ACORDO DA DÍVIDA DOS ESTADOS

Março

Ainda no governo Dilma, surgiu a primeira proposta: reduzir o indexador que corrige as dívidas.

O alívio de **45 bilhões de reais** ocorreria mediante contrapartidas como proibição de aumento no salário de funcionários e redução dos cargos de confiança

Abril

Governadores insatisfeitos com a proposta recorreram ao Supremo Tribunal Federal. Entre outros pontos, pediam para pagar juros simples, e não compostos (“juros sobre juros”). Liminares favoráveis aos estados poderiam levar a uma perda de **402 bilhões de reais para a União**

Junho

Já no governo Temer, nova proposta: alongamento da dívida por vinte anos e isenção parcial dos pagamentos por dois anos. Impacto estimado:

50 bilhões de reais.

Em contrapartida, os governadores não deveriam aumentar seus gastos acima da inflação

Segunda-feira (8/8)

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, incluiu uma cláusula para barrar a contratação de servidores estaduais e a concessão de reajuste de salários por dois anos. Seriam contrapartidas “inegociáveis”

Terça-feira (9/8)

Alertado por parlamentares da base aliada de que o projeto poderia não ser aprovado, Temer aceitou recuar nas cláusulas sobre a contratação e o reajuste de servidores estaduais. Ficou apenas o limite para o aumento das despesas totais

entrado em acordo com o governo para incluir contrapartidas como a suspensão de contratação de servidores e o congelamento dos salários por dois anos. Mas, na hora H, os governadores não se empenharam nas negociações com suas bancadas. Meirelles e sua equipe acabaram vencidos nesses pontos — que, aliás, haviam sido estabelecidos para auxiliar os próprios governadores na contenção de despesas. Procurando dissipar a impressão de derrota, Meirelles afirmou que o essencial foi preservado — ou seja, o teto para o aumento dos gastos.

“É papel da equipe econômica mirar mais alto, propor medidas radicais, para aumentar o poder de barganha na negociação com o Congresso”, afirma João Augusto de Castro Neves, diretor para a América Latina da consultoria política Eurasia. Mas a oposição de alguns aliados surpreendeu. Deputados do Centrão, colcha de partidos nanicos em busca de sugar o Orçamento, embaraçaram as negociações. Mesmo com a retirada das contrapartidas, cerca de quarenta deputados da base aliada deram voto contrário.

A dificuldade em aprovar os primeiros projetos de maior importância torna incerto o andamento de questões mais delicadas e que exigem maior quórum, como a aprovação do teto para as contas do governo federal e a reforma previdenciária. A esperança é que o clima político, no pós-impeachment, permita que o governo aproxime o discurso da prática. “Nesse caso, um acordo é melhor que um não acordo”, analisa Castro Neves. Segundo Silvia Matos, economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), “o mercado deu o benefício da dívida ao governo. No entanto, essa paciência só vai durar se a equipe econômica demonstrar força no jogo político”. ■



Seu País

Temer se acha, mas...

INTERINO Na busca por blindagem judicial pelo *impeachment*, Temer sofre cerco do PSDB e do mercado, e vê o TSE à espreita

POR ANDRÉ BARROCAL

Michel Temer foi à abertura da Olimpíada no Maracanã sob um esquema preparado para protegê-lo de um vexame global. Seu nome não seria anunciado antes de declarar o início dos Jogos, seu discurso seria relâmpago e logo em seguida o volume de uma música subiria ao máximo. Tudo para impedir ou abafar vaias ao presidente interino diante das autoridades presentes e dos bilhões de pessoas a assistir pela tevê. Para tudo dar certo, uma semana antes o governo demitira o chefe do cerimonial da Rio-2016, Fernando Igreja, episódio a alimentar rumores entre diplomatas de que o embaixador foi espionado pelo aparelho de segurança de Temer e punido por “dilmismo”. Em vão. O peemedebista levou uma estrepitosa vaia.

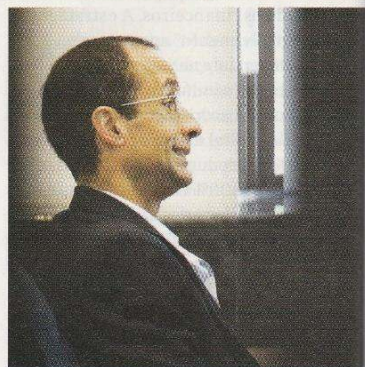
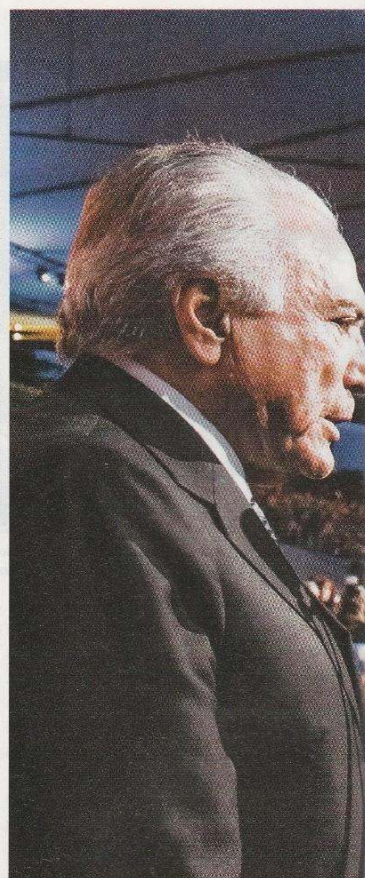
Terá mais sorte em outra “operação blindagem”? Se assumir a Presidência de forma plena com a aprovação final do *impeachment*, desfecho para o qual atua com paixão, escapará de ser investigado em tramatas suspeitas. Histórias como a cobrança de dinheiro para campanhas do PMDB feita por Temer ao empreiteiro Marcelo Odebrecht e ao ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, conforme contaram ambos em delações premiadas na Operação

Lava Jato, podem até aborrecer o interino no noticiário e no Congresso, mas sem consequências judiciais. Idem para desconfianças sobre seu envolvimento em propina no Porto de Santos e no favorecimento a uma empresa devedora do porto e financiadora de sua eleição em 2014.

A busca pela blindagem ajuda a entender por que o peemedebista e seus articuladores políticos querem liquidar o *impeachment* no Senado logo, até o fim de agosto. Nada de esperar o mês da primavera, quando devem ocorrer a homologação judicial da delação de Odebrecht e a votação da cassação de Eduardo Cunha, homem-bomba a assombrar o presidente.

Não é uma estrada tranquila, apesar do inegável desejo parlamentar de degolar Dilma Rousseff, como se viu de novo

Providencial impedimento, presidente escapa a qualquer investigação judicial

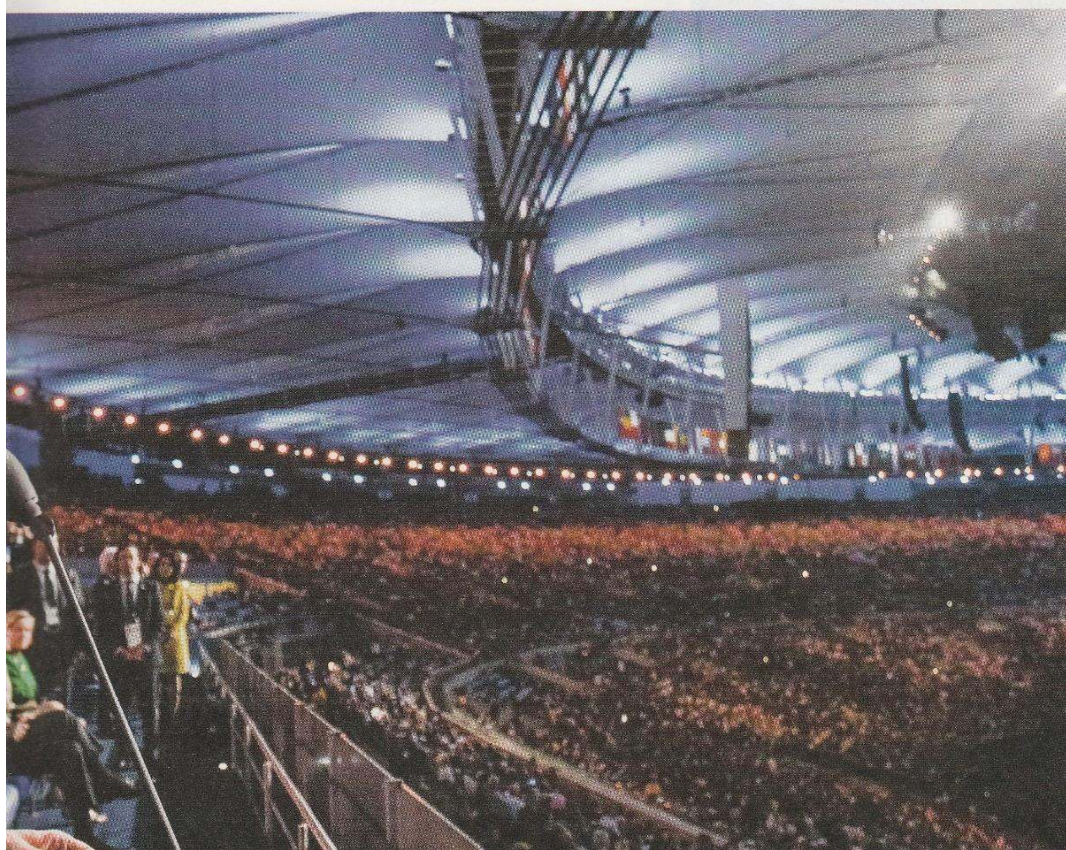


TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 40

Olimpíadas. A Justiça libera manifestações contra o golpe nos estádios



Contrastes. As vias irreconhecíveis na inauguração das Olimpíadas, enquanto Marcelo Odebrecht e Sérgio Machado abrem a boca

no Senado. O interino sofre pressões do tipo “faca no pescoço”. Indócil com a demora do governo em mergulhar no arrocho fiscal e numa agenda social e trabalhista dos sonhos do capital, desiludido com as derrotas do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o “mercado” ameaça tirar o aval a Temer. Sempre afinado

com a banca, o PSDB, segunda maior sigla governista, emana sentimentos parecidos. Com um agravante. Ninho de presidenciáveis, anda aborrecido com a mosca azul da gestão interina, que nem se firmou e já fala em reeleição.

Por causa dessa combinação de interesses políticos e econômicos, nem com o triunfo do *impeachment* Temer poderá sentir-se seguro de comandar o País até 2018. Seu futuro estará nas mãos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde uma ação de autoria do PSDB tenta cassar a

BETO BARATA/PIR; TASSO MARCELO/ESTADÃO CONTEÚDO; RODOLFO BUHREIN/REUTERS/AT/INSTOCK

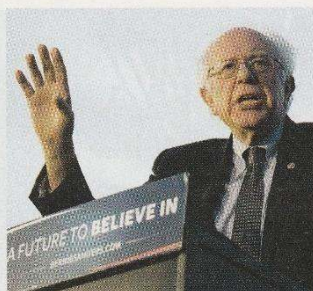
Seu País

chapa Dilma-Temer. À frente da Corte há um magistrado de indisfarçável pendor tucano, Gilmar Mendes. Mais: não se pode descartar o aproveitamento pelo TSE da delação de Marcelo Odebrecht, nem que o tesoureiro dilmista Edinho Silva, do PT, aceite uma missão partidária e faça uma delação sobre as finanças da chapa.

“Temer não tem liberdade de ação”, diz o cientista político Fábio Wanderley Reis, professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais. “Existem questões pendentes na Justiça Eleitoral, há o impacto das ações do governo na opinião pública e a contestação sobre a legitimidade do governo, a Lava Jato segue um elemento que gera incerteza e o apoio do PSDB é claramente oportunista.” Em outras palavras, o peemedebista seria mais um refém das circunstâncias do que senhor da situação.

De qualquer forma, ele luta para consolidar-se no poder e proteger-se para o que der e vier na seara judicial. Uma blindagem garantida pela Constituição, como sabe o professor de Direito Constitucional que se prontificou a negar a Constituição. De acordo com a Carta de 1988, o presidente só pode ser investigado pelo que fez no comando do Palácio do Planalto. É o entendimento do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, responsável por vigiar e apurar autoridades federais. No ano passado, após uma delação na Lava Jato citar Dilma, Janot arquivou o caso. “Há total impossibilidade de investigação do presidente da República na vigência de seu mandato sobre atos estranhos ao exercício de suas funções”, escreveu em despacho ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Com o impeachment prestes a triunfar, repousa nas mãos do chefe do Ministério Público a decisão de tomar providências capazes de impedir a consumação da blindagem. Ou de repetir Pilatos. Na segunda-feira 8, sete parlamentares levaram à Procuradoria uma representação a cobrar de Janot que entre no STF com um



Sanders taxativo: os EUA não podem calar diante do golpe. Democrata iludido

pedido de afastamento de Temer da Presidência e que investigue o peemedebista. Para eles, há “fortes indícios” de corrupção contra o interino, o qual estaria atrás de um “salvo-conduto para se eximir”.

Os congressistas invocaram dois casos que seriam semelhantes à possibilidade de Temer valer-se do cargo para se salvar. Um é o de Cunha. Por entender que o réu por corrupção usou e abusou do comando da Câmara para melar investigações criminais e por quebra de decoro, Janot requereu ao STF sua destituição do posto. Argumentação aceita pela Corte, embora o tribunal tenha apontado motivos adicionais para sua decisão.

O outro caso diz respeito à indicação do ex-presidente Lula para a Casa Civil de Dilma. De início com outra visão, Janot mudou de ideia e passou a achar que era uma tentativa de evitar a prisão do petista. Defendeu tal tese no Supremo, onde Mendes concedeu uma liminar contra a nomeação, quando caiu em seu colo a relatoria de uma ação movida pelo PPS, hoje uma legenda temerista. Quase cinco meses depois, Lula continua em liberdade, sinal do exagero de Janot, PPS e Mendes,



mas de todo modo, a liminar segue válida.

Entre os signatários da representação levada à Procuradoria havia senadores que logo votariam contra o *impeachment*, Lindbergh Farias e Fátima Bezerra, do PT, Vanessa Grazziotin, do PCdoB, e Randalfe Rodrigues, da Rede. Na madrugada da quarta-feira 10, após 17 horas de sessão,



o Senado transformou Dilma em ré por crime de responsabilidade. Será julgada ali mesmo, na última semana de agosto, provavelmente. Resultado tão previsível quanto as medalhas de ouro do nadador Michael Phelps. O placar mostrou uma folga maior para Temer do que quando do afastamento da petista em maio, 59

Em marcha. O Senado encaminha o impeachment. Janot muda de opinião e Maia apoia o novo sonho eleitoral do interino, que tanto incomoda os tucanos

votos a favor da deposição e 21 contrários (o escore anterior fora de 55 a 22).

Dilma acompanhou a sessão no Palácio da Alvorada, onde jantou com Lula, a discutir os termos de uma carta à nação até agora não divulgada. Já Temer mais uma vez não fez cerimônia. Cabalou votos para o impeachment feito candidato em campanha, e não um vice à espera do desenrolar de acontecimentos dramáticos. Afinal, para o interino, não importa se há razão jurídica para depor a mandatária, apenas se é conveniente do ponto de vista político, conforme disse

em uma entrevista à agência Reuters.

Pela manhã, Temer lançou no Planalto um plano requeentado de revitalização da Baía do Rio São Francisco, o “Novo Chico”, batismo por certo inspirado na novela global *Velho Chico*, em exibição. Uma tentativa de cativar senadores do Nordeste, região campeã do “Fora Temer”, como Antonio Carlos Valadares, do PSB de Sergipe e pró-impeachment, e Otto Alencar, do PSD da Bahia e que se manteve pró-Dilma, ambos presentes ao evento. De quebra, o interino aproveitou para anunciar que mandara o Ministério do Planejamento pagar todas as obras de até 10 milhões de reais, uma festa para parlamentares autores de emendas ao orçamento. No fim da tarde, abriu o gabinete para a senadora goiana Lúcia Vânia, do PSB, uma suposta indecisa que na hora H foi de Temer.

Na véspera da sessão, uma desagradável surpresa internacional para o interino. Bernie Sanders, o velhinho socialista que quase arrancou este ano uma candidatura presidencial nos EUA pelo Partido Democrata, manifestou-se sobre a situação brasileira. Para ele, a deposição de Dilma move-se a neoliberalismo – austeridade, privatizações, agenda social de direita –, explicação para o ministério de homens brancos de Temer.

Sanders acredita que a Casa Branca deveria levar em conta que muitos brasileiros e observadores apontam um “golpe” sem razões jurídicas. “Os Estados Unidos não podem sentar-se em silêncio enquanto as instituições democráticas de um dos nossos aliados mais importantes são minadas”, disse ele em nota. “Precisamos nos levantar pelas famílias trabalhadoras do Brasil e exigir que esta disputa seja resolvida com eleições democráticas.” Não foi capaz de mudar o rumo da votação do impeachment, mas entrou para os anais do Senado brasileiro, citado por Grazziotin.

O front externo constranger Temer e o impeachment não é novidade, como se sabe

DON EMMERT/AFIP, ANTONIO CRUZ/ABR, JOSÉ CRUZ/ABR E LULA MARQUES/AG. FT

Seu País

pelo noticiário e pela diplomacia. Na abertura da Olimpíada na sexta-feira 5, havia bem menos líderes mundiais (abaixo de 20) do que o esperado pelo Itamaraty (acima de 40) e do que nos Jogos de Londres em 2012 (mais de 90). Ninguém se aventurou a posar para fotos ao lado de Temer. O presidente francês, François Hollande, deixou o Maracanã antes do fim da festa.

Enquanto uma nova etapa do *impeachment* era votada no Senado, os deputados petistas Paulo Teixeira, Paulo Pimenta e Wadih Damous recorreram à Organização dos Estados Americanos (OEA) para tentar anular o processo de deposição de Dilma. Segundo eles, há um “golpe” em curso e este conta com a cumplicidade do Congresso e do Judiciário, daí ser inútil arriscar ações no Brasil. É duvidoso se algo de concreto surgirá daí, mas serve para embaraçar os protagonistas da cassação de Dilma.

Um desses protagonistas, Eduardo Cunha, obteve uma vitória daquelas, horas depois da votação no Senado. Até segunda ordem, a cassação dele será decidida no plenário da Câmara apenas em 12 de setembro. Uma segunda-feira, dia de poucos deputados em Brasília, chance de o réu por corrupção salvar o mandato. Ótima notícia para Temer, receoso de uma eventual vingança do velho parceiro.

O caso Cunha cozinha em banho-maria graças ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia, do DEM. Ele leu o processo no plenário na segunda-feira 8, o que projetaria uma votação para o dia seguinte, mas na surdina tramou outro desfecho. Tramoia de fácil compreensão. Proteção ao interino. Maia é genro de um dos notáveis do governo provisório, Moreira Franco, o homem das privatizações. E parece fechado com Temer. Em um rompante de franqueza e otimismo, lançou o peemedebista à reeleição, em entrevista ao *Estado de S. Paulo* de 30 de julho. “É a única candidatura que pode unificar a base do governo”, teorizou. A proposta incomodou o PSDB. Temer



Diz Nilson Teixeira, do Credit Suisse: a confiança em Temer “pode acabar em novembro”

telefonou para o presidente do partido, Aécio Neves, a fim de desfazer o mal-estar. Antes de ir ao Rio para ser vaiado no Maracanã, programou um jantar com caciques tucanos no Palácio do Jaburu. Em vão. Os convidados não se esforçaram para permanecer em Brasília na noite da quarta-feira 3. “Essa ideia de reeleição é algo que não deveria ter sido dita agora. Não se sabe quem estará no jogo em 2018 nem quais serão os resultados do governo”, afirma o deputado tucano Marcus Pestana, mineiro próximo a Aécio.

Um deputado do PMDB, ex-ministro, acha que a mosca azul picou os “temeristas”. A especulação sobre a reeleição, diz, seria obra do trio Moreira Franco, Eli-seu Padilha, chefe da Casa Civil, e Geddel Vieira Lima, ministro da Secretaria de Governo. Para ele, contudo, o governo Temer está fadado a cumprir tabela. “Se o Michel fizer o que se propõe, não tem como disputar a reeleição.”

A agenda do governo provisório é cheia de impopularidades, entre elas, a reforma da Previdência e a trabalhista e o congelamento de gastos com saúde e educação por 20 anos. Ajustes destinados a não pôr em risco o pagamento da dívida pública e a garantir competitividade das empresas por meio do barateamento do trabalhador. Nos últimos tempos, o “mercado” passou a desconfiar da disposição de Temer para levar adiante tal agenda. Foi sintomático um artigo publicado em 27 de julho no jornal *Valor* pelo economista-chefe do Credit Suisse, Nilson Teixeira, intitulado “Confiança pode acabar em novembro”, no qual sugere que a paciência com Temer está no fim. Argumento repetido ultimamente por tucanos no Congresso, caso do líder no Senado, Cássio Cunha Lima.

“O poder econômico cumpriu sua parte no *impeachment*, agora o Temer tem de entregar a dele”, diz o economista João Sicsú, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Uma obrigação que lhe custará caro, afirma, pois tende a aumentar a rejeição popular ao peemedebista, dono de magros índices de aprovação. “O programa dele é baseado em arrocho salarial, supressão de direitos sociais, neoliberalismo. Pode até gerar algum crescimento, mas com aumento da concentração de renda e redução do mercado de consumo.”

Diante disso, a celebração do *impeachment* não assegura Temer no Planalto até 2018. Caso se convença de que ele não tem a serventia imaginada, a elite política e

FERNANDO WILLIARD E MARCELO CANARDO/ABR